

Série Conhecimento 47

ΓΝΩΣΙΣ

Teses e Dissertações

UNISC



Ademir Müller

**DIAGNÓSTICO DE ESPORTE E LAZER:
CONHECER PARA TRANSFORMAR - UM ESTUDO
EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL**

DIAGNÓSTICO DE ESPORTE E LAZER:
CONHECER PARA TRANSFORMAR - UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS
DO RIO GRANDE DO SUL



Reitor

Vilmar Thomé

Vice-Reitor

José Antônio Pastoriza Fontoura

Pró-Reitora de Graduação

Carmen Lúcia de Lima Helfer

Pró-Reitora de Pesquisa
e Pós-Graduação

Liane Mählmann Kipper

Pró-Reitor de Administração

Jaime Laufer

Pró-Reitor de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional

João Pedro Schmidt

Pró-Reitor de Extensão
e Relações Comunitárias

Luiz Augusto Costa a Campis

EDITORA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Liane Mählmann Kipper

Ademir Müller

Eduardo Alexis Lobo Alcayaga

Elenor José Schneider

Irineu Afonso Frey

Valter de Almeida Freitas

Vanderlei Becker Ribeiro



Avenida Independência, 2293

Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462 - Fax: (051) 3717-7402

96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS

E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/deptos/editora

Série Conhecimento 47

γνῶσις

UNISC

Teses e Dissertações

Ademir Müller

DIAGNÓSTICO DE ESPORTE E LAZER:
CONHECER PARA TRANSFORMAR - UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS
DO RIO GRANDE DO SUL

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2008

© Copyright: *Ademir Müller*
1ª edição 2008

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Capa: EDUNISC (a partir da concepção de Rafael Barletta)
Editoração: *Clarice Agnes, Julio Mello*

Português revisado pelo autor.

F315j Müller, Ademir
Diagnóstico de esporte e lazer: conhecer para transformar - um estudo em municípios do Rio Grande do Sul / Ademir Müller. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2008.

Dados eletrônicos. - (Conhecimento ; 47)

Texto eletrônico.

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.unisc.br/edunisc>

Inclui Bibliografia

1. Esportes – Aspectos sociológicos. 2. Lazer.- Rio Grande do Sul. 3. Esportes e Estado.
4. Política de Saúde. I. Título. II. Série.

CDD: 306.483

Bibliotecária: Muriel Esperança Thürmer CRB10/1558

ISBN 978-85-7578-225-5

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 O PROBLEMA: COMO SE MANIFESTAM E SE EFETIVAM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER NA NOSSA VIDA DIÁRIA?	11
2 TEORIA E PRÁTICA: DO PLANO À INTERVENÇÃO – DUAS INSEPARÁVEIS COMPANHEIRAS	15
2.1 Concepções sobre teorias sociológicas do lazer: sua relação com o consumo e o antilazer.....	15
2.1.1 Vertentes históricas da formação do lazer	15
2.1.2 Teorias do lazer	18
2.1.3 Os valores inerentes às atividades de lazer.....	19
2.1.4 As três principais funções do lazer.....	20
2.1.5 Os conteúdos culturais do lazer.....	23
2.1.6 Os gêneros do lazer.....	24
2.1.7 Níveis de vivência do lazer	26
2.1.8 Por uma conceituação do lazer	27
2.1.9 O antilazer e o espírito do consumismo moderno.....	29
2.1.10 Considerações finais	33
2.2 Políticas públicas abrangentes	34
2.3 O planejamento: o norte - elaboração de Diagnóstico, de Plano Operacional Anual Setorial, de Relatório Anual e de Projetos com seus programas e eventos	39
2.4 Os recursos humanos.....	43
2.4.1 Caracterização do profissional do lazer: à procura de uma identidade.....	44
2.4.2 Animador cultural e a organização de projetos: formação, ética, conhecimento e perfil profissional	47
3 METODOLOGIA	51
3.1 Pressupostos Teórico-metodológicos.....	51
3.2 Procedimentos metodológicos	52
3.3 Instrumentos da pesquisa	54
3.3.1 Análise documental.....	54
3.3.2 Entrevista	56
3.3.3 Questionários	57
3.4 Tratamento dos dados da pesquisa.....	57
3.4.1 Dados documentais	57
3.4.2 Tratamento dos dados da entrevista.....	57
3.4.3 Tratamento dos dados do questionário	57
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	58
4.1 A existência da política pública de esporte e lazer nos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol	58
4.1.1 Município de Caxias do Sul	58
4.1.1.1 Histórico de Caxias Do Sul.....	58

4.1.1.2 A origem da política de esporte e lazer de Caxias do Sul.....	59
4.1.2 Município de Venâncio Aires	70
4.1.2.1 Histórico de Venâncio Aires.....	70
4.1.2.2 A origem da política de esporte e lazer de Venâncio Aires	70
4.1.3 Município de Vale do Sol	76
4.1.3.1 Histórico de Vale do Sol	76
4.1.3.2 A origem da política de esporte e lazer de Vale do Sol	76
4.2 O planejamento: o Plano Operacional Anual Setorial (POAS) nos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol.....	79
4.2.1 Município de Caxias Do Sul	79
4.2.1.1 A origem do POAS de esporte e lazer em Caxias do Sul	79
4.2.2 Município de Venâncio Aires	95
4.2.2.1 A origem do POAS de esporte e lazer em Venâncio Aires	95
4.2.3 Município de Vale do Sol	97
4.2.3.1 A origem do POAS de esporte e lazer em Vale do Sol	97
4.3 A intervenção, serviços de esporte e lazer: um compromisso dos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol.....	98
4.3.1 Município de Caxias do Sul	98
4.3.1.1 A intervenção e a implementação do serviço municipal de esporte e lazer em Caxias do Sul.....	98
4.2.2 Município de Venâncio Aires	104
4.2.2.1 A intervenção e a implementação do serviço municipal de esporte e lazer em Venâncio Aires	104
4.2.3 Município de Vale do Sol	106
4.2.3.1 A intervenção e a implementação do serviço municipal de esporte e lazer em Vale do Sol.....	106
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

A temática sobre a existência e o funcionamento das organizações governamentais de esporte e lazer – suas estruturas, suas funções, seus serviços, suas obrigações, suas finalidades, seus recursos, sua valorização e reconhecimento, tem sido objeto de variados estudos e análises em tempos recentes. Porém, quando se trata de abordagem mais particular, como é o caso da constituição e desempenho dos serviços públicos de esporte e lazer, há evidente escassez de investigações e dados em que pese a importância do tema.

Os estudos rareiam, ainda mais, quando a necessidade for a de encontrar trabalhos sobre políticas públicas e planos de governos que funcionem de maneira integrada e transversal, especialmente nos serviços de esporte e lazer que perpassam a ação isolada de um setor da prefeitura para se transformar em um serviço planejado, integrado e compartilhado entre instâncias internas e externas de governo. Em síntese, o que se deseja de um governo municipal é que esse possua políticas públicas para todos os setores e serviços. O que se espera encontrar nos municípios são práticas de gestão em que os setores se integrem como um todo, abandonando o uso freqüente de administrar de maneira descontínua e compartimentalizada. Não raras vezes encontramos essas formas de governar em que internamente, isto é, tanto no setor como em todo o governo, poucas são as ações integradas e planejadas em conjunto. Uma, dentre tantas hipóteses, que poderia ser válida para que houvesse a mudança da forma de administrar isolada, por secretaria, para uma forma integrada de governo como um todo, é a de que os gestores públicos precisam dominar e conhecer novos conceitos de administração e de gerenciamento.

Sintomaticamente a forma de administrar de forma estanque, isto é, por unidade administrativa da prefeitura, foi a mais encontrada na presente investigação, tendo a Prefeitura de Caxias do Sul, nesses últimos dois anos (2003-2004), revelado um incipiente de trabalho de administração mais integrada, porém ainda iniciante para a área de esporte e lazer. A forma que estamos nos referindo seria a que venha integrar o governo municipal por áreas afins, como sugere Thomas (2001): segurança e bem-estar; esporte; artes; turismo; educação e cultura; economia e administração; meio ambiente; agricultura e abastecimento; urbanismo; habitação e transporte.

Os poucos recursos nos orçamentos públicos para o esporte e lazer refletem o seu baixo grau de prioridade. Essa situação se agrava pela falta de foco e pela utilização de frágeis mecanismos de gerenciamento nos projetos desta natureza (Bramante, 1995). Serviços de esporte e lazer mais integrados pressupõem uma cooperação interna e externa do governo. Em primeiro lugar viria a integração interna do governo, a elaboração de uma política transversal de gestão que se agruparia por áreas afins entre as diversas secretarias da prefeitura, pois em se tratando de uma gestão compartilhada, deve atuar como um todo de forma interdisciplinar e planejada. Em segundo lugar, o governo municipal, além de integrado internamente, precisa se articular externamente com a sociedade civil e as organizações privadas. Um fator imprescindível para que isso aconteça é a descentralização de suas ações, no que poderá contar com o apoio de voluntários, compartilhando parte do poder da administração de gerir os espaços, de

animar a comunidade, de compartilhar do planejamento e da definição orçamentária para a área com a comunidade. Isso privilegia e estimula a formação de sujeitos cidadãos através da democracia, da autonomia, pelos quais pode se exercitar a liberdade, tomando decisões locais que possuam significado efetivo para a comunidade. Dessa maneira, essa atitude pedagógica da parte de quem gere os serviços públicos de esporte e lazer demonstraria um comprometimento com interesses das pessoas, sem deixar de propor situações novas que venham promover o desenvolvimento pessoal e social das comunidades. Portanto, descentralizar e empregar uma metodologia da “ação comunitária” na qual planejar, construir, executar e avaliar aperfeiçoam a gestão compartilhada, dentre elas a co-gestão, pois, segundo Müller (2001, p. 165):

o lazer é uma necessidade da pessoa humana, e o setor de lazer por maior que seja, jamais pode sozinho dar conta do atendimento a toda a população. Em qualquer município existem outras instituições, além do poder público, que promovem o lazer, portanto é a parceria e o voluntariado que aumentam a oferta do serviço, estabelecendo uma forma de co-gestão, ou gestão partilhada.

Se dividíssemos a condição humana a duas dimensões temporais, poderíamos fazê-lo a um tempo de trabalho e a um tempo de não trabalho: essas duas dimensões estão contempladas na Constituição Federal Brasileira de 1988, e, portanto, são direitos dos cidadãos e é um dever do estado proporcioná-las. O artigo 6º menciona que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Segundo Chemin (2003), o direito social ao trabalho e ao lazer, entre outros, é um meio para se atingir um fim, que é a dignidade humana. Nessa perspectiva, o papel do poder público, com relação ao esporte e lazer da população, é extremamente importante.

Quando falamos no serviço público aqui dito resumidamente de esporte e lazer das prefeituras, estamos nos referindo, a algo mais amplo, isto é, a oferta que o município coloca à disposição de todo o seu povo: no esporte, entendido o esporte educação, participação e rendimento; no lazer compreendido principalmente no conteúdo cultural, físico e esportivo, e em todos os outros conteúdos culturais, como o social, turístico, artístico, intelectual e manual, virtual conforme os autores Dumazedier (1980), Camargo (1986) ou Schwartz (2004); na recreação entendida como estimulação à criação e à livre escolha; na atividade física, na concepção de educação para a saúde preventiva, tal como aptidão física, reabilitação, recuperação orgânica, aquisição e manutenção de hábitos de atividades físico-esportivas; e também no despertar oportunizado através de uma gestão compromissada pedagogicamente, em contribuir para o desenvolvimento pessoal e social das pessoas e de sua comunidade, na melhoria do seu estilo de vida ativo, orientado para a qualidade.

Em termos formais de pesquisa o presente estudo se justifica, tendo em vista a possibilidade de que os serviços de esporte e lazer, desempenhados pelas Secretarias Municipais, que deveriam ser prestados em tese à comunidade, muitas vezes não atendem às necessidades dos cidadãos: em suas programações; em sua estrutura político-administrativa deficiente; na formação de equipe de profissionais qualificados

para o desempenho da função; no compromisso de priorizar a intervenção, isto é, a animação sociocultural; em termos de recursos financeiros; em legislação que ampare, fomenta e direcione os serviços; em espaços e equipamentos suficientes e adequados à prática do lazer e, por último, na falta de uma estrutura que o oriente, isto é, uma política pública definida e explicitada, cuja construção seja o reflexo do interesses e dos desejos da população.

Fundamentam-se essas questões pontuais, em princípio, no conceito de que o nosso “tempo de vida”, se divide em “tempo de obrigações” e “tempo livre”. O primeiro, por sua vez possui outros dois tempos: tempo de trabalho e tempo liberado do trabalho (obrigações sociais, família, estudo, pessoais, etc.). O segundo, chamado de tempo livre ou “disponível”, segundo Marcellino (1996), está mais ligado à esfera da liberdade, da escolha pessoal, do prazer. O lazer é, portanto, uma das dimensões importantes do tempo de nossa existência. Podemos, portanto, deduzir a importância de vivenciar as duas dimensões de tempo equilibradamente na construção de uma arte de viver.

Estudar o tempo de vida das pessoas é um assunto de alta sensibilidade para se entender como se processa a vida em perspectiva interior, inclusive, segundo DaCosta 2003, o trabalho evolui a tal ponto que hoje em determinados tipos de labor, muitos deles informal, o lazer deixa de ser o oposto do trabalho. Mesmo assim, em muitos países inclusive no Brasil, isso não vale para todos os tipos de trabalho. Daí a obrigação que tem o poder público municipal de ser um dos espaços para a difusão do esporte e lazer, sem, embora, ser o único. Se esse segmento fizesse o seu papel, funcionasse e atendesse às aspirações da população, teríamos, assim, um grande segmento populacional atingido. É nessa linha de conta que o presente estudo procurará contribuir para a melhoria dos serviços públicos de esporte e lazer, buscando significados da gestão realizada em municípios do interior do Rio Grande do Sul. Esta busca de entendimento das manifestações e da efetividade de políticas públicas em esporte e lazer tem sustentação no presente estudo pelo viés da gestão como área de conhecimento. É neste âmbito disciplinar encontra-se o chamado “método ideal”, sugerido por Kotler (1999) e indicado para levantar aspirações e necessidades quanto ao uso de serviços oferecidos por instituições diversas. Este método atende aos consumidores e fere soluções de gestão para as devidas intervenções. Como tal, esta proposta de Kotler é correlata ao método do “tipo ideal” inspirado pela sociologia de Max Weber, cuja adaptação à pesquisa desta tese é discutida adiante no capítulo 2, “Teoria e Prática: do plano à Intervenção”.

Nesta opção metodológica, a presente pesquisa verificou como foi executada a política pública de esporte e lazer, em três municípios do Rio Grande do Sul, assim distribuídos: porte grande – Caxias do Sul; porte médio – Venâncio Aires; e porte pequeno – Vale do Sol. Em linhas gerais, as questões a investigar são: a) se existe uma política pública de esporte e lazer e como foi elaborada e explicitada¹; b) se existe um plano municipal ou setorial de esporte e lazer e como foi elaborado, o que continha e o que previa; c) se o plano municipal de esporte e lazer foi implementado como um serviço

¹ A explicitação aqui se refere à maneira como a política pública concebida se transfere para o planejamento e desse para se concretizar em um plano setorial de lazer, integrado ou não entre os diversos setores que tratam do lazer nas Prefeituras, tais como, a Cultura, Turismo Social, Esportes e Atividade Física nos municípios pesquisados.

público de esporte e lazer atendendo às aspirações e necessidades da população; e d) se existem diferenças na forma de gestão dos serviços de esporte e lazer nos municípios pesquisados.

A relevância dessa investigação reside na contribuição para que aumente o conhecimento dos perfis de atuação dos municípios em torno dos serviços públicos de esporte e lazer, tanto quanto no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa na área de esporte e lazer, na perspectiva de diagnósticos municipais.

Assim sendo, este trabalho, no seu primeiro capítulo, procura situar o problema desta pesquisa, que é o de verificar a dinâmica apresentada por três municípios do Rio Grande do Sul em termos de sua política pública e suas decorrências no esporte e lazer, indicando para este estudo os objetivos gerais e específicos com os quais foi orientada esta pesquisa.

O segundo capítulo trata do embasamento teórico do que se concebe por serviços públicos de esporte e lazer. Assunto por demais debatido em teoria e prática, mas jamais esgotado, pois constantemente volta, tendo em vista que este capítulo pretende demonstrar, entre os conceitos e teorias do lazer, a importância de a prática ser embasada numa teoria e vice-versa. Se não temos nenhuma teoria, não temos nenhum rumo; se não temos rumo qualquer caminho serve, pois não temos definido nenhum lugar para chegar.

No terceiro capítulo, apresentamos a discussão metodológica que este estudo procurou realizar em três municípios do Rio Grande do Sul e se esses trabalhavam com políticas públicas. Para isso, empregamos três instrumentos de pesquisa: a análise documental, a entrevista e o questionário, instrumentos bastante válidos para encontrar o que queríamos, servindo também para compatibilizar que os dirigentes diziam, o que os documentos mostravam e do que as lideranças comunitárias tinham conhecimento.

O capítulo quarto traz a análise e a discussão dos dados mais importantes deste trabalho, já que lidamos com três instrumentos e geramos muitos dados informativos das três prefeituras pesquisadas.

Por último, teremos a conclusão. Na conclusão procuramos esclarecer os 20 objetivos determinados por este trabalho, levando em conta as respostas encontradas por um ou por todos os três instrumentos da pesquisa. Também na conclusão encontram-se a tabulação e alguns comentários sobre todos os dados levantados.

1 O PROBLEMA: COMO SE MANIFESTAM E SE EFETIVAM OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER NA NOSSA VIDA DIÁRIA?

A observação empírica dos municípios brasileiros interioranos, por simples cidadãos, e se cogitando da intervenção dos serviços públicos de esporte e lazer sofre de baixo grau de visibilidade. Isso fica comprovado de várias maneiras, quais sejam: na ausência de atividades de animação sociocultural; na falta de manutenção e cuidado dos espaços e equipamentos de esporte e lazer; na frágil estrutura administrativa apresentada pelos setores públicos de esporte e lazer; na insuficiência da oferta de programas e eventos; nos poucos recursos orçamentários destinados a esta área; na falta de consulta à população sobre os seus interesses e desejos, dentre outros fatores. Este estudo tem como propósito verificar qual o grau de evolução em que se encontra a política pública de esporte e lazer em municípios do Rio Grande do Sul.

As discussões prioritárias dentro do poder público e no âmbito do lazer versam aparentemente sobre a construção de espaços e equipamentos, tais como campos de futebol, quadras esportivas, etc., ficando relegada a uma das últimas posições a discussão sobre a animação sociocultural e a construção de políticas públicas com envolvimento efetivo da população. Esse desvio parece se comprovar pela pouca diversificação e quantidade de programas de esporte e lazer existentes nas Prefeituras, bem como pelo reduzido número de funcionários que trabalham nesses setores. Tal pressuposto será verificado adiante pelo presente estudo.

Outras interrogações pertinentes cabem serem explicitadas: será que é mais difícil construir políticas públicas isoladamente ou ouvindo a população? Os gestores públicos conseguem construir políticas públicas que atendam às demandas da população? Os gestores estão preparados para trabalhar com políticas públicas? Haveria condições, mesmo com poucos recursos, de melhorar a gestão pública para o esporte e lazer nos municípios brasileiros?

Esses pressupostos da investigação geraram também questões antecedentes tais como: se o esporte e lazer constitucionalmente é um direito da cidadania e, portanto, é um dever do Estado, conforme Constituição Federal Brasileira (1988), oferecer esse serviço à população é uma obrigação. Portanto cabe a pergunta será que os municípios estão cumprindo a norma constitucional? E como essa tarefa está sendo feita? Será que os órgãos públicos municipais de esporte e lazer estão estruturados para atender aos interesses da comunidade? Será que o povo está consciente de que o esporte e lazer é um direito seu e, com isso, reivindica pelos serviços?

Mudando o enfoque para o livre arbítrio dos cidadãos, nos últimos duzentos anos aumentamos, pelo menos, quantitativamente o tempo liberado do trabalho. Porém, quem garante que aumentamos qualitativamente o tempo disponível para gozar esse tempo? Gozar desse tempo disponível em todas as suas potencialidades, isto é, usufruir uma oferta de atividades socioculturais diversificadas, em que as pessoas possam adotar atitudes lúdicas e prazerosas de livre envolvimento, em todos os conteúdos culturais e dispor de espaços organizados, mantidos, animados e atraentes a população, seria isso considerado uma possibilidade real ou uma utopia ?

Alguns questionamentos que poderiam fornecer indicadores, sinalizam que ainda pensar em serviços públicos de esporte e lazer ideal é uma possibilidade remota. Senão vejamos: a família, a escola e a comunidade cumprem o seu papel de educar para e pelo lazer? A cultura vigente hegemônica continua a supervalorizar o trabalho, ainda mais agora quando ele está escasso? A mercantilização do lazer elimina as possibilidades e opções de acesso ao esporte e ao lazer? O poder público cobra para oferecer eventos? Uma política séria é feita somente com eventos? Onde a população mais carente irá encontrar as opções de esporte e lazer se esses viraram mercadorias?

Diante de tais questionamentos uma hipótese otimista seria esse serviço público ser democratizado, dirigido a toda a população, isto é, não só à criança à terceira idade, mas incluindo os mais marginalizados segmentos da população, tais como, as pessoas portadoras de deficiência, os sem teto e sem terra, os pobres e miseráveis, os desempregados, os presidiários, etc. Poderia também, ser dirigido de tal forma que a população pudesse participar do planejamento orçamentário, programático, que as comunidades pudessem ser autogestoras de suas atividades de esporte e lazer, organizando-se para isso, com o apoio da municipalidade.

Talvez fosse imperioso, a uma política pública séria, adotar a inversão de algumas prioridades, abandonando o trabalho com segmentos já atingidos, para uma política que venha a oferecer oportunidades de inclusão a todos os segmentos populacionais. A valorização do gestor, do funcionário e do voluntário desse setor, torna-se algo indispensável à qualidade do serviço, isto é, o homem com perfil certo no lugar certo, faz a diferença. A preocupação com a estrutura administrativa bem distribuída, eficiente, com profissionais especializados, amparada por lei que também dê incentivo e fomento ao desenvolvimento não só do esporte e lazer, mas de ações e pesquisas científicas pode se constituir em uma ampliação de política pública para a área. A estruturação do governo agindo com articulação interna, intersecretarias e com parcerias, poderia levar à elaboração de programas interdisciplinares que oferecessem com qualidade esportes, lazer, recreação, saúde preventiva e uma administração de espaços e equipamentos que visasse minorar a deficiência na área.

Deste conjunto de percepções do pesquisador desta tese e de pressupostos da presente pesquisa, pode-se então neste estágio de discussão do problema, extrair a seguinte formulação síntese: **como se manifesta e como alcança efetividade o planejamento e a implantação de políticas públicas em esporte e lazer em municípios selecionados do Rio Grande do Sul?**

Por sua vez, o problema explicitado pela interrogação anterior permite a elaboração de um objetivo geral para a presente pesquisa também, orientado pelos pressupostos teóricos e práticos antes aqui expostos: diagnosticar os meios e referências do planejamento e da implantação de políticas públicas e esporte e lazer² urbano em

² O esporte e lazer aqui são entendidos como o serviço público realizado principalmente pelas Secretarias Municipais ou setores representados pelo Turismo, Cultura, Educação e Esportes. Recreação e Atividade Física, ou complementarmente qualquer outro setor que se destaque no desempenho dessa função. Porém, para efeito dessa

municípios do, Rio Grande do Sul³? Observando-se desenvolvimento e efetividade da gestão feita por linhas político-partidárias diferentes.

Quanto aos objetivos específicos, procuramos definições abrangendo quatro grandes abordagens e respectivos detalhamento operacionais:

a) Verificar se existem experiências em andamento de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios pesquisados.

– Verificar de onde são oriundas e como foram elaboradas as políticas públicas ou orientações.

– Verificar como as políticas públicas ou orientações estão explicitadas e se expressam os compromissos e as diretrizes assumidas com a população.

b) Verificar se as políticas públicas municipais de esporte e lazer deram origem à elaboração de um planejamento e este a um Plano Operacional Anual Setorial (POAS) da Secretaria Municipal ou Departamento de Esporte e Lazer.

– Verificar se o planejamento deu origem efetiva a um Plano Operacional Anual Setorial de esporte e lazer.

– Verificar se o planejamento para elaboração do Plano Operacional Anual Setorial de esporte e lazer teve origem em um diagnóstico, em pesquisas e/ou em participação popular.

– Verificar se o Plano Operacional Anual Setorial de esporte e lazer contempla as determinações e as diretrizes estipuladas pelas políticas públicas de esporte e lazer.

– Verificar como está estruturado o Plano Operacional Anual Setorial de esporte e lazer e se prevê: programas, subprogramas, projetos/eventos, interface, parcerias e organização administrativa.

– Verificar como as Secretarias ou Departamentos de Esporte e Lazer fazem seus Relatórios Anuais e avaliam seus Planos Operacionais Anuais Setoriais.

c) Verificar como os municípios intervêm e implementam, através de seus planos de governo, os serviços de esporte e lazer para seus municípios.

– Verificar como os programas com seus subprogramas e os eventos são percebidos pela população entrevistada.

pesquisa, analisaremos o conteúdo cultural do lazer físico-esportivo-recreativo, isto é, a Secretaria de Esporte e Lazer de cada um dos municípios estudados.

³ Considerando o elevado grau de detalhamento dessas políticas públicas e a dificuldade metodológica de compará-las em face de um grande número de municípios, optou-se por uma tipologia básica deste nível de governo de modo a observar condições operativas, em três municípios, segundo critérios expostos no capítulo 3- Metodologia

- Verificar quais os três programas de esporte e lazer que mais se destacam em cada município pesquisado.
 - Verificar se a implantação da programação de esporte e lazer possui participação popular, no planejamento, na execução e na avaliação.
 - Verificar como os recursos humanos da área de esporte e lazer são tratados pela municipalidade.
 - Verificar como o espaço e a infra-estrutura do esporte e do lazer são construídos, mantidos, dirigidos e animados pela população e ou pelo governo municipal.
 - Verificar a existências de legislação que ampare e fomenta o desenvolvimento do serviço de esporte e lazer.
 - Verificar como a população avalia o serviço público de esporte e lazer.
- d) Verificar diferenças e semelhanças na formulação da política pública de esporte e lazer, na formulação de Planos Operacionais Anuais Setoriais e na intervenção nos três municípios pesquisados.
- Verificar as diferenças e semelhanças na forma como são construídas as experiências de políticas públicas de esporte e lazer em cada um dos três municípios pesquisados.
 - Verificar as diferenças e semelhanças na forma com que estão elaborados os Planos Operacionais Anuais Setoriais de esporte e lazer em cada um dos três municípios pesquisados.
 - Verificar as diferenças e semelhanças nas formas de intervenção nos serviços públicos de esporte e lazer junto à população, apresentadas em cada um dos três municípios pesquisados.
 - Organizar um quadro sintético de diferenças e semelhanças, considerando os relatos anteriores.

2 TEORIA E PRÁTICA: DO PLANO À INTERVENÇÃO – DUAS INSEPARÁVEIS COMPANHEIRAS

2.1 Concepções sobre teorias sociológicas do lazer: sua relação com o consumo e o antilazer

Este subtítulo trata de fazer uma aproximação do entendimento das concepções ou teorias do lazer e sua relação com o consumo e sua negação, o antilazer, tendo em vista que esta pesquisa envolvendo os Municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol poderão apresentar ou não essas concepções em sua forma de gerir os serviços de esporte e lazer. Começaremos o texto com a evolução histórica do lazer, depois estabeleceremos as diferenças entre lazer e recreação, termos que estão sendo há muito tempo tratados como sinônimo por muitos estudiosos da área. No próximo subtítulo há uma abordagem sobre as concepções ou teorias e a classificação do lazer, passando, a seguir, para a conceituação do lazer feita por diferentes autores. Por último chegaremos às considerações sobre a negação do lazer, o antilazer e o espírito do consumismo moderno, concluindo o texto com as considerações finais.

2.1.1 Vertentes históricas da formação do lazer

Bem antes da revolução industrial, as civilizações antigas possuíam suas maneiras de jogar e brincar e não se empregava o termo lazer com o mesmo sentido que hoje entendemos.

Segundo Pronovost, citado por Gebara (1997), existem duas vertentes que explicam a gênese e a formação do lazer moderno. A primeira tendência consiste em buscar, através da evolução histórica, social, econômica, dentre outras, como se produziu o lazer nas diferentes sociedades. Tal concepção é compartilhada por Dumazedier (1979) que a chama de: “a dinâmica produtiva do lazer”, isto é, o progresso científico e técnico leva ao aumento do tempo livre, assim como as mudanças socioculturais conduzem a uma regressão dos controles institucionais e à emergência de um novo desafio social do indivíduo de dispor de si próprio.

A segunda tendência a explicar a formação do lazer procura verificar o momento histórico ocidental em que uma concepção ideológica se manifestou com relação ao lazer. Esse fenômeno se estrutura em três movimentos históricos: 1º. A ideologia do lazer racional na Inglaterra (início do século XIX); 2º. O pensamento social americano (início do século XX); 3º. Às concepções do movimento trabalhista, tendo em vista a redução da jornada de trabalho (final do século XIX e início do século XX).

Segundo Gebara (1997, p. 62):

“Para compreender este movimento histórico que provém do brinquedo e do jogo até a formação do lazer um longo processo ocorreu, e para concebê-lo é necessário compreender como e quando o homem passou a separar seus múltiplos tempos, isto é, tempo de trabalho e o tempo de não trabalho”.

Nesse período de tempo, caracterizado pela evolução do mundo do trabalho, mais especificamente pela revolução industrial, a brincadeira e o jogo nunca deixaram de existir, no entanto, novas dimensões aparecem em nossos dias provenientes da indústria do turismo.

O substantivo trabalho deriva da palavra latina “tripalium” que significa um tipo de instrumento de tortura e que, em determinados períodos históricos, lembrava punição e dor, sendo desprezado pelas elites, principalmente o trabalho manual. Porém, na Idade Média, não só o trabalho se reveste de dignidade, como os dias festivos ganham importância. No século XVI com a revolução religiosa inicia um processo de supervalorização do trabalho e de condenação do tempo livre (REQUIXA, 1976).

Quando inicia o processo de Revolução Industrial, o trabalhador se vê privado do lazer e de suas incipientes vantagens sociais. Predominava, então, uma visão utilitarista do mundo e o lazer perde valor durante muito tempo. A maioria da humanidade viveu nesse período essencialmente a dura luta pela sobrevivência sem tempo disponível para o lazer. Na França, por exemplo, de uma média semanal de trabalho, que era de oitenta e cinco horas em 1860, chega-se a quarenta e oito em 1960. Já nos Estados Unidos, no mesmo período, a média baixou para quarenta e duas horas. (REQUIXA, 1976).

Com o passar do tempo a Revolução Industrial inicia com uma exploração gananciosa da mão-de-obra. A semana cresce em dias úteis, para uma situação em que a classe operária, com muito sacrifício, conquista o reconhecimento da importância das horas livres, entre uma e outra jornada de trabalho; da importância do repouso semanal simples para o repouso semanal remunerado; da importância das férias anuais e da cessação legal da vida de trabalho, pela aposentadoria. Tudo isso, no entanto, não se deu sem muita luta que durou anos para se concretizar. A conquista da redução das horas de trabalho e com o aumento real do poder aquisitivo dos assalariados veio assegurar a indispensável expansão do consumo, proporcionando a expansão da produção e do mercado.

Segundo Requiça (1980, p. 26) :

Na medida em que aumentam, concomitantemente, o poder de consumo e o tempo livre disponível, em si o tempo ideal de consumo, amplia-se o mercado consumidor, aumenta a produção como resposta imediata. O aumento da produção, por sua vez, amplia o mercado de trabalho que, conseqüentemente, fará crescer o número de consumidores.

A questão do tempo torna-se indispensável para explicação do fenômeno do lazer. Cada tipo de sociedade tem um tempo característico, isto é, nas Sociedades Rurais e Pré-industriais as mudanças são mais lentas e a sociedade é ligada ao passado; suas atividades formam-se de mera repetição; sua linha de conduta é avessa à novidade; a unanimidade é requerida; o tradicional é a prática social, regulando as condutas, e a preocupação principal é a transmissão de códigos de tradições (AGUESSY, 1979).

Já as Sociedades Industriais caracterizavam-se por sociedades de mudança rápida. Essas sociedades adquirem mais do que podem transmitir; a rapidez das mudanças incita

a novas criações, estimula seus integrantes a mudanças reais de futuro. A aceleração do tempo é tal que o futuro condiciona-se e não é determinado pelo presente (sociedades empreendedoras) (AGUESSY, 1979).

Na Sociedade de Consumo, também segundo Aguessy (1979), os atos de consumo prevalecem sobre as atividades de produção. O sistema de decisão exercido em nome da coletividade submete o consumidor. Nessa sociedade, a essência é representada pelo econômico. Não há espaço para a tradição, o passado. A sociedade impõe o presente.

Como o lazer possui sua formação no advento da sociedade Industrial, segundo Gebara (1997, p. 62): “o desenvolvimento do capitalismo industrial implicou um processo de generalização do controle, regularidade e universalização da medição do tempo”.

O tempo natural é ditado pelo ciclo da natureza (sol, frio, chuva), ou mesmo pelas tarefas familiares (ordenha, cozimento, plantio). Começa-se a enfrentar, gradualmente com a Revolução Industrial, limites culturais e regionais, pois é a máquina que dita a ação motora do homem e, portanto, sua subordinação ao tempo de produção (GEBARA, 1997).

Portanto, segundo Gebara (1997, p. 64), “junto com o tempo, com a criação do tempo de trabalho necessário, aparece também o tempo social disponível, com a criação do tempo de não trabalho, que para alguns se torna tempo livre”.

Um jogador profissional de futebol atua em seu tempo de trabalho; o torcedor usufrui de seu tempo livre; a televisão lucra divulgando esse evento disponibilizando o mercado patrocinador, em articulação com a indústria do entretenimento. Portanto, ambos os tempos de trabalho e não trabalho estão articulados por um universo de consumo (GEBARA, 1997).

Thompson, citado por Gebara (1997, p. 65), indica como se deu em linhas gerais esse processo:

“Através da generalização de um instrumento, o relógio, que permitiu a universalização e a uniformização da medida do tempo. O tempo natural é gradativamente invadido pelo tempo do relógio. O comando das tarefas ritmadas pela natureza, ou pela vontade do artesão, é agora entregue a uma máquina de medir tempo, de medir tarefas, de medir eficiência e produtividade. O ser humano quando possui seu tempo natural apenas passa seu tempo disponível. Já na sociedade de consumo passa a gastá-lo ou a consumi-lo. Isso faz com que mude o sentido do tempo, já que mudou a medida do tempo. Isso faz com que exista algo externo ao homem algo que dita seu ritmo de trabalho e freqüentemente, da própria vida”.

Pode-se com isso afirmar que o controle do lazer, ou do jogo, ou do esporte, torna-se tecnicamente e socialmente universalizado e efetivo através dos mesmos mecanismos que comandaram a instauração do sistema fabril (GEBARA, 1997).

Com o progresso tecnológico, houve também uma maior dilatação do tempo livre e a correspondente contratação do tempo de trabalho, permitindo a diversificação na utilização do tempo livre com o incremento das formas de comunicação e informação e dos meios de locomoção em que as massas se voltam para a fruição dos valores do lazer que se converte, segundo Requixa (1976, p. 16), “num labor em si mesmo, o que representa uma das mais importantes modificações na história social do homem”.

Isso leva à indagação: estão os homens sabendo utilizar adequadamente suas horas livres do trabalho e dos afazeres domésticos, empregando-as na satisfação de suas aspirações mais autenticamente humanas ou estão comprometidos com formas meramente condicionadas que nada lhes dizem, levando-os ao tédio e à desesperança?

Um dos aspectos fundamentais do lazer é sua qualidade educativa. Segundo Requixa (1976, p. 15), “aprender a usar o tempo livre significa, em última análise, educar-se para o lazer. É o duplo aspecto educacional do lazer: é educar através do lazer e educar para o lazer”.

Constata-se que o lazer não se restringe apenas à liberação das horas de trabalho do homem ou às conseqüências econômicas. Sabe-se que a indústria do lazer é hoje uma das mais poderosas no sistema econômico de diversos países e que o tempo livre, o lazer e o descanso passam a ser ponderável fonte de trabalho em nossa época. É hoje objeto de estudos e deve compor prática obrigatória de órgãos públicos e prática rentável para organizações particulares interessadas no bem-estar social das populações (REQUIXA, 1976).

Podemos concluir que no século XX operaram-se as mais importantes transformações sociais na história da humanidade. O lazer pode surgir com o avanço tecnológico, abandonado à época da supervalorização moral do trabalho, convertendo-se num fenômeno social, num valor em si mesmo, porém não livre de, sobre ele, agirem forças coercitivas que o influenciam. Mas o que é lazer? Esta pergunta leva a respostas que não são iguais entre os especialistas da área e este texto não tem a pretensão de encontrar o consenso, mas de se aproximar do seu entendimento mesmo que seja concordando com alguns estudiosos da área. E uma primeira aproximação é a que faremos a seguir estabelecendo algumas diferenças entre lazer e recreação.

2.1.2 Teorias do lazer

Foram consideradas no subtítulo anterior as diferenças entre recreação e lazer e de sua consideração aos aspectos de tempo e atitude. As teorias explicitadas a partir daqui estão na linha dos principais autores do lazer a partir de Dumazedier, Parker, Requixa, Marcellino, Bramante, Camargo, Pinto entre outros.

Uma teoria pretende explicar as relações existentes entre a sociedade e a cultura. Estudar a teoria do lazer pode levar à descoberta do que está acontecendo na cultura hegemônica do momento (o que nos leva a uma tomada de consciência) e, através da reflexão elaborada criticamente, vir a descobrir o que oprime, exclui, explora e tira a dignidade de viver das pessoas, portanto, tornando o homem infeliz.

Um exemplo disso é a indústria cultural que preocupada com o consumo, que lhe oportuniza o lucro necessário a sua reprodução, aliena e exclui as pessoas, pois, nem todos possuem condições e dinheiro para desfrutar de suas ofertas. Outro exemplo é o que Dumazedier (1973, p.87) nos traz: “num período de cinquenta anos, quase todas as idéias de Cobertin foram traídas: “o esporte das massas não é o essencial, passou a ser acessório e os campeões não são elementos de incitação, mas somente celebridades forjadas”.

Além de tomar consciência e criticar o modelo que prejudica os homens, é necessário acrescentar criativamente à teoria do lazer, isto é, propor mudanças que venham revolucionar e alterar a vida das pessoas para melhor. Onde há exclusão inverter a prioridade para inclusão. Como continuar aceitando que só os que possuem talentos, educação, os mais habilidosos ou os que possuem dinheiro é que podem ter acesso ao lazer. Em vez de todas as pessoas da população possuírem direito ao lazer só algumas é que podem ter? É assim que concebemos uma teoria para o lazer?

Segundo Dumazedier (1973, p.35):

A teoria do lazer precisa ser constantemente repensada em função de uma sociologia concreta do lazer real e possível, própria de uma civilização industrial e democrática. Uma teoria cultural viva, precisa corresponder não só a um conjunto de valores como também ao modo como esses valores são vividos pelas várias classes ou categorias sociais.

2.1.3 Os valores inerentes às atividades de lazer

Iremos examinar os valores inerentes às ocupações de lazer e a forma como a vivência de tais valores pode vir a propiciar condições de recuperação psicossomática, de desenvolvimento pessoal e social que, segundo Requiza (1980, p.42) são valores inerentes às atividades de lazer e se dividem em três: a) valores institucionalizados; b) valores ideativos; e c) valores coisificados.

- a) Valores institucionalizados – os valores emergem como a manifestação de anseios de grupos, mas, com o tempo, representam uma conquista social. Impõem-se, codificados ou não. Exemplo: o descanso semanal remunerado, além de ser um dos grandes valores do lazer, é, hoje, uma instituição, tendo se tornado lei. Nos países puritanos não era permitido divertir-se nos domingos, pois era pecado. Com o desenvolvimento, que forçou novas posições, o fim de semana passou a ser valorizado.
- b) Valores ideativos – em torno dos valores do lazer, os homens vão criando um corpo de idéias que, por sua vez, lhes surgem como motivação na escolha de atividades, no tempo do lazer. Exemplo: a pessoa quando assiste a um teatro, provavelmente é porque lhe é divertido, repousante, estimulante ou em função da idéia de que o teatro é um importante veículo de transmissão de cultura.

- c) Valores coisificados – os objetos que são criados pelo homem para sua utilização já se tornaram indispensáveis como instrumentos de lazer. Exemplo: o rádio, a televisão, o automóvel.

Requixa (1980, p.43) nos fala:

que a esses exemplos de valores institucionalizados, ideativos e coisificados devemos acrescentar alguns valores, próprios do lazer: valor da honesta e sadia procura da felicidade, do repouso, do humor, da alegria de viver, da liberdade para criar, em oposição ao ditame, no geral rígido, de um trabalho que não exige uma profunda e completa adesão; o valor das relações primárias sobre as secundárias; os próprios valores do corpo, cuja cultura através da ginástica e do esporte, apresenta positivos reflexos sobre a saúde física psíquica do indivíduo; o valor das relações sociais; o valor da criação ou da contemplação da obra de arte criada por outros.

Se alguns valores de uma determinada sociedade são a solidariedade, a cooperação, a amizade, o convívio fraterno, a emancipação, a justiça, a cidadania plena, a autonomia, o respeito, a democracia, a participação e dentre outros o amor. O importante para que uma teoria se estabeleça, segundo Dumazedier (1973), é que se observe como esses valores são vividos por essa sociedade. O lazer que quer valorizar a pessoa deveria ser orientado por uma teoria que humanize, emancipe, dê liberdade e favoreça a felicidade humana, para que seja construída uma sociedade igualitária e humanizada.

2.1.4 As três principais funções do lazer

Dumazedier (1973) afirma que:

qualquer que seja as funções do lazer ele é inicialmente, liberação e prazer. Mas as funções mais importantes são: a) as de descanso ou repouso, b) as de divertimento, recreação e entretenimento, c) função de desenvolvimento da personalidade ou de enriquecimento de seus conhecimentos e de sua participação social.

Meyersohn, citado por Parker (1978), afirma que as funções do lazer são: a) todos nós precisamos de intervalos entre turnos de trabalho e outras atividades obrigatórias, daí o lazer como *descanso, folga, recuperação*; b) sentimos necessidade de diversão, obtendo prazer com espetáculos e atuações de vários tipos – lazer como *divertimento*; c) entretanto, os valores dominantes em nossa sociedade nos encorajam a buscar êxitos em todas as esferas da vida e a ser competentes no que fazemos – lazer como *realização própria*; e d) finalmente (como para questionar a base material de muitos significados presos ao termo “lazer”) podemos sentir a necessidade de renovação espiritual, embora tal conceito seja difícil de definir e de medir.

Já Callois, citado por Parker (1978), classifica as funções do lazer como parte da totalidade das atividades de lazer e chama de “categorias fundamentais” de jogos,

divididas assim: a) *agon*, significando um grupo de *jogos competitivos* nos quais um vencedor surge de uma competição que envolve habilidades (futebol, xadrez); b) *alea*, baseados em *decisões independentes* do jogador, nos quais este não tem controle sobre o resultado (roleta, loteria); c) jogos que produzem um rápido movimento giratório ou de faz-de-conta (teatro, carnaval); d) *ilinux*, inclui *imitação* sobre os tipos de atividades que envolvem a ilusão e a queda, ou um estado de tonteira e tumulto (acrobacia, topogã). Caillois enfatiza que esses tipos não se excluem mutuamente; assim, certos esportes de espectadores (*agon*) são ocasiões para imitação.

Daremos um detalhamento maior às três funções elencadas por Dumazedier (1973). *A função de descanso*: leva à liberação da fadiga, sendo o lazer um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e particularmente, do trabalho. As tarefas físicas, hoje, não são tão pesadas, mas o ritmo da produtividade e as relações industriais estão mais complexas, somadas às distâncias, nos grandes centros, dos locais de trabalho e de moradia. Esses fatores determinam um aumento da necessidade de repouso, silêncio e de pequenas ocupações sem objetivo definido. Esses estudos da fadiga e da fadigabilidade são de natureza interdisciplinar e necessitam da psicologia do trabalho e da psicossociologia do lazer.

A função de divertimento, recreação e entretenimento: As tarefas monótonas provocadas pelas funções parcelares na indústria causam efeitos e danos no físico, como a fadiga e, também, segundo Georges Friedmann, sobre a personalidade do trabalhador, como o tédio. Henri Lefebvre analisou a alienação do homem que leva a um sentimento de privação e à necessidade de ruptura com o universo cotidiano. Esta ruptura poderá levar o homem a cometer infrações sobre a vida social regrada; por outro lado, poderá levar a pessoa a equilibrar-se e a disciplinar-se para suportar as coerções produzidas pela vida social. Daí a busca de uma vida de complementação, de compensação e de fuga por meio de divertimento e evasão para um mundo diferente, e mesmo diverso, do enfrentamento de todos os dias. A ruptura poderá levar, ainda, a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes), ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance...). O ideal é que o lazer fosse praticado dentro de uma visão crítica e não funcionalista.

A função de desenvolvimento da personalidade: depende dos automatismos do pensamento e da ação cotidiana; permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão). A de desenvolvimento pode ainda criar novas formas de aprendizagem voluntária, a serem praticadas durante toda a vida, contribuindo para o surgimento de condutas inovadoras e criadoras. Suscitará, assim, no indivíduo libertado de suas obrigações profissionais, comportamentos livremente escolhidos e que visem ao completo desenvolvimento da personalidade, dentro de um estilo de vida pessoal e social. Esta função apresenta-se

menos freqüentemente do que a precedente, mas tem uma grande importância para o incremento da cultura popular.

As três funções do lazer são solidárias, estão sempre intimamente unidas umas às outras, mesmo quando parecem opor-se entre si. Na verdade, essas funções acham-se presentes, em graus variados, em todas as situações e em relação a todos os indivíduos. Podem suceder-se ou coexistir; manifestar-se uma de cada vez ou simultaneamente na mesma situação de lazer. Às vezes estão de tal modo interpenetradas que se torna difícil distingui-las. Na realidade, cada uma delas não se apresenta sempre como dominante.

Segundo Marcellino (1996), o desenvolvimento da personalidade, que o lazer enseja, pode ser chamado de *desenvolvimento pessoal e social*. O conteúdo das atividades de lazer pode ser “educativo” e, dependendo da forma como é desenvolvido, abre possibilidades “pedagógicas”, uma vez que o componente lúdico do jogo, do brinquedo, do faz-de-conta, que é implícito ao lazer, é uma espécie de denúncia da realidade, deixando clara a contradição entre obrigação e prazer.

Um dos aspectos que caracteriza as pessoas como sujeitos é a sua possibilidade de fazer escolhas e essa é a característica básica do lazer. As pessoas devem fazer suas escolhas por atividades que lhes interessem e lhes dêem prazer com caráter desinteressado. Nota-se a falta de liberdade, muitas vezes porque as práticas das atividades são compulsivas, isto é, são impelidas ou obrigatórias e também ditadas pelos modismos, pela mídia, ou pelo componente competitivo ligado à produtividade, em que o valor maior está na performance, em que o produto é mais valorizado e em que o processo, que é a riqueza do momento de viver, é remetido para longe, para o futuro, adiando o prazer para depois do expediente, para os fins de semana, para as férias, para a aposentadoria, ou seja, não se vive o presente (Marcellino, 1996).

O lazer deve ser entendido nas suas múltiplas influências de maneira integrada com as outras instâncias da vida social, sob pena de esse entendimento provocar equívocos. Quando as atividades de lazer são utilizadas como fuga, fonte de alienação e simples consumo, ou quando o lazer é encarado como ideal de felicidade. Dessa forma, todos os problemas pessoais e sociais estariam resolvidos ou compensados, pelas possibilidades oferecidas pelo lazer (Marcellino, 1996).

Segundo Marcellino (1996, p. 15):

O sentido da vida não pode ser buscado, como muitas vezes somos levados a crer, apenas num fim de semana, ou numa viagem, embora essas ocasiões possam ser consideradas como possibilidade de felicidade e formas de resistência para o dia-a-dia. A admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social.

2.1.5 Os conteúdos culturais do lazer

A realização de qualquer atividade de lazer envolve a satisfação de aspirações dos seus praticantes. Porém, só se gosta de algo depois de haver conhecido, ou seja, os praticantes devem conhecer os conteúdos do lazer que satisfaçam os vários interesses e devem ser estimulados a participar e receber um mínimo de orientação que lhes permita a escolha: é a educação para o lazer.

Segundo Kaplan, citado por Parker (1978), os conteúdos culturais do lazer são: a sociabilidade, a associação, o jogo, a arte, o movimento e a imobilidade. Para Ray Maw, a classificação é: conversas, festas, esporte e jogos, teatro, jantar e beber fora de casa, faça-você-mesmo, jardinagem, dirigir por prazer, repouso, divertimentos passivos, tv, rádio, leitura, hobbies. Outra classificação é encontrada no Multi-National Time Budget Research Project que usa a seguinte forma: vida social, conversação, organizações, esporte, cinema e teatro, passeios a pé, descanso, tv, radio, leitura, hobbies.

A classificação dos conteúdos culturais do lazer feito por Dumazedier (1980) é baseada na distinção entre os interesses verificados no lazer, ou seja, nas aspirações que predominam nas diversas áreas de atividade. O interesse deve ser entendido com o conhecimento que está enraizado na sensibilidade, na cultura vivida.

Os conteúdos são divididos em cinco áreas fundamentais, segundo Dumazedier (1980): os interesses ou conteúdos culturais do lazer são – *artísticos, intelectuais, físicos, manuais, e os sociais*. Camargo (1986) acrescenta, a esses cinco, os interesses *turísticos*.

Para efeito didático de melhor identificar e memorizar os seis conteúdos do lazer, reunimos todos na seguinte sigla: *STAFIM*, isto é, **S**ocial, **T**urístico, **A**rtístico, **F**ísico, **I**ntelectual e **M**anual. Você “*STAFIM*” de se divertir, de descansar ou de se desenvolver pessoal e socialmente com algum conteúdo de lazer? Esteja à vontade (MULLER, 2001).

Vamos identificá-los. Segundo Marcellino (1996), os conteúdos são entendidos da seguinte forma:

- a) os *conteúdos sociais* – representam a procura fundamentalmente pelo relacionamento e pelo convívio social. Exemplos específicos são os bailes, os bares e cafés, servindo de ponto de encontro, e a freqüência a associações. Sua divisão: a) o semilazer familiar, brincadeiras com filhos, jogos com parentes e amigos; b) a sociabilização espontânea, verificada nos cafés e bailes; e c) a sociabilização organizada, através da participação em grupos e associações;
- b) os *conteúdos turísticos* – produzem a quebra da rotina temporal e espacial, pela busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes; os passeios e as viagens se constituem em exemplos;
- c) os *conteúdos artísticos* – são as imagens, o imaginário das pessoas, as emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e configura a busca da beleza e do encantamento, portanto, abrange todas as manifestações artísticas. Sua

divisão: a) festas legadas pela sociedade tradicional; b) mundo do espetáculo (cinema, teatro, música) com identificação entre os intérpretes; c) as atividades são dominadas pelos personagens, literatura de ficção; d) artes plásticas, em que o interesse ultrapassa o intérprete e o personagem;

- d) os *conteúdos físicos* – são as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica, o exercício físico e todas as atividades em que prevalece o movimento humano. Buscam-se novas relações com a natureza, como reação às condições de trabalho e convivência nos grandes aglomerados urbanos, ou a superação dos limites do próprio corpo;
- e) os *conteúdos intelectuais* – o que se busca é o contato com o real, as informações objetivas e as explicações racionais; a ênfase é dada ao conhecimento vivido e experimentado. A participação em cursos ou a leitura são exemplos. Divide-se em: 1) interesses típicos do lazer, informações sobre arte, esporte; 2) interesses ligados às esferas da vida marcadas pela obrigação, informações religiosas, profissionais;
- f) os *conteúdos manuais* – é a capacidade de manipulação, quer para transformar objetos ou materiais – por exemplo, o artesanato e a *bricolage*, quer para lidar com a natureza, como no caso da jardinagem e do cuidado com animais.

As recomendações de Marcellino (1996, p. 18) são:

o ideal seria que cada pessoa praticasse atividades que abrangessem os vários grupos de interesses, procurando, dessa forma, exercitar, no tempo disponível, o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o contato com outros costumes e relacionamento social, quando, onde, com quem e da maneira que quisesse. No entanto, o que se verifica é que as pessoas geralmente restringem suas atividades de lazer a um campo específico de interesses. E geralmente o fazem não por opção, mas por não terem tomado contato com outros conteúdos.

Como é importante para o desenvolvimento pessoal e social, para a qualidade de vida e o equilíbrio biopsicosocial da pessoa, possuir ou conquistar a liberdade de poder fazer suas escolhas em atividades que lhe oportunizam prazer e sejam diversificadas em conteúdos, enriquecendo as experiências pessoais. Daí a importância de estabelecer um equilíbrio entre atividades práticas, atividades de assistência e atividades que nos tragam conhecimento. É o que veremos a seguir.

2.1.6 Os gêneros do lazer

As atividades do lazer, conforme Marcellino (1983), sob o ângulo da forma de desenvolvimento se dividem em: a) *prática* – atividades culturais; esportes, viagens, etc; b) *consumo ou assistência* – cinema, torcida organizada; c) *conhecimento ou estudo* – jornais, cultura, livros.

Dumazedier (1973, p. 257) afirma que: “a atividade de lazer em si mesma não é ativa ou passiva, mas o será, pela atitude que o indivíduo assumir com relação às atividades decorrentes do próprio lazer”.

Alguns autores colocam a prática como algo tremendamente desejado, e emitem um juízo de valor do consumo como algo que deve ser superado ou menosprezado. Associando, assim, a prática com a *atividade* e o consumo como *passividade*. Uma boa pergunta seria: todo o fazer, toda a prática estariam associados à atividade e todo o assistir à passividade? (MARCELLINO 1983).

Ainda segundo Marcellino (1983, p.47), “tanto a *prática*, o *consumo* e o *conhecimento* em qualquer dos conteúdos culturais do lazer, poderão ser *ativos* ou *passivos* dependendo da *atitude* dos sujeitos envolvidos e dos *níveis* que são vivenciados”. Se a atitude do sujeito espectador é de envolvimento total com uma apresentação teatral esse pode vir a estar mais ativo do que o próprio ator, que já realiza mecanicamente sua atuação.

Já Dumazedier (1973, p. 265) afirma que:

o tempo de lazer, enquanto um tempo de fruição, torna-se também um tempo de aprendizagem, aquisição e integração, diverso dos sentimentos, conhecimentos, modelos e valores da cultura, no conjunto das atividades nas quais o indivíduo está enquadrado. O lazer poderá ser uma ruptura em dois sentidos: a) interrompimento das atividades impostas pelas obrigações, b) um reexame das rotinas repetitivas e fragmentadas das obrigações cotidianas. Se essa dupla ruptura acontecer o lazer poderá provocar uma mudança fundamental na própria cultura.

O lazer oportuniza também o *conhecimento* e a possibilidade de estudo para as pessoas, dos lugares, da cultura popular e erudita, das coisas práticas, do esporte, das ciências etc, e pode trazer mudanças, transformações, na vida das pessoas. O praticado, o assistido, ou o estudado com reflexão pode vir a ser algo revolucionário.

Dumazedier (1973, p. 261-262) caracteriza o espectador ativo como aquele que possui:

seletividade (é quem possui critérios para escolher o lazer que irá fazer), *sensibilidade* (é o sonho acordado, viver intensamente a experiência de lazer, sem preconceitos), *compreensão* (o espectador ativo procura decifrar e apreender a significação da experiência de lazer durante ou depois de vivê-la), *apreciação* (estabelecer uma comparação, uma crítica da experiência vivida e confrontá-la com a vida real) e *explicação* (procura reconhecer o que está por traz da experiência que viveu fazendo uma reflexão e abstraído um conhecimento). É aquele que reúne todas as possibilidades de sua sensibilidade, e inteligência para refazer, do melhor modo possível e a seu modo o caminho percorrido pelo criador.

2.1.7 Níveis de vivência do lazer

O conjunto de atitudes ativas contribui para formar em cada grupo e para cada indivíduo *um estilo de vida*. “O estilo de vida poderia ser definido como o modo pessoal pelo qual cada indivíduo ajeita sua vida cotidiana”. A individualidade tem mais possibilidades de afirmar-se nas atividades livres e cada vez menos no trabalho. Recorrendo a essas atividades livres, o indivíduo terá tempo e oportunidade para encontrar e desenvolver o estilo de sua própria vida, mesmo com relação ao trabalho. A procura e a realização de um estilo de vida conferem ao lazer seu mais alto significado (DUMAZEDIER 1973, p. 262-266).

A originalidade, segundo Linton, citado por Dumazedier (1973, p. 263), que examinou as relações do indivíduo com a cultura de seu meio social, estabelece uma distinção entre *universais* ou crenças e as atitudes comuns a qualquer membro normal de uma sociedade; as *especialidades* são crenças e atitudes diferentes, segundo os ofícios e as profissões, os sexos, etc; as *alternativas* podem ser compreendidas como os modelos peculiares a cada indivíduo de pensar e executar, a seu modo, tudo o que os demais pensam e executam, em suma, as peculiaridades individuais.

A verdadeira originalidade não reside somente nas peculiaridades próprias a cada indivíduo, mas é encontrada também nos vários modos a que cada pessoa recorre para conseguir viver as normas de seu grupo, de sua classe social e da sociedade global à qual pertence.

O valor cultural de uma atitude está relacionado ao nível alcançado pelo praticante ou espectador que pode ser: a) *elementar ou conformista*, b) *médio ou crítico* c) *superior, inventivo ou criativo*.

Uma possível sabedoria de vida a ser alcançada, na direção de uma existência mais feliz, poderia ser a busca do equilíbrio das experiências de lazer. A realização pessoal depende de que as várias dimensões de nossas vidas estejam resolvidas, harmonizadas, contempladas e dentre uma destas pode ser o lazer. Uma das dimensões importante a ser conquistada é o equilíbrio nas experiências de lazer. A conquistada exige fugir da rotina, do tédio, de sempre fazer a mesma experiência dia após dia, pois isso pode conduzir à infelicidade. O equilíbrio é para que possamos diversificar nossas experiências de lazer e para que isso aconteça a educação permanente é um elemento fundamental. Como vou incorporar uma experiência de lazer à minha vida se não a conheço? Desejar fazer, conhecer o que desejo, experimentar o que decidi fazer, experienciar por um tempo esta atividade, são condições para que venha a ser incorporada como uma atividade de lazer.

Um dos princípios do lazer é a qualidade de vida, porém esta qualidade de vida depende do equilíbrio: nos conteúdos culturais do lazer (STAFIM); nas funções do lazer, repouso ou descanso, entretenimento ou divertimento, desenvolvimento pessoal e social; na forma ou gênero do lazer, prática, consumo, conhecimento; tendo em vista a superação dos níveis de conformista para crítico e criativo (MARCELLINO, 1983,p.47).

Acabamos de refletir sobre algumas teorias de lazer. Essas teorias ora se aproximam uma das outras ora se afastam; e para continuar vamos saber o conceito de lazer de alguns autores.

2.1.8 Por uma conceituação do lazer

Finalmente optamos por trazer alguns conceitos de lazer, segundo Dumazedier (1973), Requixa (1980), Marcellino (1999, p. 15-17) e Bramante (1998), por serem os conceitos mais citados por autores brasileiros que trabalham com lazer, destacando-se como o mais citado o conceito do professor Marcellino.

Cabe trazer à discussão o que Parker (1978) afirma. Há três formas de definir o lazer: a) a que leva em consideração o tempo; b) a que leva em consideração a qualidade da atividade de lazer, ou seja, a atitude tomada pela pessoa diante da experiência vivida; e c) a que combina tempo e atitude.

Segundo Dumazedier (1973, p. 34), lazer é:

É um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou a livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Já segundo Requixa (1980, p. 35), o lazer é: “como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e desenvolvimento pessoal e social”.

Marcellino (1983) comenta os dois conceitos, segundo os quais o lazer possui um caráter liberatório que é resultado de uma livre escolha, que é delimitada pelos condicionamentos sócioeconômicos. Para que o lazer exista, é necessário que as obrigações cessem e apareça o caráter desinteressado, isto é, sem fins lucrativos. Os dois autores determinam as funções do lazer: o descanso tanto físico como o mental; o divertimento como superação da monotonia das tarefas obrigatórias e o desenvolvimento pessoal e social. Nas atividades de lazer, busca-se a satisfação pessoal que envolve a personalidade do indivíduo.

Já, segundo Marcellino (1999, p. 15-17), lazer é “a cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”.

Sua concepção, ao afirmar o lazer sendo cultura compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível, é a de que o lazer deve oportunizar às pessoas o acesso aos diversos conteúdos culturais do lazer (STAFIM), não se restringindo somente à prática de uma atividade, mas também ao conhecimento o ao consumo que essas atividades podem oportunizar, não confundindo com a esfera das obrigações inclusive das profissionais. Desse lazer, que é gerado historicamente, pode emergir

valores questionadores da sociedade. À vivência desses valores pode se dar uma perspectiva de reprodução da estrutura vigente ou de transformação dessa estrutura, através de uma postura crítica e criativa na vivência de valores diferente dos dominantes. O lazer é, pois, segundo este autor, portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação, considerando as possibilidades de descanso, divertimento e de desenvolvimento pessoal e social, cujo traço definidor é o caráter desinteressado dessa vivência (MARCELLINO 1999).

Já Bramante (1998) possui a seguinte concepção:

o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se a um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, as quais são determinadas, vias de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais.

Essa definição de lazer de Bramante (1998) alerta que o tempo e a atividade recreativa tendem a transformar-se em mera mercadoria, e que a dimensão do não-trabalho pode assumir um caráter de vivência privilegiada, essência humana através da conquista de um tempo de não-utilidade frente à visão instrumental do tempo. O lazer é um fenômeno pessoal em que os atributos criatividade e prazer são fundamentais, atribuindo novos enfoques nas relações sociais entre o indivíduo e ele mesmo, ele com o próximo e ele com o meio ambiente. A experiência de lazer é temporal/espacial, isto é, sempre nova, renovada. Possivelmente poderá ser até mais enriquecedora do que a anterior, mas nunca como aquela vivida naquele tempo, naquele espaço, na mais pura essência antropológica do ser humano que brinca e que joga. A ludicidade é o eixo principal da experiência de lazer. A riqueza do lazer está na motivação e na liberdade e no grau de percepção da liberdade entre o controle pessoal e de outro(s). Quanto mais gratuita, sem finalidades rigidamente estabelecidas, voltadas para a plena satisfação interna e sob o controle pessoal, maior e melhor a qualidade da experiência de lazer. Quando vivemos uma verdadeira experiência de lazer, o fazemos por amor, de maneira desinteressada, sem busca de recompensa extrínseca. Quanto mais a pessoa se engaja numa experiência de lazer, mais se amplia tanto em quantidade como em qualidade e o fenômeno da transcendência da existência se instala. É quando as pessoas simplesmente se perdem no tempo e no espaço. O desafio é aumentar as oportunidades de acesso aos bens culturais e à base do repertório de diversificadas experiências dentro dos mais variados conteúdos culturais do lazer. Para finalizar essa visão sobre o lazer, o autor questiona a dificuldade encontrada em nosso país de realizar experiências de lazer que promovam o desenvolvimento social e pessoal de grande parcela de nossa população que sobrevive na linha abaixo da pobreza e, de muitos, na linha da miséria. Essa dificuldade não deve ser encarada como uma justificativa para se ver o lazer como supérfluo, não sério. As ações políticas para esta camada mais pobre de nossa

população não devem ser estanques e individualizadas, mas sim integradas sem levar somente comida, mas educação, saúde e esporte e lazer também.

Esses conceitos dão uma dimensão do quanto é séria essa construção humana, chamada lazer, para a vida das pessoas. O homem é um ser indivisível e, portanto, se o trabalho não agrada, não motiva, não lhe valoriza, não lhe realiza, provavelmente a pessoa não terá uma desenvoltura tranqüila no seu tempo disponível em sua experiência de lazer, pois algo lhe incomoda. A recíproca é verdadeira: se o homem não se realiza em seu tempo disponível, isso poderá refletir no trabalho. Aqui novamente vemos a importância do equilíbrio entre o trabalho e o tempo disponível.

Um dos compromissos mais importantes do gestor público de lazer em termos de políticas públicas é educar para e pelo lazer. Isso vale igualmente para os empresários que possuem empregados em suas fábricas, para os dirigentes das entidades sociais, para os dirigentes de clubes, de associações atléticas, de associações de bairro etc., que atendem a grande quantidade de pessoas com interesses comuns. É importante saber que o equilíbrio entre obrigações e lazer deveria ser um hábito de vida de cada pessoa. O hábito se desenvolve principalmente com educação que privilegie a autonomia das pessoas para que façam suas escolhas e tomem suas decisões e se responsabilizem por colocá-las em ação. Por isso o lazer pode ser mantenedor ou revolucionário, depende do sentido que lhe atribuímos, pois lhe dá opções ou você toma a atitude de mudar sua vida em busca de um equilíbrio, incluindo o lúdico no seu modo de viver, ou deixando como está.

Esses conceitos nos esclarecem sobre as dimensões que o lazer possui e que não dá para defini-lo pela experiência vivida, pois o que é lazer para um não o é para outro. Esse esclarecimento nos ajuda a reconhecer que se o lazer tem o caráter gratuito, provém de um desejo e para que aconteça depende de uma decisão de caráter pessoal e de uma atitude que envolva por completo a pessoa e a experiência vivida. Diante disso a imposição às pessoas de qualquer atividade de lazer parece não ser o mais recomendado, até porque provavelmente o lazer pode vir a não acontecer. Porém, essa oferta de lazer imposto possui os mais variados tipos de objetivos, como: o controle social, o incentivo ao consumismo, o de marketing promocional, o de cunho político, o de lazer-mercadoria.

2.1.9 O antilazer e o espírito do consumismo moderno

Qual é o princípio orientador dos valores essenciais pelos quais nós vivemos? O lazer ou o trabalho? Esta resposta está ligada a uma interpretação complexa que nos leva, quem sabe até a cultura de vida das pessoas e ao comportamento do capitalismo onde o desemprego não é uma ameaça, mas uma realidade que tem flexibilizado as relações de trabalho, reduzindo em alguns casos as conquistas sociais. Essas conquistas dão certa tranqüilidade e podem favorecer a realização pessoal no campo profissional. Quanto ao lazer, podemos dizer que o desemprego influencia no seu desenvolvimento, mas podemos concordar que a indústria do lazer tem crescido e a oferta também, isso talvez porque aumentou o tempo livre das pessoas, em relação à época do surgimento da revolução industrial, e também porque as pessoas sejam hoje mais estimuladas ao

consumo, encontrando mais facilidades para isso, além de uma variada diversificação de produtos e serviços de lazer.

E quanto à “real experiência de lazer” dos indivíduos da forma como esse é percebido, sentido, curtido enquanto elemento do cotidiano, da vida diária, a essa real experiência se contrapõe o lazer mercadoria que incentiva o consumismo, aquele que também é oferecido pela indústria cultural.

Como a educação para e pelo lazer ainda não chegou ao povo e a cultura continua a valorizar o trabalho que começa em casa e continua na escola, viver o lazer diário é algo que parece estar sendo adiado, para ser vivido no final do dia, para o final da semana, ou para as férias e, desse, para a aposentadoria. Quando chega a aposentadoria, como não houve aprendizagem e o lazer não ocupou um papel principal na vida das pessoas, provavelmente não será na aposentadoria que irá se consolidar. Por isso é preciso educação para o lazer para que aconteçam reais experiências de lazer.

Essa real experiência de lazer pode ter surgido com a revolução cultural que não é um movimento organizado, mas um processo histórico de onde emergem novos valores questionados da sociedade como um todo e da natureza humana e sobre os quais são exercidas influências da estrutura social vigente (MARCELLINO, 1983).

Para que a população em geral se beneficie desses novos valores, é necessário que sejam assumidos por um movimento de democratização cultural. A Revolução Cultural do Lazer é sustentada pela vivência das situações de lazer que geram seus valores: liberdade de escolha (a pessoa pode decidir) no lazer; dele podem ser tiradas possibilidades educativas, tais como ensinar: a importância do equilíbrio entre trabalho e lazer, os conteúdos culturais do lazer, a observar a realidade, a preservar o meio ambiente; sociabiliza; aproxima pais, filhos e pessoas; oportuniza a organização comunitária e a cooperação; oportuniza uma visão crítica e criativa da realidade social; favorece a solidariedade; é possível vivenciar novas formas de relacionamento social mais espontâneas; a afirmação da individualidade e a contemplação da natureza; observam-se mudanças nas relações afetivas, nas considerações sobre o próprio corpo; no contato com o belo; na busca pelo prazer, etc.(MARCELLINO, 1983, p.15).

Joffre Dumazedier, citado por Parker (1978), “afirmou que hoje o lazer ocupa uma maior parte da vida das pessoas do que no passado, o que foi contestado por Geoffrey Godbey: “o que tem aumentado é o antilazer”. Para Parker o “antilazer” é:

A atividade que é empreendida compulsivamente, meio e não fim em si mesma, a partir de uma percepção de necessidade, com alto grau de pressões impostas de fora para dentro considerável ansiedade, alto grau de preocupação com o tempo, com um mínimo de autonomia pessoal e que impede a auto-realização e autenticidade.

Constranger, forçar, obrigar, compelir são sinônimos de compulsividade. O lazer se caracteriza, pois como vimos nos diversos conceitos emitidos, pela não- obrigação, pela liberdade de decisão sobre o que fazer, pela experiência vivida em si mesma como uma atividade fim, pois ela é gratuita e a sua necessidade parte de desejos pessoais sem

que se aceite pressões externas, longe de ansiedades e de tempo para sua realização, pois não está preocupada com a utilidade, mas possui um alto grau de autonomia pessoal que favorece a auto-realização e autenticidade da pessoa.

Para Marcellino (1983, p. 42), o antilazer é:

a negação do lazer seria simplesmente atividades a serem consumidoras alimentando a alienação. O lazer assim seria uma construção ideológica, sob a qual o antilazer se aproveitaria para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas com o objetivo de mantê-las perfeitamente integradas na sociedade industrial e urbana. Segundo Pascal (sd): “o ruído que nos desvia de pensar a nossa condição e nos diverte” (instrumento de dominação).

Nessa definição de Marcellino, encontramos a ligação entre os interesses das classes dominantes (construção ideológica) em manipular o lazer através de programação dirigida com objetivos de controlar, e especialmente de estimular consumo, algo indispensável para a reprodução do capital, criando para isso necessidades, estabelecendo assim a negação do lazer, isto é, criando o antilazer. Poderia estar dentro desse conceito, a “recreação” que diverte o trabalhador e o desvia de suas reais necessidades.

Segundo Rodrigues (1997), o trabalhador tem o seu tempo livre apoderado pelo modo de produção capitalista, por inúmeras estratégias de marketing, que tenta levá-lo ao lazer consumista como forma de evadir-se e alcançar a qualidade de vida desejada.

Autores como Requixa, Dumazedier e Marcellino defendem que a ampliação do tempo livre é uma conquista da classe proletária. Já Rodrigues (1997) afirma que esta ampliação foi uma necessidade do próprio modelo de reprodução do capital.

Segundo a concepção de ócio burguesa, reforçada pelo princípio do puritanismo protestante, o tempo livre não era bem-visto; era sinônimo de anarquia e por isso deveria ser controlado, pelo aparato social vigente. O tempo de trabalho já era controlado, impunha-se controlar o tempo disponível, transformando-o quase sempre em “tempo de consumo” (RODRIGUES, 1997).

Portuguez (2001, p.33) sobre a maneira de viver, declara:

os indivíduos vivenciam a ilusão da vida privada, quando na verdade têm seus hábitos e necessidades padronizados pelas grandes estruturas responsáveis pela produção do capital. Ir ao barzinho, assistir ao novo lançamento de Spielberg, passear o shopping, ou até mesmo ir à praia, tornou-se atividades necessárias para o “desestressamento”, tão vitais quanto a própria alimentação. Os espaços de lazer são definidos, e é para esses oásis de felicidade que as pessoas se dirigem durante o tempo de descanso, para fazerem exatamente o que tantas outras fazem. (...) O tempo de folga torna-se um período diário de imitação coletiva. Tudo meticulosamente produzido por empresas e instituições que procuram a cada dia tornar a vida privada uma extensão da vida social.

Voltando a Rodrigues (1997), a mídia de massa cria novas necessidades mais rentáveis que substituem as antigas, desfrutáveis durante o tempo livre e o uso deste tempo se converte em ato consumista de espaços de comércio, de serviços e de lazer de forma cada vez mais acrífica e cada vez mais intensiva.

Ainda conforme Rodrigues (1997):

O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um produto privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores.

Sobre essa questão da criação das necessidades de consumo, Campbell (2001) ao estudar a revolução do consumidor, que acompanhou o início da industrialização na Inglaterra do século XVIII, verificou que os historiadores econômicos localizaram essa causa numa “nova propensão para o consumo” e as origens dessa propensão geram as discussões que mostravam que ela vinha da mudança em valores e atitudes, estando esses relacionados com as inovações da moda moderna, o amor romântico e o romance. Porém, essa análise mostrou-se inconsistente, pois nem as teorias instintivistas e manipulacionistas, nem as perspectivas veblenescas oferecem explicações satisfatórias dessa criação dinâmica de novas necessidades que é tão característica do consumo moderno.

Segundo Campbell, é necessário desenvolver uma teoria que não reduza a conduta humana quanto ao consumismo a uma questão de impulsividade instintiva ou manipulação ambiente, mesmo que isso compensasse a inaptidão do utilitarismo, apreciando a questão da origem das necessidades. A solução adotada por Campbell (2001, p. 284) foi: “voltar-se para um modelo hedonista de ação humana e, evitando o hábito enganador de tratar essa palavra como um sinônimo de utilidade, focalizar esse aspecto da conduta humana em que o *prazer* e não a *satisfação* é o objetivo”.

Ainda segundo Campbell (2001, p. 284), existe o hedonismo tradicional e o moderno. O tradicional é uma preocupação com a experiência sensorial, com os “prazeres” em que o hedonista busca os poderes despóticos. Já o hedonismo moderno é assinalado com uma preocupação com o “prazer”, idealizado como uma qualidade potencial de toda experiência.

Com o fim, porém, de extraí-lo da vida, o indivíduo tem de substituir os estímulos verdadeiros pelos ilusivos e, por meio da criação e manipulação de ilusões – e, conseqüentemente, pela dimensão emotiva da consciência, construir seu próprio ambiente aprazível. Essa forma ilusória de hedonismo, autônoma e moderna, se manifesta comumente como disposição para devanear e fantasiar. Sabe-se que o hedonismo deste tipo é capaz de proporcionar a resposta ao problema dos aspectos distintivos do consumismo moderno, pois explica como o interesse do indivíduo se concentra primordialmente nos significados e imagens atribuíveis a um produto, o que exige a presença da novidade. Ao

mesmo tempo, as alegrias do anseio rivalizam com as da verdadeira satisfação, e a desilusão é necessariamente concomitante à compra e ao uso dos bens, características que também ajudam a explicar a natureza dinâmica e “desaquisitiva” do comportamento do consumidor moderno.

Para finalizar esse entendimento sobre o consumismo moderno, patrocinado pela visão de Campbell (2001), ele chama a atenção para o fato de a lógica cultural da modernidade não se expressar somente pela racionalidade, mas também pela paixão e pelo sonho criativo que nasce do anseio. A energia que move o dinamismo ocidental provém da ciência e da tecnologia, da moda, da vanguarda e da boêmia, mas principalmente da tensão gerada entre o sonho e a realidade, o prazer e a utilidade.

O antilazer está, portanto, mais presente na vida das pessoas que se possa imaginar e é talvez observando o valor cultural atribuído à atitude diante do lazer que está relacionada ao nível alcançado pelo praticante ou espectador, que pode ser conformista, crítico ou criativo e é também em função disso que se pode manter uma distância da alienação produzida pelo consumismo.

2.1.10 Considerações finais

Para finalizar esta reflexão primeiramente sobre a evolução histórica aqui levantada optamos por considerar o lazer como uma conquista da classe trabalhadora mesmo que outras influências possam ter agido para que o lazer fosse considerado um direito do trabalhador. Ao mesmo tempo em que se trazia o desenvolvimento histórico esse serviu para fazer a óbvia pergunta, mas afinal o que é lazer?

O conceito que adotamos e também trabalhamos, por entendermos ser o mais coerente com nossa visão de sociedade, dentre os diversos apresentados é o de Marcellino (1999, p. 15-17), segundo o qual lazer é: “a cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”. E sua prática depende da liberdade e da decisão de quem pretende vivê-lo.

E, por último, a conquista de maior tempo livre após longa luta proletária que durou quase duzentos anos, reduzindo de dezesseis horas de trabalho diário para oito horas. A tensão entre o tempo livre, o tempo liberado do trabalho e o tempo de trabalho continua. Pode, para muitos brasileiros, este aparente aumento do tempo livre não ter acontecido, pois o que tem aumentado para muitos é o antilazer, isto é atividades impostas para controlar e consumir, mantendo assim a lógica de mercado com algumas exceções.

Este texto não pretende ser conclusivo, mas chamar a atenção para que o lazer seja estudado, ensinado, praticado e fruído, através de experiências que sejam significativas para as pessoas, respeitando a cultura de cada um procurando estabelecer um equilíbrio nos conteúdos culturais do lazer (STAFIM) e na vida pessoal entre os tempos de trabalho, liberado do trabalho e livre.

2.2 Políticas públicas abrangentes

Os termos educação física, esporte e lazer estão sempre em dinâmica construção e mudança. Uma definição depende da maneira como se enxerga o mundo e a sociedade e isso vai influenciar na observação da realidade. O debate acadêmico conceitual nunca terá fim, e assim continuamos sem uma política definida, pelos menos que satisfaça no momento.

Estamos refletindo sobre a política de lazer com a qual estamos insatisfeitos, porque quase não a percebemos. É necessário sentirmos que o nosso país, o nosso estado e o nosso município ofereçam pelo menos um serviço adequado e uma competente intervenção social em educação física, esporte e lazer.

O aprofundamento da conceituação acadêmica não interessa nesta discussão, por isso vamos sinalizar os possíveis caminhos para uma política setorial de educação física, esporte e lazer, através da interpretação dos termos. Cabe ressaltar que todos estes termos inserem-se na história, nas ciências e se constituíram como área na intervenção social, uma vez que não há intervenção sem um agente que a execute. Desde já, compactuamos com a preocupação de que o profissional que está inserido na intervenção é de extrema importância para que a política pública, qualquer que seja ela, venha a dar certo.

A Educação Física nos remete para a escola e para a vida das pessoas, estando ligada historicamente à pedagogia e à educação. Com o avançar dos anos, torna-se científica e firma-se com a intervenção do profissional (educador físico), com a pesquisa e com as discussões acadêmicas dentro da área do esporte e do lazer e, atualmente, reconquista, ou conquista, o espaço que era exclusivamente da medicina, a “promoção da saúde”. Da Costa (1999) afirma que “a Educação Física se defronta com um conhecimento fragmentado, por vezes incoerente, justamente por sua natureza multidisciplinar”.

Em relação às discussões acadêmicas sobre uma única denominação, chamada Educação Física, Da Costa (1999) elabora uma mediação entre o pensamento dos autores Bracht, Go Tani, Betti e Lovisolo, chamando atenção para a tese em que a Educação Física pode ser resumida em duas vias predominantes: a primeira é cientificista - postula que a Educação Física deveria ser a motricidade humana que delimita seu ramo à cinesiologia, ou ainda, para o esporte, apresentando o risco da perda do significado social das intervenções e atribuindo à Educação Física um papel meramente instrumental, como já acontece com outras disciplinas prestadoras de serviço, como a Medicina, a Fisioterapia. Já a segunda visão é a tradicionalista - mantém o “status quo” e, portanto, a denominação de Educação Física concebe a atividade física com propósitos pedagógicos, agônicos (desporto) e lúdicos (lazer) como de natureza multidisciplinar, sujeita a diversas ciências-mãe. Tal via representa uma crescente dissolução da Educação Física em seus saberes originários, diante da expansão relevante da pesquisa científica que envolve exercícios físicos, desportos e atividades de lazer dos dias presentes.

Através dessas visões, Da Costa (1999) propõe uma terceira tomada de posição para o debate epistemológico da Educação Física, levando a considerar a categoria de

legitimação numa área profissional como a categoria central. Logo, a terceira via “pressupõe como válido tanto o revisionismo científico, quanto o pedagogismo implícito de suas tradições, porém valoriza mais o papel social do educador físico do que seus saberes”. Por último, defende a proposta de se ter o educador físico como mediador efetivo e dominante de seus saberes, vis-à-vis com a sociedade em que vive e situa suas intervenções profissionais, no sentido de superar o conteúdo reducionista das atuais propostas de racionalização da Educação Física, como também o tradicionalismo a elas anteposto.

A escola de ensino fundamental e de ensino médio tem um papel central para a formação e a continuidade das políticas públicas, pois é o lugar onde a Educação Física é transmitida primeiramente, como informação na busca da formação dos sujeitos que deveriam ter o aprendizado para a autonomia e para incorporação de algum hábito, oportunizado pela Educação Física.

As perguntas que nos incomodam são: a educação física está cumprindo o seu papel? Estamos ensinando como tirar proveito da educação física para a saúde e para a vida? Estamos ensinando apenas um esporte? Será que até mesmo este esporte é ensinado? A educação física é uma disciplina respeitada na escola? Somos reféns da bola de futebol e meros recreacionistas que fazem da educação física uma atividade meramente compensatória? Para manter viva a educação física precisamos de lei que a obrigue a ser aplicada na escola? Estas perguntas não serão objetos de reflexão neste texto, mas deixam uma preocupação, se as respostas forem negativas terão influências para o futuro das políticas públicas.

A educação é a base de tudo e, se o aluno teve esta educação sonogada, nem saberá que o esporte, a promoção da saúde e o lazer são direitos seus. E, não dando o valor, por não conhecer os benefícios da educação física, provavelmente não formará o hábito para as práticas corporais, para o esporte e para a ocupação do tempo livre com um lazer significativo para sua vida. Com isso, deixará de atribuir o devido valor às políticas públicas da área, causando, com isso, provavelmente no futuro, um maior impacto nas políticas públicas de saúde curativa.

Gaya, (2000) sugere quatro pontos a serem observados numa política de educação física e esportes. O primeiro é sobre a valorização da educação física, do esporte escolar e do lazer, base para o adequado desenvolvimento das habilidades motoras que possam promover a formação de uma cultura corporal, do esporte, e da ocupação do tempo livre, do movimento humano, enfim. O segundo se refere à valorização do associativismo esportivo representado pelos clubes sociais e esportivos, associações de bairro, centros comunitários. É a educação física, o esporte e o lazer voltando a afirmar o lazer entendido com todos os seus conteúdos culturais (STAFIM). O terceiro ponto é a valorização das Escolas de Educação Física, onde se dá a intervenção através dos estágios, projetos de pesquisa e extensão comunitária. O quarto ponto é a valorização das Confederações, Federações e Ligas Esportivas, que possuem grande importância no desenvolvimento do esporte de rendimento, mas que deveriam articular-se para uma intervenção também na escola, na comunidade. O autor salienta a importância que a educação física tem no auxílio da concretização de programas de saúde entendidos como uma via na “promoção de saúde”.

A educação física deve ser levada em consideração na elaboração das políticas públicas: tanto municipal, quanto estadual e federal. A articulação com as universidades, especificamente com os cursos de graduação em Educação Física é indispensável, pelo conhecimento acumulado no ensino, na pesquisa e na extensão, e pode ser o grande motor que impulsionará as parcerias, tendo os parceiros só a ganhar, pois desenvolvem e aprendem com a intervenção e prestam um serviço qualificado à população. É importante, também, na formação e na qualificação permanente dos recursos humanos dos órgãos públicos.

Os cursos de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado, no terreno da pesquisa, podem direcionar seus estudos para problemas e soluções que são de interesse dos órgãos públicos. A intervenção social dos órgãos públicos pode, com essa parceria, ganhar em qualificação na implantação de metodologias de ação comunitária, no estabelecimento de programas e projetos de promoção da saúde, de educação para e pelo esporte e lazer, de estímulo e colaboração à organização comunitária para a autonomia, para a participação, para a defesa dos direitos de cidadania em relação ao esporte e lazer por parte da população. Esses e muitos outros papéis podem ser desempenhados pela educação física e estimulados pelas parcerias. Mas, para isso, devem planejar em conjunto: órgãos públicos, universidades e organização popular. Esse planejamento se cristalizará em um plano construído pelo desejo de todos.

Outro ponto a ser considerado na formação de políticas públicas de abrangência é o esporte. Tanto o termo educação física, quanto o tema lazer possuem, junto a si, o esporte que hoje adquiriu uma dimensão independente da educação física, pois tem vida própria. Sua presença é tão marcante e envolvente, que possivelmente a educação física teria dificuldade para sobreviver sem ele. O esporte é uma das maiores indústrias culturais, emprega e diverte milhões de pessoas, mas também possui suas mazelas. Existiria uma grande dificuldade se quiséssemos separar a educação física do esporte.

Cabe lembrar a importância da escola no processo de desenvolvimento de uma política abrangente que também inclua o esporte, porém, o esporte na escola pode ser semelhante ao esporte na comunidade e, também ao esporte de rendimento, senão no espetáculo, pelo menos, muitas vezes, na lógica. Portanto, o papel da escola é educar para o esporte oportunizando o acesso aos menos habilitados, que são a grande maioria, para que esses incorporem o esporte para a vida, para a saúde ou para o seu lazer. Defendemos que, após oferecer para todos os alunos interessados o esporte, a escola deva ter seus times de representação. As crianças que se destacam no esporte escolar deveriam ter a oportunidade de aperfeiçoar suas habilidades na própria escola, na ação governamental local ou nos clubes. Isso refletiria uma seqüência lógica de uma política bem planejada.

Será que a integração dentro dos governos acontece? Será que a interface governamental para elaboração conjunta de políticas públicas de esporte, entre os Ministérios, Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação, de Esporte, de Turismo e de Fundações de Esporte é uma realidade? O esporte escolar é atribuição do setor de educação, o esporte participação e de rendimento é atribuição do setor de turismo e esportes, do setor privado e das fundações, como acontece em alguns Estados da Federação. Nos municípios, esses setores encontram-se dispersos em Departamentos de

Esporte, Ligas, vinculados ou não às Secretarias de Turismo e Educação ou, o que é bastante comum em cidades pequenas, aos velhos Conselhos Municipais de Desporto (CMDs), o que ajuda a produzir maior confusão para seu entendimento e a dificultar a integração.

O problema é agravado quando essas formas de organização trabalham de forma desarticulada, isolada, em paralelo, e não em convergência. O setor de educação, que possui recursos fixos em percentual, leva vantagem, pois sabe que pode contar com uma determinada verba, o que os setores do esporte não possuem. Mas será que o esporte escolar está operando a contento? Será que existe a interface entre os setores dos esportes comunitários e de rendimento, com os de esporte educacional? Será que o esporte escolar não poderia estar num patamar melhor? Um dos problemas talvez seja a maneira de administrar a coisa pública, de forma isolada e compartimentalizada. O esporte participação, basicamente em municípios do interior brasileiro, se restringe ao futebol e atua através dos CMDs que estão desvirtuados de suas funções básicas. Esses Conselhos, que deveriam construir as políticas públicas, tornaram-se órgãos executivos, pois se tornam espaços políticos disputados para empregar “cabos eleitorais” ou os não-eleitos e provavelmente não qualificados para a função.

O esporte é um direito de todos e um dever dos órgãos públicos. Outra consideração que deve ser feita é o princípio da cidadania e da democratização que o esporte deve adotar para sua intervenção social no Brasil. As ações governamentais devem ser dirigidas para todos, inclusive para os segmentos marginalizados da população. Mas, se a preferência da maioria dos municípios é pelo futebol e pelos esportes seletivos, esse processo é dirigido para a exclusão. Portanto, é necessário reverter esta política, já que ela não democratiza, nem produz justiça social.

O esporte não é diferente da sociedade em que está estabelecido, mas pode desenvolver valores que se contrapõem à exclusão, à violência, à falta de cidadania. Ele pode estimular a democracia, a sociabilidade, a saúde, a integração comunitária e tantos outros valores que humanizam os homens. Por tudo isso, o gestor público não é só um político, ou só um técnico, ele tem um compromisso educacional e pedagógico com a gestão.

Um dos pontos mais importantes para a consolidação do esporte é a municipalização, porque é no município que tudo acontece, cabendo à União traçar as normas e as diretrizes maiores, repassar os recursos para os Estados, a fim de que esses atuem na complementação e no repasse dos recursos aos Municípios onde estará demonstrada a ação governamental que no momento se encontra distanciada do povo. Cabe citar, como exemplo, no sentido de fortalecer a união daqueles que lutam por este setor, o movimento feito em 1999 pela Associação Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer que denunciou a falta de repasse de verba do Ministério de Esporte e Turismo aos municípios; o direcionamento da Lei Pelé que prioriza o futebol profissional; a municipalização do turismo e não do esporte (Rejane, 1999, Secretária de Esporte e Lazer de Porto Alegre). Essa Associação reivindica a urgente municipalização do esporte, a alteração do percentual 4,5% para 10% de toda a receita advinda de recursos de prognósticos destinados ao esporte, bem como o aumento do repasse de 50% para 80% aos municípios.

Em relação ao lazer, a confusão é ainda maior, a começar pelo seu entendimento. Marcellino (2001, p. 46) diz que o lazer é a “cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude”. Se o lazer é uma cultura e seus conteúdos estão no STAFIM, esses se situam em diferentes instâncias de governo: os conteúdos artísticos são desenvolvidos pelo Ministério de Cultura, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura e também do Turismo; os conteúdos turísticos são desenvolvidos pelos Órgãos de Turismo; os conteúdos físico-esportivos pelos Órgãos de Esportes, estando os conteúdos sociais e manuais em todos esses órgãos. Daí, o entendimento do lazer não ser objeto de apenas uma instância de governo, pois, em menor escala, atuam os Setores de Agricultura, Saúde e Ação Social.

Para evitar a confusão existente na área, este esclarecimento se faz necessário. Dada a abrangência do termo, estes órgãos poderiam ser chamados de Ministério, Secretaria Estadual ou Municipal do Lazer, em que estariam todos os conteúdos culturais do lazer representados e contidos. Contudo, isso não é absolutamente necessário, nem o mais importante. O nome não garante uma prestação de serviço de qualidade, mesmo que continue a proliferação de nomes. A recomendação é que aconteça a interface planejada conjuntamente entre os diversos órgãos, garantindo uma unidade de governo sedimentada numa política pública transparente, construída com participação popular, perspectiva de desenvolvimento de todos os conteúdos culturais do lazer dirigido a todos os segmentos da população, abrangendo a Educação Física e o Esporte.

Requixa (1980) afirma que três diretrizes devem ser adotadas para o estabelecimento de uma política de lazer: criação de equipamentos, aumento do tempo livre ou redução do tempo de trabalho e animação sociocultural. A primeira diretriz é a criação de equipamentos e tem um cunho genérico, pois é o processo de urbanização, o espaço em que vivemos que influencia a nossa maneira de viver. Portanto, cabe uma análise multidisciplinar sobre as cidades, onde o estudioso do lazer deve se fazer presente, a quem cabe, igualmente, o controle e a projeção das áreas de lazer pelos setores de lazer e esporte, não sendo somente a Secretaria de Serviços Essenciais ou Serviços Públicos que detém esse comando. A integração de vários órgãos governamentais garantirá uma cidade melhor, desde que a população esteja no meio das decisões.

A segunda diretriz diz respeito ao aumento do tempo livre, que é um fator que não depende somente das políticas públicas. Ao longo dos últimos cento e cinquenta anos o tempo livre, linearmente falando, aumentou, e, para alguns grupos, a semana de trabalho já é de trinta e cinco horas. Requixa (1980) cita duas premissas fundamentais: a democracia cultural e a melhoria da qualidade de vida. No entanto, ainda não há, no Brasil, entendimento entre a classe trabalhadora e a classe empresarial, sobre a redução das horas de trabalho. Mas será que o tempo livre aumentou para todos? Por que então o trabalhador brasileiro tem tantas horas extras?

Ainda, a terceira diretriz reafirma que é necessária a existência dos recursos materiais para a atuação dos animadores culturais⁴ para que a atividade-fim seja a animação cultural⁵. De que adianta ter espaços para o lazer e esporte, se esses não são animados? Como vimos, um caminho longo ainda temos para construir políticas públicas e privadas, para planejar nossas cidades, dotá-las de equipamentos para o desenvolvimento da animação sociocultural em educação física, esporte e lazer que venham influenciar o desenvolvimento da política pública para a população.

Se a discussão das políticas públicas de educação física, esporte e lazer no Brasil fosse tão fácil, por certo teríamos um vasto repertório de obras sobre o assunto. Qualquer política que venha a ser implementada no Brasil precisa levar em consideração a educação física, o esporte e o lazer e suas especificidades. Porém, quando se trata de lazer, o leque se amplia, pois é indispensável contemplar os vários conteúdos culturais (STAFIM). Logo, a política nesta concepção abrangente, aqui levantada, estará sendo desenvolvida por várias instâncias de governo, destacadamente pelos órgãos de Turismo, Educação, Esportes, Lazer, Recreação e Cultura. A unidade de governo só poderá ser requerida se houver a articulação entre as instâncias, no sentido de reduzir a diversidade e o entendimento que se apresenta. É equivocado o pensamento de construir, após uma frustração olímpica, políticas para contemplar uma das partes do todo. Essa política pública exige uma longa construção, pois o assunto se torna mais relevante quando pensamos nos cidadãos mais comuns e não somente nos mais aptos e habilidosos, ou nas classes sociais mais abastadas. Não é verdade que para se construir uma política para todos seja necessário acabar, por exemplo, com o esporte de rendimento. Ao contrário. Mas, seguramente impõe que sejam revistas as prioridades. Em resumo, uma política pública abrangente, ou seja, de educação física, esporte e lazer que tenha como objetivo, uma oferta diversificada de esporte e lazer para a população de forma indiscriminada, seguramente irá desenvolver também o esporte olímpico, é um processo e não um começo, e, sobretudo, um fim. O processo deve se desenvolver sempre, não apenas durante um mandato governamental, ou após uma frustração ao final dos jogos olímpicos.

2.3 O planejamento: o norte - elaboração de Diagnóstico, de Plano Operacional Anual Setorial, de Relatório Anual e de Projetos com seus programas e eventos

O planejamento estratégico do esporte, do lazer, da recreação e das atividades físicas é um ato relacionado com o futuro, em que o gestor público organizará sistematicamente todas as novas ações. Essa ferramenta ou instrumento serve para o atingimento das metas. O planejamento estratégico para poder ser baseado em dados da realidade de um município precisa ser antecedido de um diagnóstico. Este é um instrumento fundamental para que se possa implantar os demais instrumentos necessários à realização de uma boa gestão, no caso, pública. Nos baseamos em Bramante 1997, p.144 para sugerir itens que poderiam compor um diagnóstico de

⁴ Animador cultural é o profissional ou o voluntário que atua na intervenção social, planejando, executando e avaliando ações de interesse da população.

⁵ Animação cultural são as ações, (lazer e recreação) programas, subprogramas, eventos levados à população com o objetivo de oportunizar um oferta de lazer.

necessidades, como um modelo para poder investigar se os municípios pesquisados realizaram diagnósticos:

Dados históricos (identidade e vocação do município); informações político-administrativa (inserção do lazer na lei, no plano de governo e estrutura administrativa); levantamento dos indicadores sociais do município (grau de escolaridade, distribuição por sexo, faixa etária, estado civil, dimensionamento dos segmentos especiais etc.); mapeamento dos recursos físicos – (específicos e não-específicos, públicos e privados); mapeamento dos recursos humanos – (profissionais e voluntários) e grupos de interesses específicos no lazer (clubes, associações, etc.); mapeamento dos recursos programáticos – (levantamento dos eventos/programação já existente no campo do lazer desenvolvido pelos diferentes setores da comunidade em estudo); recursos financeiros – (levantamento do orçamento analítico do ano anterior da municipalidade em estudo, visando identificar o proposto e o executado nesse campo de serviços); identificação das características da demanda real e da demanda potencial aos serviços de lazer (enquete junto a alguns recursos urbanos de lazer selecionados - centro esportivo, espaço cultural, etc. visando conhecer a dinâmica dos usuários).

A questão da elaboração de um plano anual para o desenvolvimento de uma Secretaria de Esporte e Lazer é algo fundamental para que a organização tenha um rumo e saiba onde quer chegar. Um barco a deriva vai para qualquer lugar que as correntes marinhas levarem, menos para o lugar que os tripulantes desejam. Portanto, segundo Roche 2002, p.110, o Plano Operacional Anual:

é o instrumento básico de administração de uma organização desportiva, visto que nele são incluídos todos os projetos a serem desenvolvidos pela organização em um ano ou em uma temporada desportiva. É o guia de administração da organização. Se o conceito de “gestão” é muito mais amplo que o planejamento e a programação, pois estes são somente componentes daquele, a nosso ver são, sem dúvida, os aspectos sobre os quais gira a gestão. Sem um bom planejamento e programação do trabalho a ser desenvolvido em uma organização desportiva, de nada serve ter a melhor estrutura, um financiamento adequado ou os melhores programas de marketing.

Para estabelecer um parâmetro de como deveria ser um plano anual juntamos as sugestões de Bramante (1997), as orientações conceituais de Roche (2002) e as contribuições oferecidas pelo autor desta tese, tendo em vista a busca de significados e direcionamentos para o aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e lazer. Optamos por sugerir que o Plano Operacional Anual Setorial (POAS) de uma Secretaria de Esporte e Lazer poderia se constituir em um documento único e se comporia de:

1) capa; 2) folha de rosto; 3) sumário; 4) apresentação ou resumo; 5) dados de identificação; 6) diagnóstico; 7) introdução e ou justificativa do serviço público de esporte e lazer; 7) referencial teórico (que são os pressupostos que embasam, subsidiam e justificam a forma de ação governamental adotada, que se baseiam em autores que confirmem a

visão de mundo que as pessoas do governo possuem); 8) divisão político administrativa da secretaria ou departamento ou setor de esportes e lazer; 9) cronograma geral do Plano Operacional Anual Setorial; 10) política pública – que determina a missão, os princípios, às prioridades, às diretrizes e/ou objetivos do Governo Municipal e da Secretaria; 11) metodologia e estratégias de implantação; 12) planejamento de recursos humanos; 13) planejamento da infra-estrutura de esporte e lazer (espaços, equipamentos, e materiais); 14) conteúdo programático (animação sociocultural através de programas, subprogramas projetos, eventos e atividades); 15) planejamento de programas ou eventos de integração institucional – interfaces com outras secretarias de governo; 16) criação e manutenção de equipes de representação e apoio a equipes da comunidade; 17) planejamento de parcerias com Instituições Comunitárias e a iniciativa privada; 18) planejamento de atividades de organização comunitária; 19) planejamento do fundo municipal de esporte; 20) planejamento e atuação conjunta com o Conselho Municipal de Desporto (CMD); 21) planejamento de desenvolvimento e organização comunitária; 22) planejamento de atividades de educação para o esporte e lazer – programas e eventos de formação (desenvolvimento pessoal e social); 23) planejamento de captação de recursos dos Governos: Estadual e Federal; 24) planejamento dos recursos orçamentários (cumprimento das diretrizes orçamentárias de 4 anos); 25) avaliação; 26) calendário de eventos; 27) referências; 28) anexos, entre outros.

Uma boa gestão para ser completa necessita de instrumentos técnicos como o diagnóstico sobre a realidade local, que acaba dando origem a um Planejamento que se materializa na elaboração de um Plano Operacional Anual Setorial. É indispensável que todas as ações previstas e realizadas no plano sejam relatadas por escrito em um documento feito no final do ano, que é o Relatório Anual. Este relatório, além de demonstrar com dados o que aconteceu, também pode trazer consigo a tabulação e análise de outro instrumento fundamental a uma boa gestão, que é a Avaliação. Para termos como parâmetro de um relatório anual modelo, para efeito de comparar os relatórios que os municípios da pesquisa possuem, apresentamos a nossa sugestão enquanto um documento de peça única, que sintetizasse e condensasse os seguintes itens:

- 1) Capa; 2) folha de rosto; 3) sumário; 4) apresentação ou resumo; 5) dados de identificação; 6) cronograma de todos os projetos, programas e eventos (resumidos – nome do projeto, programa ou evento, datas, local, horário, tipo de execução, relatar se houve apoio comunitário, promoção ou parceria, tipo do projeto: pontuais, cíclicos e permanentes, número de participantes, descrição sumária do evento, etc...); 7) metodologia; 8) atingimento dos objetivos e diretrizes da Secretaria; 9) a avaliação, com o estabelecimento de indicadores de quantidade e qualidade; 10) a mídia empregada; 11) os recursos humanos, materiais, físicos e financeiros; 12) a infra-estrutura de esporte e lazer; 13) as parcerias e ou os apoios; 14) o grau de satisfação dos participantes; 15) o número de inscritos e de atendimentos a usuários; 16) o financiamento de projetos comunitários; 17) os resultados alcançados pelas equipes de representação comunitária; 18) os recursos conseguidos com os

governos estadual e federal; 20) uma conclusão sobre o serviço executado durante o ano; 21) anexos, entre outros.

Para efeito desta pesquisa, definiremos que as organizações esportivas quer públicas ou privadas, para o desenvolvimento de suas obrigações e funções, se manifestam executando diferentes **ações, atividades, programas**, os quais chamaremos, conforme Roche 2002, de **projetos**. Queremos acrescentar ainda que também será sinônimo de projeto a atividade **evento**.

A gestão pública deve primar por ser uma instituição organizada, devendo o seu funcionamento girar em torno de um POAS escrito e estruturado em projetos. Segundo Roche 2002, p.101:

Os projetos a serem desenvolvidos por uma organização desportiva são os instrumentos que permitem alcançar os objetivos estabelecidos através do desenvolvimento de estratégias selecionadas(.....).Os projetos são elementos de união entre o plano estratégico e o plano operacional anual de uma organização desportiva. De fato, os projetos devem figurar resenhados no plano estratégico de um organização desportiva e em sua atualização permanente (anual) e são também a peça-chave do plano operacional anual. Enquanto no plano estratégico, que tem um horizonte de três, quatro ou cinco anos, os projetos somente estão definidos ou enumerados, no plano operacional anual estão desenvolvidos e detalhados.

Como vimos o a execução do plano estratégico se operacionaliza na prática através do plano operacional anual e este se estrutura com os projetos com seus programas, eventos, atividades ou ações.

Seguimos ainda definição de Roche 2002, p.106, quanto à temporalidade dos projetos:

- projetos pontuais: aqueles que têm definidas claramente uma data de princípio e uma data final. São únicos e não se repetem;
- projetos cíclicos: aqueles que, mesmo podendo ter ponto determinado de começo e fim, se repetem continuamente, normalmente a cada ano, no funcionamento de uma organização desportiva;
- projetos permanentes: aqueles que respondem a serviços ou atividades que estão permanentemente ativos na trajetória da organização.

Como podemos concluir, as instituições públicas para seu funcionamento adequado é recomendado que se organizem para apresentar um serviço de qualidade em esporte e lazer, além de ter um marco conceitual de como o serviço poderá ser prestado o conhecimento de um cabedal de conhecimentos técnicos são indispensáveis ao desenvolvimento das boas práticas de gestão para o setor. Por isso é possível que nos

recursos humanos estejam as diferenças, quanto a qualidade do serviço público apresentado os apoios. É o que passaremos a ver no próximo sub título.

2.4 Os recursos humanos

Como as pessoas são extremamente importantes para o desenvolvimento de uma organização, pretendemos revisar neste tópico à luz da atuação dos profissionais do lazer enquanto gestores de políticas públicas. Esta parte da tese é baseada em estudos bibliográficos de autores de lazer e estudiosos da administração em geral antes citados, e na pesquisa realizada por Müller (2000), "Políticas públicas setoriais para a área do lazer nos municípios do Vale do Rio Pardo", mais especificamente nos municípios de Venâncio Aires, Candelária, Vera Cruz, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Assim posto em primeiro lugar pretendemos verificar se existe uma identidade para o animador cultural; se esse profissional precisa de qualidades natas; se existe uma formação desejável para que se atue no tempo livre das pessoas; e se existem pré-condições para o desempenho dessas funções.

Quanto à designação do profissional do lazer, várias são as denominações como a de militante, programador, animador, agente, agitador: sociocultural; ou da cultura; ou do lazer. Outros ainda o chamam de monitor, recreador, recreólogo, orientador social, supervisor, coordenador, gentil organizador, curador, *promoter*, professor (não escolar), instrutor. Todas essas designações demonstram pouca clareza e dificuldade de entendimento de quem é efetivamente esse profissional, acarretando uma falta de identidade profissional e de origem em sua formação inicial (CAMARGO, 1998).

Num entendimento mais amplo, incluiremos o gestor público de cultura, de turismo e de lazer/esportes, bem como o gestor privado dos clubes, das associações atléticas, dos sindicatos, das associações de bairro, dos parques rurais, dos hotéis, dos parques temáticos, das colônias de férias, dos parques aquáticos, das entidades classistas, dentre outros, como profissionais do lazer que vivem desse tipo de trabalho ou militam como voluntários na promoção do lazer, no tempo livre das pessoas.

Chamaremos, neste estudo, o profissional do lazer sob a denominação genérica de animador cultural. As possibilidades diversificadas de funções, de atividades, de ações trazem uma realidade profissional mal definida e, às vezes, não compreendida, daí ser conhecido como gestor de lazer, gerenciador, organizador (membro de diretoria de entidades) e animador de festas, viagens, esporte para todos, encontros, seminários, cursos, congressos, fóruns, feiras de materiais esportivos, de lazer, de animais, e de artesanato, torneios, campeonatos, passeios, gincanas, colônia de férias, excursões, acampamentos, exposições diversas, festival de cinema, teatro, de alta cultura e de cultura popular, dentre outras (CAMARGO, 1998).

Este subtítulo está subdividido da seguinte forma: no primeiro item, é feita uma revisão sobre a procura de uma identidade para o animador cultural; no segundo item, discute-se a questão: será que o animador precisa de algumas pré-condições para assim ser chamado, ou seja, deve possuir qualidades natas ou pode desenvolver, adquirir essas

habilidades? No terceiro item, analisa-se como o animador cultural deve se portar dentro da função de organizador de eventos; no quarto item, a educação para e pelo lazer é tida como um dos maiores compromissos do animador cultural; no quinto item, é trazida a discussão dos resultados da pesquisa já mencionada (MÜLLER, 2000), que sinaliza de que maneira os gestores públicos de lazer do Vale do Rio Pardo, se comportam em suas funções⁶; e, por último, apresentamos a conclusão. Toda essa reflexão procura, nesta revisão da literatura, encontrar um profissional competente para que o trabalho envolvendo Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol possa ter como parâmetro a importância do profissional que dirige uma instituição pública, objeto da pesquisa.

2.4.1 Caracterização do profissional do lazer: à procura de uma identidade

É importante notar que o animador cultural, tanto pode ser um profissional como um voluntário que atua diretamente com o público, como pode ser aquele que planeja e dirige uma equipe de lazer. Pina (1995) afirma que, independente da função que o animador exerce, deve possuir formação, atualização, espírito de cooperação, comunicação, imaginação/intuição e comportamento/atitude. Esse perfil serve tanto para quem atua diretamente com o público como para quem dirige a equipe. Porém, o animador não deve ser um direcionador de atividades: ele precisa priorizar a emancipação dos sujeitos livres, para que possam fazer suas escolhas, o que não o exclui de realizar seu trabalho embasado nas teorias do lazer e orientar as opções escolhidas pelo público.

Segundo Marcellino (1995), esse animador deve estar fundado no entendimento do lazer concreto e sua ação seria geradora de novas competências que estimule a participação e o exercício da cidadania, trabalhando interdisciplinarmente engajado em equipes multidisciplinares.

O animador que exerce sua função na direção da emancipação humana sabe que é indispensável perguntar às pessoas o que é significativo para elas: divertir-se, descansar ou desenvolver-se pessoal e socialmente? A opção desejada deve ser verificada através de um diagnóstico ou de uma sondagem que venha favorecer o planejamento das atividades, pois provavelmente as respostas serão variadas em função dos interesses e das escolhas que serão diferentes, porque o lazer é uma opção pessoal.

O animador cultural pode ser oriundo das mais diversas formações acadêmicas, porém os que atuam na área em geral são os egressos de cursos de Educação Física, Turismo, Pedagogia, Administração, Artes, Serviço Social. Temos que considerar também que, nas comunidades em geral, existem pessoas com ou sem nenhuma habilitação específica que voluntariamente, ou com remuneração, atuam na área nas comunidades religiosas, nas associações de bairros, nos clubes, nas associações atléticas de empresas, nas escolas, nas prefeituras, dentre outras.

⁶ A apresentação e análise dos dados da pesquisa "Políticas Públicas e Setoriais do Lazer nos Municípios do Vale do Rio Pardo" (Müller, 2000) encontram-se na biblioteca da Universidade de Santa Cruz do Sul -UNISC
E-mail: www.unisc.br

Esse animador cultural quando voluntário, conforme Fernandes (1975), é quem procede espontaneamente, derivado da vontade própria em que não há coação, que trabalha porque gosta e sente-se bem e com isso presta uma colaboração muitas vezes filantrópica aos seus semelhantes. O animador cultural, remunerado ou voluntário sempre existiu na sociedade, no entanto, seu perfil está a exigir uma formação cunhada em princípios e valores sociais, educacionais, políticos e sua atuação deve ter um sentido voltado para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

Para Garcia (1995), tanto os profissionais como os voluntários não são realizadores de ações esporádicas. Possuem uma ação frequentemente contínua com realizações permanentes, prolongadas e inclusive repetitivas, embora também realizem projetos como Semana do Município, Festival Anual da Canção, Semana da Integração Alemã. Portanto, tanto o pesquisador, o planejador, o administrador, como o que executa a ação são animadores culturais, desde que participem para que o projeto venha a ser implementado. Assim, o animador cultural que cria, concebe, produz um determinado fato cultural é um produtor cultural.

Segundo Garcia (1995, p. 23), esse novo e singular profissional no mercado deve ser:

comunicativo, versátil e de muita imaginação, ele trabalha quando todos descansam e tem a pretensão de vender a cada um de nós uma pequena parte do paraíso. Ou, ao menos, uma certa ilusão de felicidade que, como se sabe, nunca está onde nós a pomos, porque nunca a pomos onde nós estamos. Esse profissional diz que veio para colocá-la no devido lugar.

Se a vida é feita de momentos de felicidade, cabe ao animador aumentar esses momentos, trabalhando as funções do lazer repouso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social, e também todos os conteúdos culturais do lazer, que são o social, o turístico, o artístico, o físico, o intelectual e o manual, conforme Dumazedier (1980) e Camargo (1986). Esses conteúdos culturais são neste estudo representados nas suas iniciais pela sigla STAFIM, que favorece sua memorização, sua identificação e nos remete a uma pergunta se estamos "a fim" de experienciar algum dos conteúdos. O trabalho do animador cultural deve produzir um equilíbrio entre as experiências de prática, de consumo e de conhecimento levando o homem conformista para um nível mais elevado, isso é, sujeito crítico e criativo em sua vivência pessoal e social.

O animador cultural, em sua ação profissional ou amadora, presta um serviço à comunidade que deve ser da máxima qualidade, dedicação e comprometimento. Isso, porém, exige uma qualificação que deve ser constantemente renovada, através do treinamento e da educação para que novas tecnologias e métodos auxiliem a melhorar a sua intervenção social, o planejamento e a administração das programações.

Quem é esse animador sociocultural? Para Marcellino (1995), esse novo especialista, profissional ou amador, deve ter uma sólida cultura geral que permita uma visão de totalidade, deve promover o exercício constante da reflexão e dominar pelo menos um setor cultural que quer ver difundido.

Para Garcia (1995, p. 33), o animador cultural:

É todo aquele que realiza ações no plano da cultura, no tempo livre dos indivíduos, seja para estimulá-los à produção de bens culturais, seja para ampliar a sua participação na apropriação desses bens, tendo como motivação básica tanto o prazer de dedicar-se a algo com que se identifica fortemente, quanto valores pessoais que conferem à cultura papel importante para o desenvolvimento das pessoas, dos grupos, das comunidades e da sociedade em geral.

Para Silvestre Neto (1980), esse profissional que atua no lazer deve possuir formação cultural ampla e profunda, ligação afetiva à prática cultural, ação sociocultural voluntária, crença na ação, inquietação ante a situação cultural e intenção de exercer influência, dentre outros.

Para Dumazedier, citado por Garcia (1995, p. 46), o animador cultural é:

Um desviado cultural ou social com relação às normas de seu meio de origem. No exterior dos grupos sociais nos quais ele escolheu participar, ele procura, assimilar os novos modelos culturais produzidos pelos inventores, pesquisadores e criadores. No interior do grupo, ele trabalha para difundir esses modelos e para criticá-los a fim de tornar os participantes do grupo menos passivos, menos conformistas, mais informados, mais participantes e mais criativos. Seria necessário enriquecer a sociologia do desvio da liderança, partindo da observação da especificidade da ação cultural na dinâmica de uma sociedade como a nossa.

Diante das diversas tentativas dos autores acima citados de definir o animador sociocultural, quase todos demonstram a dificuldade de projetar uma identidade que satisfaça a esse profissional que provém de várias formações, desde a acadêmica até a participação de um analfabeto que muitas vezes atua com entusiasmo, dedicação e paixão junto à sua comunidade, prestando um serviço de lazer a seus semelhantes.

Portanto, o animador cultural provém das mais diferentes profissões, mas o caráter de seu serviço é sempre interdisciplinar, até porque a própria origem dos conteúdos do lazer (STAFIM) dificilmente será de domínio de um só profissional. O mais importante é que cada animador cultural reconheça seus limites e atue em cooperação e parceria com outras pessoas e instituições para enriquecer, dar prazer, produzir desenvolvimento pessoal e social, humanizar as relações interpessoais, formar amizades, bem como produzir um aumento da auto-estima, isto é, gozar de sentimento valioso de sentir-se um membro valorizado e importante para a comunidade.

Há ainda alguns pontos importantes a considerar sobre o animador cultural: será que esse profissional já nasce pronto?; Será que esse profissional precisa de uma formação acadêmica específica?; Que perfil, ética, conhecimento necessita esse profissional possuir para organizar uma viagem, um torneio, uma festa, um show musical, uma feira do livro, um concurso de hortas escolares, um plano, um programa, um subprograma, um projeto de evento?

2.4.2 Animador cultural e a organização de projetos: formação, ética, conhecimento e perfil profissional

Organizar planos, projetos, programas e eventos tem algumas pré-condições que exigem do animador cultural conhecimento: da história e da conceituação do lazer; do comprometimento profissional; do exercício reflexivo; da ação objetivada e fundamentada nos valores do lazer; do conhecimento técnico e gerencial, do domínio de pelo menos um dos conteúdos culturais do lazer (STAFIM). E ainda deve ser um profissional sujeito-cidadão, ético, crítico, criativo, democrático, autônomo, responsável, participativo, aberto a mudanças e transformador, dentre outros atributos.

A questão fundamental da sua atuação profissional no lazer está em ter consciência do porquê da realização de seu trabalho. Este deverá estar conectado com princípios e prioridades abrangentes planejadas e explicitadas através de um plano que tenha programas, elaborados segundo uma metodologia que priorize a autonomia e a responsabilidade, a democracia e a participação das pessoas, em busca da inclusão de todos, dando ênfase na formação de sujeitos emancipados. Se não for assim, a tarefa poderá ter um objetivo efêmero, conformista, alienante. É esse um dos princípios que demonstra a importância do refletir sobre a ação para poder transformá-la. É, principalmente, a universidade o lugar para se fazer essa reflexão, indispensável para quem se dispuser a trabalhar na animação cultural que venha a ter um sentido para si e para os sujeitos para quem trabalha, o que a mera atividade, o “fazer por fazer” não contempla.

Esta revisão pretende chamar a atenção sobre alguns indicadores necessários ao animador cultural, segundo a visão de vários teóricos que projetam o tipo de competência que deve possuir o profissional para trabalhar no mundo futuro, especialmente aquele que trabalha com políticas públicas, para que venha a fazer uma intervenção social que seja transformadora, que traga uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

A principal transformação ocorrida na história da nossa vida contemporânea, segundo Drucker (2000, p.48), não será a tecnologia, nem a internet, nem o comércio eletrônico: “será a mudança sem precedentes ocorrida na condição humana. Pela primeira vez, um número crescente de pessoas tem a possibilidade de fazer escolhas. Pela primeira vez, as pessoas terão de administrar a si próprias”.

Essa possibilidade de fazer escolha ainda é de uma minoria, porém está em crescimento, pois até 1900 a maioria esmagadora das pessoas seguia a profissão dos pais. Já a expectativa de vida profissional que era de 20 anos, hoje beira os 60 anos. O conhecimento proporciona escolhas, promovendo uma mobilidade social que permite às pessoas possuírem mais de uma profissão (DRUCKER, 2000).

O animador cultural deve buscar desenvolver mais do que o conhecimento competente na sua área de atuação, deve ir em busca de uma sabedoria de vida para administrar a si mesmo, pois trabalhar quando os outros descansam, ter lazer quando os outros trabalham, por si só é uma atuação fora do padrão que exige transformações na vida pessoal e familiar.

A segunda mudança, sem precedentes, ocorrida na condição humana, conforme Drucker (2000, p. 49), é que:

no decorrer da história homens e mulheres sempre tiveram participação igual na força de trabalho. A idéia da dona de casa ociosa é um mito do século XIX, pois homens e mulheres tinham trabalhos diferentes. Não houve civilização alguma em que os dois gêneros fizessem os mesmos trabalhos. E o trabalho que requer conhecimento não têm gênero. Esta é uma das grandes mudanças: no campo do conhecimento, homens e mulheres desenvolvem o mesmo trabalho.

Essa afirmação de Drucker (2000) é um indicativo de que as mulheres, em busca da igualdade com os homens, serão um grande e novo contingente a acessar aos prazeres do lazer, sem restrição e discriminação, pois, na medida em que a mulher tem seu próprio sustento e a liberdade de ir e vir, as discriminações culturais começarão a cair.

Para viver nessa sociedade em que o conhecimento é um produto valorizado e iguala as possibilidades tanto da mulher como do homem, é preciso que o animador cultural domine o conhecimento em sua área de atuação e esteja aberto para novos conhecimentos permanentemente. Esse profissional deve saber lidar com pessoas e saber da importância e da maneira como dirigir pessoas. Ingredientes como motivação, comprometimento, amor pela atividade, reconhecimento pelos outros, solidariedade, cooperação, possuem um grande valor, pois são as boas maneiras que oportunizam um relacionamento mais humano e de maiores possibilidades de entendimento entre as pessoas.

Segundo Drucker (2000, p. 50):

temos que saber quem somos. Poucas pessoas sabem onde é o seu lugar, que espécie de temperamento e de pessoa realmente são. Poucas se perguntam: será que eu trabalho bem com as pessoas ou sou um solitário? Quais são os meus valores? Qual é o meu objetivo? Onde é meu lugar? Qual a minha contribuição? Os grandes realizadores sempre fizeram essas perguntas.

É a resposta a essas perguntas que situam as pessoas e estabelecem uma direção mais segura no rumo do atingimento de seus objetivos. Segundo Drucker (2000), para ser um empreendedor é preciso escrever quando se realiza algo importante e responder o que se espera dessa decisão. Os grandes realizadores escreviam o que esperavam que acontecesse.

É preciso mais do que nunca conhecer as aptidões que temos e as que não temos e conhecer nossos defeitos e isso a escola não ensina. Portanto, temos de aprender a assumir a responsabilidade de administrar a nós mesmos. Administrar a nós mesmos pressupõe buscarmos o autoconhecimento e a satisfação de realizarmos o verdadeiro sucesso que, segundo Morris (2000, p. 52-53):

é na sabedoria sólida da história da humanidade que foram descobertas as mais profundas e imutáveis verdades acerca da natureza humana,

sobre a excelência e sobre o sucesso, (...) para isso é preciso descobrir nossos talentos, desenvolvê-los e utiliza-los tanto para o bem alheio quanto para o próprio bem.

Morris (2000, p 53-54) vai além afirmando que o verdadeiro sucesso não está no dinheiro, na fama, no poder, no *status*. Está no autoconhecimento, no crescimento pessoal e na atividade que produza satisfação, grandes relacionamentos e que resulte em algo positivo para o mundo. Sugere sete condições universais de sucesso: “concepção clara, confiança, concentração, consistência, compromisso, caráter e capacidade para desfrutar do processo”.

O que mais importa na atividade humana, além de processos eficientes e produtos de qualidade, é a pessoa humana, e os quatro fundamentos da dimensão da experiência humana são a verdade, a beleza, a bondade e a unidade. É isso nos levará a alcançar as raízes profundas da motivação humana. Mas é preciso exercitar esses fundamentos no nosso cotidiano e admitir que em qualquer idade que tenhamos, devemos estar abertos para mudanças, pois o que deu certo no passado pode não dar no presente e que ninguém faz as coisas sozinho. A parceria, a colaboração e a aliança são algo indispensável para enfrentar nossos desafios (MORRIS, 2000).

Segundo Gehringer (2000, p. 56), cada dia é diferente do outro, o que torna difícil descobrir qual será nosso futuro. Porém, o grande diferencial atual “é saber pensar por conta própria”.

Daqui para frente, para falar da atividade profissional, é necessário levar em consideração a tecnologia, o supercomputador, pois, de acordo com Kaku (2000, p. 60):

o computador já está reduzindo os processos, e deve fazer ainda mais. Vai diminuir as distâncias entre produtores e consumidores. Mas sua participação ficará restrita às atividades repetitivas e aos cálculos. Ele será incapaz de criar, avaliar ou julgar. Sendo assim, é possível apontar desde já as profissões que serão vencedoras e as que serão perdedoras no futuro.

Dirigimo-nos para uma economia baseada no capital intelectual na qual as pessoas é que serão o diferencial. E isso envolve um comportamento ético do animador cultural. Médicos, policiais, pedreiros, músicos, artistas, cientistas, animadores culturais são profissões que terão seu espaço garantido, uma vez que precisam criar, avaliar, julgar e aconselhar (KAKU 2000).

O profissional do lazer precisa saber definir o planejamento estratégico, qual a missão, os objetivos, as políticas, as diretrizes, as metas, os planos operacionais anuais, os projetos, os programas e os eventos e quais são os melhores princípios, prioridades, estratégias para o funcionamento de sua organização. Precisa saber manter sua autonomia frente às imposições que ferem os princípios da atuação profissional. Essas devem ser rechaçadas e não aceitas por quem possui o capital do conhecimento e sabe com quais valores e princípios deve trabalhar com as pessoas. Já que é o capital intelectual o que será valorizado cada vez mais, o animador cultural precisa investir em

sua qualificação permanentemente. A educação possui um destacado papel no desenvolvimento de qualquer programa humano, portanto é necessário reforçar que o maior compromisso do animador cultural é estar aberto para se educar e para mediar a educação dos outros.

Para finalizar, o estudo sugere algumas modificações na forma de intervenção dos animadores culturais do lazer. Os gestores públicos deveriam conhecer e se preparar para atuar dentro das teorias do lazer. Um compromisso e um comprometimento dos mais importante seria o de educar a população para e pelo lazer. Esta sociedade em acelerada modificação exige que o animador busque o conhecimento permanentemente. Estar técnica e politicamente preparados para a função é uma condição de sucesso no serviço de lazer. Se as pessoas querem fazer a diferença em qualquer organização, é necessário valorizar os profissionais e voluntários da animação sociocultural. A política do animador deve atingir a toda a população, para que ninguém fique de fora, oferecendo um serviço que contemple todos os conteúdos culturais do lazer, em interface e parceria com outras instituições, mas essencialmente com a comunidade. As recomendações deste estudo sugerem ainda que os animadores culturais estejam abertos a inovações e que sejam criados quadros de funcionários permanentes nas Secretarias Municipais, para que a cada quatro anos os que iniciam o trabalho possam ter informações mais apuradas sobre o quê, o como e o porquê foi realizado, sobre o que deu certo e sobre o que deu errado e precisa ser melhorado. No próximo sub-título traremos algumas informações relativas aos municípios da pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Pressupostos Teórico-metodológicos

A presente pesquisa pertence à ordem qualitativa e descritiva de significados, uma vez que não se propõe a buscar explicações e relações de natureza quantitativa e estatística. Em resumo, este estudo investiga a implantação de políticas públicas de esporte e lazer pelo viés do desenvolvimento de ações e correspondente efetividade, sendo assim um estudo típico de diagnóstico de gestão

A presente pesquisa está proposta como descritiva e comparativa de natureza exploratória (significados e direcionamentos), a qual verificou: a existência de políticas públicas de esporte e lazer; sua formulação; sua explicitação; a maneira como esta é implementada, buscando-se por último, encontrar diferenças e semelhanças entre os municípios pesquisados. Além disso, o levantamento desta política pública praticada e sua avaliação pode ser considerados como uma forma de diagnóstico de gestão. As diferenças e semelhanças entre os municípios podem sinalizar para o entendimento de que existiram municípios com políticas públicas mais completas do que outros, não se extraíndo disso conclusões, mas apenas indicações de como ocorrem as políticas públicas em cada um dos municípios.

Do ponto de vista metodológicos, adota-se nesta pesquisa nexos do “método ideal” de Kotler (1999) antes aqui delineado, já que se apresenta a responder às questões a investigar dispostas na “Introdução” desta tese. Tal método, entretanto, revela-se como uma variante simplificada do método “tipo ideal” proposto no âmbito da sociologia por Max Weber, conforme descrito por DaCosta (1999). E nesta versão mais fundamentada, trata-se de modelo construído a partir de um determinado fato social que faz intermediações com dados coletados junto a versões similares de tal fato (DIGGINS, 1999).

Nos estudos de gestão do “Tipo Ideal” weberiano – que não significa uma idealização, mas apenas uma versão simplificada da realidade – faz-se presente em estudos de caso, um procedimento tradicional das ciências administrativas, geralmente usadas para se buscar compreensão de fatos de gestão. Este meio metodológico é simples mas serve para avaliar fenômenos administrativos correlatos por semelhança e diferenças.

O uso do “Tipo Ideal” na pesquisa de políticas públicas ora posta nesse relatório corresponde ao roteiro de diagnóstico municipal proposto originalmente por Bramante (1997), ao qual se agregaram contribuições coletadas em Roche (2002) e em elaborações procedentes da experiência com gestão pública e acadêmica do autor desta tese.

Tal roteiro adaptado é descrito adiante neste capítulo, no sentido da construção dos instrumentos de coleta de dados desta investigação. E sua aplicação é também discutida adiante à luz do diagnóstico proposto no capítulo 2 anterior e dos marcos teóricos arrolados nesse capítulo citado. Isso posto, o Capítulo 4 seguinte e o Capítulo final de

conclusões, constituem as intermediações quanto ao uso da metodologia do “Tipo Ideal”, sob forma de um estudo de caso dos municípios selecionados da pesquisa.

Cabe todavia esclarecer que a delimitação feita em três municípios do Rio Grande do Sul fez-se pela escolha por parte – isto é, grande, médio e pequeno – atendendo a uma categorização aceita em corrente dos municípios brasileiros. Contudo, estes municípios não foram submetidos a comparações, mas sobretudo a observações específicas na busca de significados e tendências típicas e locais.

Como tais, as observações efetuadas compuseram um quadro exposto no capítulo final, por meio do qual as conclusões da pesquisa foram extraídas. Para tanto, foram examinadas diferenças e semelhanças e a partir destas, significados e tendências das políticas públicas de esporte e lazer. Se a alternativa de um número maior de municípios fosse adaptada pela pesquisa, o diagnóstico perderia o sentido de significados e tendências em face à complexidade de relações a serem consideradas. A par dessa dificuldade, cabe relevar a vantagem dos três municípios⁷ estarem situados numa mesma área com homogeneidade sócio-cultural, permitindo uma melhor interpretação de diferenças e semelhanças, o que se mostram condizentes com a metodologia da investigação.

Para verificar em termos operacionais da pesquisa como os serviços públicos de esporte e lazer se manifestaram nos municípios, foram levados em consideração o levantamento dos dados determinado pelos objetivos da pesquisa em suas alíneas: a) verificar se existem experiências em andamento de políticas públicas de esporte e lazer nos municípios pesquisados, b) verificar se as políticas públicas municipais de esporte e lazer deram origem à elaboração de um planejamento e este a um plano operacional anual; c) verificar como os municípios intervêm e implementam, através de seus planos de governo, os serviços de esporte e lazer para seus munícipes; e d) verificar diferenças e semelhanças na formulação da política pública de esporte e lazer, na forma de elaboração de Planos Operacionais Anuais e Setoriais e na forma de intervenção junto à população na prestação do serviço de esporte e lazer nos três municípios pesquisados. Portanto, foi feita uma verificação de como as políticas públicas de esporte e lazer são construídas, explicitadas e transferidas a população e suas diferenças e semelhanças. Para essa verificação dos itens acima os instrumentos de pesquisa⁸ empregados foram: análise documental, entrevistas, questionários.

3.2 Procedimentos metodológicos

Foram pesquisados três municípios do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 2003 a 2006, sendo Caxias do Sul com 381.940 habitantes, cujo prefeito é do Partido dos Trabalhadores (PT); Venâncio Aires, com 63.793 habitantes, sendo o prefeito do

⁷ As comunas foram escolhidas aleatoriamente levando em consideração o porte populacional dos municípios em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, já que vários municípios podem ser chamados de pequeno, médio e grande neste Estado.

⁸ No item “instrumento da pesquisa”, logo a seguir, delimitaremos como será realizada a análise documental, as entrevistas, os questionários.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e Vale do Sol com população de 10.593 habitantes, com o prefeito pertencente ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (IBGE 2003 estimativa).

Para verificar a atuação do Executivo, **entrevistamos os gestores** das três secretarias, entre elas compreendidos os Secretários Municipais e seus Diretores de Departamento, distribuídos conforme quadro abaixo:

GESTORES (02) - das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer ou setores de esporte e lazer.

Nº. Pessoas/Cargo	Cidade
1. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL.	Caxias do Sul
2. Coordenadora de planejamento – SMEL.	Caxias do sul
3. Secretário Municipal da Juventude, Cultura, Desporto e Lazer – SMJCDL.	Venâncio Aires
4. Coordenador de Esporte 01/01/2001	Venâncio Aires
5. Coordenador de Esportes da SMJCDL. 01/04/2003	Venâncio Aires
6. Secretária Municipal da Educação e Cultura – SMEC.	Vale do Sol
7. Coordenadora de Esporte da SMEC – 2001 – 2003.	Vale do Sol
8. Coordenadora de Esporte da SMEC -2004.	Vale do Sol

Na seqüência aplicamos um questionário para os líderes da comunidade organizada, distribuídos da seguinte forma: a um número máximo de 11 membros **líderes da comunidade organizada**⁹ de cada município que participem ou participaram de algum programa ou eventos oferecido pela municipalidade, em cada um dos municípios, assim distribuídos:

**Líderes da comunidade organizada
Caxias do Sul – 11 membros líderes**

Entidades	Nº. Entrevistados
1. Presidentes de Associações de Bairro	01
2. Grupo de Convivência	01
3. Conselho de Gestores de praças e campos	01
4. Núcleo de Atividades de Lazer Comunitário	01
5. Agente Voluntário	01
6. Profissional da Educação Física	01
7. Presidente de Clube Amador de Futebol	01
8. Diretor Financeiro da Liga Caxiense de Voleibol	01
9. Associação de Pessoas Portadoras de Deficiência –	01

⁹ Os líderes a quem nos referimos são: presidentes de associação de moradores, diretoria de amigos do parque ou da praça, conselhos gestores de comunidades, clubes e associações esportivas e de lazer, grupos de convivência, lideranças participativas entre outros que foram encontrados nos municípios pesquisados.

PPDs.	
10. Liderança participativa do Grupo de Ginástica e Dança	01
11. Liderança participativa do Grupo de Convivência	01

Venâncio Aires – 6 membros líderes

Entidades	Nº. Entrevistados
1. Presidentes de Associação de Moradores	01
2. Presidente da Liga de Futebol Amador	01
3. Profissional da Educação Física	01
4. Presidente de Clube Esportivo	01
5. Liderança participativa do campeonato de Voleibol	01
6. Liderança participativa do campeonato de Futebol	01

Vale do Sol – 4 membros líderes

Entidades	Nº. Entrevistados
1. Presidente de Clube Esportivo	01
2. Profissional da Educação Física	01
3. Liderança participativa no Passeio Ciclístico	01
4. Liderança participativa na gincana de Integração	01

Os membros aqui escolhidos são de entidades organizadas, legalmente constituídas, que tenham participado de algum projeto, programa ou evento do município e que tenham conhecimento dos serviços de esporte e lazer oferecidos pelo município. A escolha dessa pesquisa por esses membros comunitários se prendeu ao fato de que seriam essas pessoas as que poderiam ter um maior conhecimento, uma visão mais ampla da aplicação da política de esporte e lazer da Prefeitura, senão como um todo, pelo menos em sua jurisdição. A distribuição do número de líderes a serem pesquisados foi determinada levando-se em conta o número de organizações comunitárias, com envolvimento com a área, existentes em cada município. Os serviços de esporte e lazer para a zona rural não foram pesquisados, pois seu espaço territorial amplo é um limitador para apenas um pesquisador, além de constarmos durante a pesquisa que as secretarias investigadas realizam apenas eventos esporádicos no meio rural.

3.3 Instrumentos da pesquisa

3.3.1 Análise documental

I – Documentos que possam demonstrar a elaboração das políticas públicas de esporte e lazer – Foram solicitados documentos aos setores públicos de esporte e lazer, que demonstrassem as ações realizadas, no período de 2001 a 2004. Os documentos solicitados ao poder público junto às três prefeituras seguiram o sugerido pelo “Diagnóstico de Necessidades” de Bramante (1997), acrescentados dos itens “2”, “3”, “4”, “5”, “9”, “10”, “15” sugestão deste pesquisador (logo a seguir). O “Diagnóstico de Necessidades”, do estudo de Bramante (1997, p. 129), procura verificar uma quantidade

de dados que venham a subsidiar os gestores públicos na tomada de decisões mais precisas, possíveis na hora de planejar as políticas públicas que se explicitam, através dos planos anuais, com seus programas e eventos. A verificação do cumprimento dos itens integrantes deste diagnóstico poderão demonstrar a estrutura dos serviços de esporte e lazer real existente em cada município pesquisado.

Diante das opções metodológicas assumidas, Bramante (1997) prevê que:

um dos pontos iniciais da formulação de uma política de lazer é a elaboração do Diagnóstico de Necessidades. Trata-se de um banco de dados vivo e dinâmico que serve de base à administração eficaz que vise efetivar uma proposta de serviços no campo do lazer.

Embora Bramante tenha sugerido esse levantamento como um diagnóstico, muitos desses itens também compõem a elaboração de um Plano Operacional Anual Setorial de Esporte e Lazer. Portanto, juntando as sugestões do autor citado (1997) às orientações conceituais de Roche (2002) e as aqui sugeridas pelo autor desta pesquisa, tendo em vista a busca de significados e direcionamentos para o aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e lazer, solicitamos os seguintes documentos às três Prefeituras pesquisadas:

1. Dados históricos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura.
2. Políticas públicas assumidas pelo Governo Municipal e pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, que serviram de matriz teórica para orientação das ações para a área.
3. Plano Operacional Anual Setorial de serviços públicos de esporte e lazer, elaborado pelas Secretarias de Esporte e Lazer.
4. Relatório de atividades anuais da Secretaria ou setor de esporte e lazer da prefeitura.
5. Legislação aprovada ou proposta para o esporte e lazer do município.
6. Levantamento dos recursos programáticos (atividades de animação sociocultural, dos programas e projetos), da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, da iniciativa privada e comunitária do Município. Verificação junto à administração anterior dos temas geradores¹⁰ trabalhados, confrontando-os com os compromissos assumidos pelo Plano Operacional Anual Setorial de governo atual.
7. Identificação: da constituição político-administrativa, (organograma funcionamento); da lei que criou o setor; das modificações que a estrutura administrativa da secretaria ou setor de esporte sofreu de 2001 até 2004.

¹⁰Temas geradores são as categorias assumidas por uma administração pública que assume um mandato, determinadas pela matriz teórica com que o governo que assume irá trabalhar.

8. Descentralização da gestão da secretaria ou setor de esporte e lazer do município.

9. Material de divulgação dos serviços públicos oferecidos pela secretaria de esporte e lazer.

10. Levantamento das instalações, equipamentos e espaços públicos, privados e comunitários para a prática do esporte e lazer.

11. Orçamento financeiro efetivamente executado para a área no período de 2001 a 2004.

12. Documentos que demonstrem se a Secretaria de Esporte e Lazer possui e trabalha com os levantamentos de indicadores sociais do município (grau de escolaridade, distribuição por sexo, faixa etária, estado civil, dimensionamento dos segmentos especiais.)

13. Documento que comprove se a secretaria ou setor de esporte e lazer possui mapeamento dos recursos humanos (contratados e voluntários), públicos, privados e comunitários.

14. Documentos que demonstrem se houve interfaces, parcerias, planejadas dentro e fora do governo municipal.

15. Documentos que comprovem se existe pesquisa de identificação das características da demanda real e da demanda potencial aos serviços de esporte e lazer (enquete junto a alguns recursos urbanos de lazer selecionados - centro esportivo, espaço cultural - visando conhecer a dinâmica dos usuários).

16. Documentos que comprovem se existe o levantamento do perfil psicográfico da população a ser atendida, isto é, identificação dos hábitos, atitudes e motivações que levam uma pessoa a participar de experiências de esporte e lazer.

17. Documentos que demonstrem a elaboração da avaliação do Plano Operacional Anual da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer dos municípios pesquisados.

3.3.2 Entrevista

Entrevista semi-estruturada – recolhimento das informações, dos gestores públicos feita através de gravação em fita k7, e também por preenchimento do pesquisador da ficha de entrevista, com o consentimento por escrito de todos os entrevistados.

3.3.3 Questionários

Foi elaborado um questionário com perguntas fechadas e abertas, com uma parte inicial sobre o perfil do pesquisado (dados demográficos e socioeconômicos). Em seguida foram dispostos dados sobre seu conhecimento da política pública de esporte e lazer¹¹ de seu município, vindo, por último, uma avaliação da gestão desses serviços.

3.4 Tratamento dos dados da pesquisa

3.4.1 Dados documentais

Foram analisados os documentos sugeridos pelo Plano operacional anual e pelo diagnóstico de necessidades de Bramante (1997), com o seguinte tratamento:

- a) identificação da origem do documento;
- b) leitura integral dos documentos;
- c) seleção dos fatos e informações de interesse da pesquisa, estipulados pelos objetivos e diagnóstico de necessidades;
- d) análise crítico-descritiva dos documentos listados nos instrumentos de pesquisa;
- e) discussão das informações relevantes à pesquisa, tendo em vista os objetivos estipulados.

3.4.2 Tratamento dos dados da entrevista

Os dados foram transcritos depois de feita as análises, através de categorização de principais conceitos (termos, argumentos) que aparecem, de acordo com as proposições de autores apresentados no referencial teórico deste trabalho.

3.4.3 Tratamento dos dados do questionário

Depois de digitados numa planilha eletrônica (SPSS - STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCE) e emitidas as distribuições de freqüência das respostas, foram realizados cruzamentos de modo a se ter o perfil separado, por exemplo, por nível socioeconômico, escolaridade, sexo, idade, local de moradia, se usa ou não serviços de lazer, e se conhece a política aplicada pelo município para a área. O tratamento estatístico dos dados foi do tipo descritivo, uma vez que o diagnóstico foi previsto apenas em termos de significados e direcionamentos.

¹¹ Foram entrevistadas somente as pessoas da comunidade que de alguma forma participaram ou participam das programações realizadas pelos setores públicos de esporte e lazer seja como praticante ou voluntário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

4.1 A existência da política pública de esporte e lazer nos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol

4.1.1 Município de Caxias do Sul

4.1.1.1 Histórico de Caxias Do Sul

Em Caxias do Sul, segundo Doc. SMEL nº 1, a organização da prática de esportes e recreação, por parte do município, iniciou com a criação do Conselho Municipal de Esportes, através da lei nº 1.391, de 04 de janeiro de 1965. A lei previa como encargos “a planificação e participação do município na promoção de atividades sociais, recreativas e desportivas, tendo em vista não apenas a sociabilidade e a recreação, mas especialmente a prática de exercícios que redundem em resguardo da saúde pública, especialmente à mocidade”.

O Conselho foi responsável pelo esporte da cidade até 29 de dezembro de 1977, quando a lei nº 2.401 criou o Departamento Municipal de Esportes e Recreação que passou a substituir o Conselho sem, no entanto, extingui-lo. A regulamentação da atuação do DeMER foi aprovada pelo decreto nº 5.107, de 1º de agosto de 1983, com a função de “promover, organizar e executar atividades social/cultural/esportivo/recreativo e amadorista, dentro do território do Município.”

Em 1999, foi criado pela lei nº 5.089, de 14 de abril, o Conselho Municipal do Desporto – CMD com caráter normativo e fiscalizador e não mais executivo (DeMER, 2004).

No ano de 2003 o DeMER é substituído, conforme Doc. SMEL nº 28, pela lei nº 6.076, de 10 de setembro de 2003, que cria a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) que tem como finalidade desenvolver e implementar, no Município de Caxias do Sul, políticas públicas de esporte e lazer, estabelecendo vínculo constante com a população, através da participação, inclusão e qualificação das práticas e espaços de esporte e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a conquista da cidadania.

É possível perceber que, administrativamente, houve ao longo da história do setor de esporte e lazer da Prefeitura de Caxias do Sul uma evolução de níveis elementares de comando, para níveis mais altos hierarquicamente. Em 1965 houve a criação do Conselho Municipal de Esportes - CMD como órgão executivo, o que vem a ser um contra-senso uma vez que conselho não é órgão executivo, porém isso é uma praxe em muitos municípios do Rio Grande do Sul. De 1965 até 2003 foram 38 anos para finalmente ser criada a Secretaria de Esporte e Lazer SMEL - como órgão de primeiro

escalão do executivo municipal, com uma maior autonomia, orçamento próprio e com equipe especializada para trabalhar na área.

4.1.1.2 A origem da política de esporte e lazer de Caxias do Sul

a) Análise documental

Conforme Documentos SMEL nº 2 e nº 3, as diretrizes e o embasamento teórico, selecionadas pelo Prefeito e sua equipe nesta ordem foram:

A construção de uma cidade:

- socialmente justa,
- intencionalmente democrática e participativa,
- economicamente sustentável,
- fisicamente organizada e
- ambientalmente equilibrada.

O Governo Municipal acredita que o esporte e o lazer devem contemplar toda a população, respeitando as características e necessidades específicas, com ênfase aos cidadãos mais excluídos, o que chamamos de discriminação solidária. Quando pessoas se agrupam para brincar e jogar, podemos investir na capacidade humana de pensar, discordar, contestar, resistir e construir a história com constantes problematizações que facilitem compreender o esporte e o lazer no contexto social, político e econômico. Dessa forma, essas mesmas pessoas se organizarão também, para trabalhar pela comunidade, reivindicando novas conquistas, criando raízes, politizando, rompendo paradigmas, criando novos conceitos, formando novas lideranças, conquistando autonomia, responsabilidade, favorecendo uma convivência mais solidária e a conquista da cidadania.

Podemos constatar claramente que o Governo de Caxias do Sul apresentou por escrito a sua intencionalidade quanto à forma de gerir o município, ao adotar uma matriz teórica (diretrizes e embasamento teórico) que viria orientar toda a política pública e a forma de governar de todas as secretarias municipais e em especial o ainda Departamento de Esportes e Lazer. Suas intenções são as de envolver não apenas os mais habilidosos, mas de promover o acesso democrático do esporte e lazer a todos. Pois, segundo Bramante (1995), a área do lazer sofre do mesmo mal que ocorre em muitas outras áreas do setor público, onde se privilegia a participação da minoria dos mais dotados, em detrimento da maioria que são aqueles que mais necessitam de serviços públicos. Dessa maneira, assume-se um compromisso que poderíamos dizer, pedagógico, ao afirmar que o lazer desenvolve pessoalmente e socialmente as pessoas, pois conforme confirma Marcellino (1996), o lazer deve ser compreendido e vivenciado através do seu duplo aspecto educativo, além do descanso e do divertimento, que são fundamentais na vida do ser humano, também através das suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. O compromisso pedagógico, aqui, se refere à responsabilidade que a autoridade pública tem em exercer sua função, oportunizando possibilidades educativas para que as pessoas possam destas aprendizagens, novas e outras já conhecidas, promover o seu lazer e deste tirar oportunidades de

desenvolvimento para si como para o grupo onde vive. Essa intenção de promover o desenvolvimento comunitário fica explicitada pelo Governo Municipal através de suas diretrizes quando se propõem: a estimular o trabalho comunitário e o espírito democrático e participativo, da sua equipe de governo e principalmente da população; oportunizar conquistas no avanço a organização comunitária; estimular a politização sobre as possibilidades de conquistas e direitos que o lazer trás no seu interior; incentivar a criação de novos conceitos sobre a importância de curtir o tempo livre; com esse trabalho formar novas lideranças responsáveis; despertar a conquista da autonomia favorecendo uma convivência mais solidária e com isso a conquista da cidadania.

Dessa maneira o governo coloca que o lazer é um direito social, e assume que é um dever seu oportunizar esse direito aos seus cidadãos. O esporte e o lazer adotado por escolha pessoal, é um novo elemento que poderá modificar o estilo de vida das pessoas, levando ao atingimento do objetivo do governo municipal que era o de despertar na comunidade uma convivência mais solidária, amigável e uma maior vivência cidadã. Esses elementos como a inclusão de todos, uma gestão pedagógica e estimuladora de autonomia dando a oportunidade da escolha pessoal se afasta de uma política há muito tempo aplicado no Brasil descrita por Werneck (2000) que a recreação foi assim, usada para compelir através das “receitas”, atividades socialmente aceitáveis como um grande instrumento funcionalista: de repor as energias; controlar o tempo livre com atividades lícitas, permitidas como “boas”, boas para ter a força reconstituída para melhorar a produção nas fábricas e para ter um comportamento obediente, conformista com o que é possível de ser oferecido, não como direito social, mas como concessão dos dirigentes. Portanto esta recreação imposta se apresenta como uma das negações do lazer, isto é, o antilazer.

O próprio governo no Doc. SMEL nº 4, afirma que para isto é preciso construir políticas públicas bem definidas, buscando criar novos referenciais junto à população, para que a mesma tenha uma identidade cultural com a prática esportiva/recreativa qualificada, para isso a gestão 2001/2004 assumiu os seguintes compromissos:

- Criar a secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Caxias do Sul;
- Transformar o Complexo Enxutão em área pública de lazer, com atividades sistemáticas direcionadas à comunidade e estimular o surgimento de novos espaços de lazer, em todas as regiões da cidade;
- Implementar o projeto Brinquedoteca Itinerante (ônibus), em parceria com a VISATE. As comunidades solicitam, participam da organização, e o ônibus equipado com brinquedos é deslocado para a recreação nos bairros.
- Organizar e realizar cursos à comunidade com temas como: confecção de brinquedos, capacitação de animadores socioculturais, organização de equipes e competições esportivas, arbitragem e outros.
- Continuar a ampliação de equipes no campeonato de futebol amador de clubes não-filiados. Preparar a regionalização da competição. Assim, todos os interessados poderão participar e estaremos estimulando a auto-organização das equipes.

- Iniciar um programa específico para o esporte e lazer da população rural envolvendo: atividades de educação física nas escolas multisseriadas; atividades específicas para as mulheres (como o projeto mulher cidadã); apoio à organização esportiva no meio rural, a ser planejado em conjunto com as comunidades interessadas.
- Criar em parceria com os grupos organizados, um programa de lazer para as pessoas portadoras de deficiências.
- Criar novos eventos esportivos e de lazer nas diversas modalidades, priorizando sempre a inclusão e o aumento da participação.
- Ampliar a participação nos jogos escolares de Caxias do Sul, através de um envolvimento mais direto das comunidades escolares na organização, execução e avaliação.
- Ampliar os NACs, com atividades de esporte e lazer, em todas as áreas públicas em que houver necessidade e interesse da comunidade.
- Investir na realização de atividades de lazer nos bairros, na construção coletiva, na capacidade de organização das comunidades, nas ações em conjunto com outras áreas e, enfim, no esporte e lazer com necessidades básicas de uma população que busca viver com qualidade.
- Buscar convênios e parcerias que viabilizem a realização de atividades e, principalmente, que estimulem a organização do esporte de rendimento competição.
- Criar um cadastro (guia) dos espaços esportivos da cidade (ginásios, campos, canchas de bocha, etc.) e disponibilizá-lo gratuitamente à população.

Quanto aos compromissos que o governo assumiu e realizou, as atividades fins do setor de esporte e lazer foram mais direcionadas à animação sociocultural da população. Os compromissos assumidos em sua maioria são voltados a atender a população com atividades de lazer, seguindo a lógica de que o serviço, a intervenção, a animação sociocultural poderia ser a atividade - fim de um departamento de esporte e lazer. É nessas atividades que uma política pública pode ser priorizada inclusive em recursos financeiros.

Constatamos que o governo de Caxias explicitou seu compromisso com o esporte de rendimento, porém não conseguimos visualizar ações mais concretas nessa área. Desde logo, o futuro governo do PT de Caxias do Sul claramente se colocou a favor do esporte e do lazer para todos os segmentos da população, declarando sua intenção de trabalhar com a maioria da população, deixando o esporte de rendimento a seu próprio arbítrio, pelo menos por largo período de sua administração. Somente após a entrada do Fundo de Desenvolvimento Municipal do Esporte e Lazer é que foram destinados recursos para o esporte de rendimento. Portanto, os compromissos assumidos, com exceção do esporte de rendimento, estão compatíveis com as diretrizes traçadas, no sentido de procurar dar acesso a toda a população, democratizando o esporte e estimulando a organização comunitária entre outros.

A missão da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e do antigo DeMER, conforme Doc nº 5, para 2001/2004, foi:

Desenvolver e implementar, no município de Caxias do Sul, políticas públicas de esporte e lazer, estabelecendo vínculo constante com a população, através da participação, inclusão e qualificação das práticas e espaços de esporte e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e conquista da cidadania.

A SMEL torna explícita sua missão, sedimentada na criação de uma política pública para o esporte e o lazer, com base na prática de integração da gestão, com direito ao cidadão de participar em algumas decisões de governo, especialmente nas que traçam rumos para o serviço público, com a preocupação que haja uma diminuição nas barreiras socioculturais para as pessoas, na questão do acesso ao esporte e lazer. Marcellino (1996) afirma que tais barreiras limitam o lazer qualitativa e quantitativamente, o que exige do poder público municipal, estratégias que enfatizem a atuação, objetivando minimizar os seus efeitos, priorizando ações que oportunizem e facilitem o acesso às camadas populacionais que, normalmente, não são atendidas. A SMEL assume, em sua missão, que o serviço municipal de esporte e lazer não pode ser apenas mais um serviço público sem qualidade, ele deve atrair as pessoas com o oferecimento de ações que sejam do agrado dos praticantes, portanto, suas programações e atividades têm que ter significado para os caxienses. A missão tem o propósito de se preocupar com a qualidade dos espaços públicos para o desenvolvimento das práticas de esporte e lazer, esquecendo-se, porém de mencionar os equipamentos que são elementos imprescindíveis ao funcionamento da animação sociocultural. Desenvolvida essas políticas as pessoas poderiam exercer os seus direitos ao esporte e lazer, conforme Constituição Federal Brasileira, 1988, no rumo da solidificação da cidadania e por potencial intrínseco ao lazer e ao esporte com a possibilidade de ampliar a qualidade de vida.

Encontramos no Doc.nº 6, o estabelecimento de alguns princípios com que a SMEL se propôs a trabalhar:

Gestão participativa; inclusão de todos; educação pelo e para o lazer e esporte; humanização das atividades; ética; respeito às diferentes manifestações; Auto-estima.

A “gestão participativa” e a inclusão de todos remetem o governo a assumir uma atitude de descentralização e de distribuição do poder. Já o princípio da “educação para e pelo lazer e o esporte” é indispensável a uma política que pretende ser pedagógica, em que o gestor tende a assumir compromisso de, através de seu ato de gerir, promover desenvolvimento das pessoas. A política municipal de esporte e lazer brasileira é farta em apresentar calendários anuais repletos apenas de eventos, porém para Requiza e Carvalho, apud Marcellino (1996), as diretrizes gerais de uma política municipal de lazer não podem se restringir apenas a uma política de atividades, mas contemplar também questões relativas à formação e reciclagem de quadros para atuação, aos espaços e equipamentos, e critérios de ordenação do tempo. No momento em que uma gestão assume o compromisso de educar para e pelo lazer, os eventos acontecerão também.

Porém, a política pública automaticamente tenderá para o desenvolvimento de programas. Esses, além de ser uma ação que pode se desenvolver mais a médio e longo prazo, possui um compromisso de desenvolver e promover a educação das pessoas, com maior profundidade do que um evento o possa fazer, até porque este é de curto prazo. Os princípios da ética, do respeito às diferentes manifestações da cultura corporal, quando assumidas e praticadas e incorporados ao estilo de vida, tendem a elevar a auto-estima das pessoas. Assumir a humanização das atividades é sem dúvida resgatar a inclusão, na qual os menos habilidosos se sentirão integrados, pois a competição não obriga a ganhar, o mais importante deixa de ser o resultado e o jogo, sendo a atividade de esporte e lazer o processo mais valorizado. A tendência da SMEL ao assumir essas categorias sociais como gestão participativa, inclusão, educação, humanização do esporte e lazer, aqui discutidas, parece ser a de fazer com que todas as pessoas possam ter o acesso facilitado ao esporte e ao lazer e ao resgate da sua auto-estima através da cultura corporal ativa, estimulando as pessoas a tornarem-se sujeitos cidadãos que constroem seu próprio caminho.

Encontramos, segundo o Doc. SMEL nº 7, 09 diretrizes macro com 36 diretrizes derivadas. As diretrizes macro e derivadas são:

Democratização do acesso ao lazer e ao esporte; descentralização e ampliação dos espaços e equipamentos de lazer; participação comunitária; um projeto político integrado; parceria do poder público com a sociedade civil; escola: espaço de lazer comunitário; garantia do lazer como direito social; definição do espaço do esporte e do lazer no governo; formação de quadros.

Para garantir a **democratização** - a equipe da SMEL pretende continuar e ampliar os programas para uma maior participação dos moradores da cidade garantindo uma qualificada política de animação sociocultural, reforçando os Núcleos de Atividades de Lazer Comunitário – NACs, atendendo a todas as faixas etárias, interesses e necessidades dos diferentes grupos da população. Já a **descentralização** - pretende ser desenvolvida através da ampliação dos espaços de lazer, de fazer cumprir as leis que tratam da ocupação das áreas públicas, de mapear e divulgar estas áreas e utilizar o complexo Enxutão e o Complexo Esportivo Antônio Barroso Filho, adaptar os espaços para portadores de deficiência física, estimular a utilização de áreas e a auto-organização comunitária e discutir a necessidade de construção de macroequipamentos polivalentes para a cidade. A **participação comunitária** - a forma de administrar assumida pela secretaria é a de organizar atividades com as comunidades, pressupondo planejamento conjunto, recebendo apoio de animadores voluntários que receberão capacitação da SMEL e acompanhamento, fortalecer a discussão sobre o lazer entre grupos comunitários organizados e realizar o Congresso Constituinte de lazer da cidade, ampliando a articulação do governo com a comunidade. **Por um projeto político integrado** - SMEL pretende organizar uma equipe multidisciplinar para discussão e construção de políticas públicas de esporte e lazer. Realizar um amplo diagnóstico para conhecer melhor a realidade da cidade. Construir um trabalho integrado com o governo como um todo. **A parceria do poder público com a sociedade civil** – a diretriz pretendia firmar parceria principalmente com o

CMD, como iniciativa privada e com o apoio do Governo Federal, já projetava a criação da lei de incentivo ao esporte e lazer. **Escola: espaço de lazer comunitário** – teve como diretrizes a intenção de um maior estreitamento de relações da escola com a comunidade abrindo a escola para o lazer da comunidade garantindo a interface com a educação tratando a Educação Física Escolar como um importante agente de lazer. **Garantia do lazer como direito social** – Implementar programas e projetos como: brinquedoteca itinerante, esporte para os PPDs, fórum municipal do esporte e lazer, e outros e ampliar os programas comunitários que tenham ampla participação popular tais como os NACs. **Definição do espaço do esporte e do lazer no governo** - a principal diretriz era a de criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e de trabalhar o lazer como um programa de governo que perpassa as diferentes áreas de atuação. **Formação de quadros** - organizar espaços para discussão popular do esporte e lazer como Fóruns Municipais que apontem resoluções. Realizar uma ação interdisciplinar de ação/formação nas comunidades, capacitar qualitativamente profissionais e leigos para atuarem como agentes e multiplicadores, garantindo a inclusão de todos os cidadãos, promover cursos de formação de agentes socioculturais para atuarem nas diferentes comunidades, dar continuidade ao trabalho com profissionais e estagiários, nos projetos de esporte e lazer, ampliando as áreas envolvidas e oferecer formação a agentes esportivos nos bairros, facilitando a autogestão.

Essas diretrizes aqui elencadas pela SMEL apresentam a proposta de uma política pública que pretende ser abrangente, tanto em diversificação dos conteúdos culturais do lazer, como na oferta de serviços a todas as camadas da sociedade caxiense. As diretrizes têm o objetivo de democratizar o esporte e lazer, tendo como consequência, uma oferta de vários programas populares, elaborados “com” (em conjunto) a comunidade. Os programas serão desenvolvidos em espaços públicos administrados pela comunidade, sendo para isso necessário que houvesse a organização comunitária responsável. As diretrizes prevêem o estímulo à criação de quadros de recursos humanos, permanentes e voluntários, comprometidos e capacitados com e para o trabalho para garantir o esporte e lazer como direito social, através de um serviço qualificado. Nesse processo a política pública de esportes e lazer executadas pela SMEL deu importância à escola, as parcerias, formação de equipe multidisciplinar, para discutir, qualificar e ampliar a política com destaque para a luta determinada que tiveram para a criação de uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. O que chama a atenção é a intenção permanente da equipe da Secretaria com o desenvolvimento da animação sociocultural da população e a garantia de criação de espaços em que a população teoricamente possa apresentar suas sugestões e criticar os serviços, tais como fóruns e seminários comunitários. A Secretaria nesse sentido busca ouvir a comunidade e provocar ações de acordo com tais necessidades, buscando envolver grande parte da população com o lazer oferecido pelo poder público municipal. Deste modo Marcellino (2001) afirma que deixar o âmbito íntimo das pessoas falar, por si só, sem interferência de políticas públicas, corresponderia a deixar uma grande parcela da população calada no que se refere ao lazer, ou pelo menos não colocar em prática o seu desejo. As diretrizes das parcerias não são muito claras e determinadas, com exceção da criação de um Fundo Municipal de Esportes e Lazer, lei de muita importância para o desenvolvimento da área.

b) Análise das entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Caxias do Sul

Esta é uma análise das duas entrevistas fornecidas, por dirigentes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Caxias do Sul, que foram empregadas com a intenção de poder cruzar as informações recebidas e poder testar a sua fidedignidade, interpretar a visão, verificar o pensamento, o conhecimento e o comprometimento que esses dirigentes empregaram na condução do seu trabalho por 4 anos à frente dos serviços públicos de esporte e lazer, assim distribuídos administrativamente: por 2 anos e 8 meses como Departamento Municipal de Esporte e Recreação (DEMÉR) e por 1 ano e 4 meses como Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) do município de Caxias do Sul.

Perguntamos às dirigentes se a Secretaria havia crescido nos últimos 4 anos. Em resposta, as dirigentes informaram que:

só pelo fato de deixar de ser Departamento, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e se tornar numa Secretaria Municipal de Esporte e Lazer independente, já se pode dizer que houve uma evolução.... Além disso cresceu também o número de recursos humanos, éramos 8 funcionários e hoje somos mais de 60 profissionais.... Evoluiu o recurso material, o financeiro, a organização interna e houve ampliação dos programas.... Até 1997 não existia política pública. De 1997 a 2001 (1º mandato do PT) a gente fez um processo muito grande de descobrir como seria construir uma política pública de esporte e lazer e dar um início bastante tímido ainda aí em 1999, 2000.... A participação da população sugerindo, questionando, problematizando foi muito grande, mesmo esse crescimento, a gente tem até como comprovar em números. Não existia nenhuma espécie de apoio às entidades, hoje tem toda uma rede de trabalho, temos o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer que vem patrocinar e apoiar o esporte e lazer dessas entidades.

É possível reconhecer que a SMEL deu um salto e evoluiu em termos quantitativos e qualitativos nos últimos 4 anos, uma vez que ampliou o número de programas e de eventos, de espaços públicos para a prática do esporte e lazer, adquiriu o *status* de Secretaria Municipal e criou a lei que instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, lei que foi uma aliada na diversificação e na ampliação de novas oportunidades de esporte e lazer, oferecidas à população por segmentos comunitários que conseguiram aprovar projetos junto ao Fundo. Mesmo que a Prefeitura de Caxias do Sul tenha no comando um partido com tendências mais à esquerda, durante o 1º mandato (1997-2000) o setor de esporte e lazer não trabalhava com políticas públicas consolidadas. Esse fato pode atestar que o Partido como um todo não possui uma orientação previamente elaborada sobre serviços de esporte e lazer para municípios. Em Caxias do Sul a equipe da SMEL teve que construir sua política pública.

Na pergunta feita às dirigentes sobre o que é uma política pública, obtivemos como resposta:

– São todos os serviços, projetos, programas que são feitos e oferecidos pelo poder público, construídos com e para a população. A partir das diretrizes feitas na Conferência Municipal de 2001 das diretrizes do governo, junto com o que acreditam os técnicos da secretaria e mais o que você ouve da população e aí você monta os programas. “A política pública para mim é a construção de programas que possam contemplar a demanda que vem da população”

– As dirigentes de Caxias do Sul afirmaram que desenvolveram política pública para o setor e que esta veio do plano de governo que apontava as políticas públicas em relação ao esporte e lazer. Elas estão escritas, num plano de ação, com um planejamento para quatro anos. A nossa equipe de trabalho, foi convidada a fazer parte da formulação desse programa de governo, dessa política, e em seguida a partir dessas diretrizes a equipe coletivamente construiu o planejamento, dos programas, dos objetivos, e a missão, que foi o como vamos construir essa ponte entre o ideal desejado e o que nós tínhamos.

– A divulgação das políticas públicas chegou na população principalmente através da conferência 2001, onde colocamos quais eram as nossas diretrizes e discutimos o lazer que temos e que queremos e como que vamos fazer para chegar lá. A conferência iniciou justamente com as pré-conferências feitas nos bairros, onde os bairros tiram as suas propostas e seus representantes, onde depois a gente vem afunilando até chegar à grande conferência. Foram divulgadas ainda nas plenárias temáticas, no orçamento participativo.

– A política pública foi elaborada a partir do primeiro princípio que é da diretriz do governo central. De lá você vai descendo e vai montando a diretriz interna nos primeiros meses de trabalho, foi feito em 2001, para saber qual é o norte dessa administração. Depois disso se planeja a política interna, enquanto técnicos. A partir daí, monta-se lá com a população, é feita a Conferência para ouvir o que eles querem. Já tinha, no nosso caso, em 2001, uma política acontecendo, porém foi feito dela apenas uma organização melhor. A partir daí, pensando programas para melhorar, ampliação de programas, recursos. Então é feita coletivamente a construção. A partir de 2001 a política foi diferente, foi aí que aconteceu a conferência, porque inclusive no primeiro plano de governo 1997 a 2000, tivemos que espremer muito para tirar subsídios dele, até porque não havia muito esta preocupação.

– A matriz teórica mais estudada pela equipe, não sei se matriz teórica é a palavra certa, foi a de Marcellino que estudamos bastante, a parte de Porto Alegre, a colega secretária de esportes e lazer Rejane veio dar umas dicas. Mas principalmente, estudamos a questão do lazer, pois a palavra esporte, a política do esporte é muito mais conhecida e é uma coisa muito mais pontual. Agora desenvolver política de lazer na cidade, que é um lazer mais ao nível de vários conteúdos e não só de esporte, foi o grande diferencial desta administração. O Marcellino nos ajuda muito na ampliação dos nossos conhecimentos na área.

Na palavra dos dirigentes, podemos constatar a existência de uma política pública construída a partir das diretrizes do Prefeito, da comunidade e dos técnicos da secretaria. A concepção de construção da política pública com a comunidade, segundo a palavra dos dirigentes, traduz o compromisso de um animador cultural consciente, comprometido com a causa pública. Mesmo que a população como um todo não saiba como participar da estruturação da política, mesmo que a secretaria não tenha tido os mecanismos para aplicar uma metodologia de poder buscar maior número de participantes para a elaboração da política pública de esporte e lazer, mesmo assim, houve ações concretas na busca da participação comunitária. Pode-se constatar que existe neste governo intenção explicitada e respaldada por mecanismo de participação criados pelo governo, tais como as Conferências Municipais, as reuniões nos Nacs com dirigentes da secretaria para que os diversos grupos comunitários possam opinar na transformação da política do governo.

Sobre a pergunta feita: o partido PT tem matriz teórica determinada para governar? A resposta foi a seguinte:

O partido tem um linha, um jeito de governar, a nível de esporte e lazer. A Cláudia tem uma linha de trabalho e ela que é mais ligada ao partido. Tem todo um estudo da setorial do esporte e lazer do PT. Mas não tem que ser trabalhado dessa forma, a matriz do PT é trabalhar com o povo, pois ele que tem que dizer como fazer. A política do partido é a população. Tem um modo petista de governar, que é esse de sempre buscar com a população e eles que te dão a matriz do que tem que ser feito.

Perguntadas: por quem foi elaborada essa política pública, se pela equipe formada pelo Prefeito durante a campanha eleitoral, ou foi pelo prefeito depois da campanha ou pela Secretaria a resposta foi:

Por todas elas. Foi elaborada pela equipe do Prefeito, durante a campanha e posteriormente pela equipe da Secretaria que a ampliou.

Perguntadas sobre quem participou da elaboração da política, a resposta foi:

Toda a equipe da Secretaria e de certa forma, toda população, que foi a participação decisiva. No primeiro mandato teve pouca participação.

Perguntadas de como se deu esse processo a resposta foi:

Através da conferência, nas plenárias temáticas, OP, nos seminários, fóruns e cada programa têm a sua relação com o público afim, que é uma relação de sempre planejar coletivamente, avaliar e replanejar. A política empregada durante os quatro anos de nosso mandato nem sempre foi a mesma ela passa por avaliações permanentes e vai se modificando, porém o norte permanece o mesmo.

Perguntados sobre qual o ponto mais positivo de toda política, a resposta foi a que se segue:

As diretrizes que norteiam o nosso trabalho, a democratização do acesso ao esporte e lazer, a descentralização e ampliação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, a participação e construção coletiva, buscando a humanização das atividades, a parceria do poder público com a sociedade civil, que chamamos de co-gestão e a interação da política de lazer entre as unidades de governo. Eu acho que o ponto mais positivo é ver a mudança da postura da população frente ao lazer. Outro ponto positivo foi a criação da Secretaria, que garante mais autonomia, mais recursos. Foi um grande avanço para cidade. O diferencial desse processo de quatro anos, além da criação da Secretaria, foi a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer que era uma demanda que a população também trazia. Ter mais recursos. (Dirigentes 1 e 2 Caxias do Sul).

Perguntados sobre qual o ponto mais negativo de toda política, tivemos como resposta:

○ nosso maior problema é a questão da divulgação, é fazer a informação sobre os programas chegar até a população.

○ partido possui um estudo sobre o esporte e lazer, mas não precisa ser seguido segundo as dirigentes, porém a entrevistada afirmou que: “a matriz do PT é trabalhar com o povo ... Tem um modo petista de governar, que é esse de sempre buscar com a população, e eles que te dão a matriz do que tem que ser feito”. E isso pudemos observar: que a equipe da Secretaria Municipal demonstrou em ações levar em consideração as solicitações da comunidade.

A origem da política de esportes e lazer de Caxias do Sul se deu com a proposta da equipe do prefeito por ocasião da elaboração do Plano de Governo, colocando a intenção de realizar, se eleito fosse. Este fato acabou acontecendo o PT acabou conquistando a reeleição de 2001-2004. O então departamento incrementou essa política e buscou a participação comunitária no aperfeiçoamento.

Os mecanismos empregados para ouvir a população foi a conferência, as plenárias temáticas, o Orçamento Participativo, os seminários, fóruns e cada programa desenvolvido tem a sua relação com o público participante oportunizando o planejar, o avaliar e o replanejar coletivamente.

○ ponto mais positivo segundo as dirigentes foram a implementação das diretrizes, a mudança de postura da população diante do lazer, a criação da SMEL e a criação do FUNDEL.

Sobre os pontos negativos da política de esporte e lazer de Caxias do Sul a resposta recaiu sobre a questão da divulgação, de como fazer chegar a toda a população os programas e eventos da secretaria.

c) Análise do questionário - aplicado aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer de Caxias do Sul

Em Caxias do Sul, este estudo realizou uma pesquisa exploratória com 11 indivíduos caxienses, com idade entre 28 e 63 anos, sendo 7 pessoas do sexo feminino e 4 do sexo masculino, em relação aos serviços de esporte e lazer oferecido pelo poder público municipal. Os entrevistados se caracterizam como líderes comunitários e por isso são envolvidos nos serviços públicos de esporte e lazer.

Os pesquisados participam em diversas organizações, ligadas ao esporte e lazer do município, dentre as quais podemos citar a Associação de Bairro, o grupo de convivência e ginástica, os NACs, o Conselho Gestor de praças e campos, programa financiado pelo FUNDEL, o Clube amador de Futebol, Liga Caxiense de Voleibol, Associação de PPDs e ainda um pesquisado atua como profissional de Educação Física. Em relação aos cargos dentro das entidades em que participam, pode ser constatado que cinco indivíduos atuam como presidentes das organizações, um como conselheiro, um como coordenador, um como professor de Educação Física. Outro investigado atua no departamento financeiro de um clube e dois outros atuam como líderes participantes dos serviços de esporte e lazer do município.

Todos os pesquisados têm ligação direta com os serviços de esporte e lazer no município, seja como líderes participantes dos serviços oferecidos, como membros de entidades organizadoras de atividades esportivas, ou ainda como atuantes na fiscalização e promoção dos serviços de esporte e lazer de Caxias do Sul.

Quando questionados a respeito da existência de políticas públicas para o esporte e lazer no município de Caxias do Sul, todos os investigados foram unânimes ao afirmar que o governo tem políticas públicas em andamento para a área.

Em relação à divulgação das políticas públicas existentes para o esporte e lazer dos caxienses, 100% dos investigados afirmaram que elas são divulgadas à população.

A divulgação das políticas públicas de esporte e lazer do município de Caxias do Sul, ocorre principalmente através de reuniões com a comunidade, citada por oito pesquisados. Panfletos e correspondências, foram lembrados como mecanismos de divulgação existentes, por sete indivíduos. Já o rádio e a televisão foram apontados como os meios em que a divulgação chega até a população por 4 pesquisados e apenas uma pessoa apontou o telefone como forma de divulgação dos serviços públicos de esporte e lazer.

Tratando-se da elaboração das políticas públicas de esporte e lazer de Caxias do Sul, oito pessoas afirmaram terem atuado na elaboração dessas políticas e três afirmaram não terem tido nenhum envolvimento.

Dez pesquisados declaram conhecer alguém que tenha participado da elaboração das políticas públicas para o setor e apenas um indivíduo desconhece a participação de alguma outra pessoa na produção e construção de tais políticas para o esporte e lazer.

Os objetivos que norteiam o trabalho da Secretaria de Esporte e Lazer de Caxias do Sul são do conhecimento de todos os pesquisados, ou seja, eles conhecem com que objetivos a secretaria trabalha para realizar as políticas para o setor.

Três investigados asseguram ter conhecimento de que um dos objetivos trabalhados pela Secretaria de Esporte e Lazer de Caxias do Sul, é “trabalhar para promover o lazer e o esporte para a população Caxiense”. Outros três disseram que a Secretaria objetiva melhorar a qualidade de vida da sua população, dois dizem que a Secretaria trabalha na direção da inclusão social; outros dois afirmam que um dos objetivos da SMEL é a integração da comunidade; e a divulgação do esporte e lazer é citado como objetivo por um indivíduo investigado.

Percebe-se que os pesquisados conhecem os objetivos com que a SMEL trabalha, isso demonstra que não são somente oferecidas atividades à população, mas também com que objetivos a Secretaria se propõe a trabalhar, o que pode tornar rica e com sentido a tarefa executada.

4.1.2 Município de Venâncio Aires

4.1.2.1 Histórico de Venâncio Aires

Segundo o Doc. nº 9 da Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Desporto e Lazer (SJCDL), até 1998 o esporte e lazer pertenciam à Secretaria de Educação. A partir de então, foi criada a Secretaria Municipal da Cultura, Turismo, Esporte, Lazer e Trânsito que desde 2002, com uma nova administração, passou a se chamar Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Desporto e Lazer. Essa Secretaria, segundo o documento em questão, trouxe uma proposta de atuação para as políticas públicas de juventude, tendo junto a cultura esporte e lazer que são duas ferramentas de envolvimento e trabalho com a juventude bastante fortes. O Departamento da Juventude foi criado com a reforma Administrativa ocorrida no ano de 2001, e implantado no início do ano de 2002. Tem por finalidade especial desenvolver as chamadas PPJ – Políticas Públicas da Juventude, assim entendidas aquelas ações e projetos voltados ao público juvenil nas mais diversas áreas.

Constata-se também que a Secretaria, administrativamente, ficou com uma estrutura, pelo que consta no documento, bem mais adequada, eliminando o trânsito e posteriormente criando um Departamento da Juventude. Não que a juventude, ou a criança, ou o adulto, ou a mulher, ou a terceira idade devam, em especial, ter uma secretaria, mas que se tenha políticas públicas para todos esses segmentos da população inclusive para os mais marginalizados e fundamental.

4.1.2.2 A origem da política de esporte e lazer de Venâncio Aires

a) Análise documental

Em Venâncio Aires, não tivemos acesso a qualquer tipo de documento que explicitasse qual a origem da política pública, como foi elaborada e como seria empregada na gestão pública de 2001 a 2004. Mesmo que a gestão desse período não tivesse uma política escrita, não podemos afirmar que o governo municipal não possuísse partes que compõem uma política pública. Encontramos as diretrizes elaboradas para o plano plurianual de 2002 a 2005, portanto quando o novo governo municipal já havia

administrado o município por um ano. As Diretrizes do Plano Plurianual 2002/2005, conforme Doc. 3 da SJCDL, foram:

Desenvolver o turismo ecológico, esportivo, religioso, paleontológico, de aventura. Implantar horto florestal / trilha ecológica. Implantar quadras poliesportivas ao ar livre. Organizar e apoiar campeonatos, taças, copas e torneios esportivos. Reativar o Conselho Municipal de Desporto. Reativar a liga Venâncio-airense de Bolão. Reativar a Associação Recreativa Venâncio Aires – ARVA. Implantar piscina térmica / semi-olímpica. Apoiar financeiramente atletas amadores, grupos, equipes. Organizar e financiar torneios e campeonatos a nível Municipal. Criar uma lei que possa favorecer as equipes que queiram um apoio financeiro para poder participar de eventos esportivos. Realizar jogos intercolegiais. Realizar jogos interdistritais. Realizar jogos germânicos. Construir pista de *Halve*, em concreto: para *skate*, *roller*, *free style*. Construir parede de escalada fixa. Instalar rampa para salto de asa delta. Construir pista de atletismo no Parque Municipal do Chimarrão. Disponibilizar recursos para manutenção dos ginásios de esporte do município. Instalar cancha de boliche. Implantar áreas de lazer nas Vilas e Bairros. Melhorar a infraestrutura do Parque Municipal do Chimarrão. Reformular as áreas de playground das praças. Implantar pracinhas infantis. Organizar passeios ciclísticos. Organizar caminhadas ecológicas (coletivas). Realizar sábados de lazer no parque com entidades. Realizar campeonatos de pesca motonáutica no Rio Taquari – Mariante. Instalar Parque de diversões / recreação permanente. Oportunizar horas de lazer junto ao calçadão do CEMUC. Construir caminhódromo e ciclovia. Oferecer lazer a grupos de Terceira Idade e jovens. Organizar eventos de lazer em parceria com SESI, SESC e SENAI. Criar o fundo Municipal para as áreas de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo e Desporto. Apoiar Entidades do Município na realização de eventos de lazer e recreação e exposições diversas.

As diretrizes do plano Plurianual expressam compromissos, mesmo que elaborados ao longo do governo e sem participação popular. Assim as obras que estão contempladas neste plano plurianual são oriundas do executivo, constituído por pessoas que se julgam suficientemente conhecedoras desta realidade, uma vez que não fizeram nenhuma consulta popular. Esse Plano Plurianual foi aprovado pela câmara de vereadores que, na democracia representativa seria a voz do povo. Daí poderia se pressupor que o povo teria sido consultado, porém não encontramos nenhum documento que comprovasse tal acontecimento.

Encontramos, no Doc. nº 9 SJCDL, a Missão Institucional da Secretaria assim discriminada:

Esta Secretaria tem por missão: desenvolver Políticas Públicas Municipais, executando e apoiando ações, programas e projetos públicos aprovados, voltados ao desenvolvimento da Juventude, em especial, bem como da Cultura, do Desporto e do Lazer no Município de Venâncio Aires. A ação da Secretaria, concentra-se na implementação de programas e projetos próprios, integrados ao conjunto de ações de toda administração municipal, e ainda, através de parcerias e apoios às iniciativas da Sociedade Civil Organizada, nas respectivas áreas de atuação, buscando

o fortalecimento da gestão democrática e integrada com os setores juvenil, cultural, desportivo e de lazer na comunidade.

Essa missão determina que a Secretaria desenvolva políticas públicas e fortaleça a gestão democrática. Não encontramos documentos internos da SJCDL que explicitasse essa missão, especialmente, que pudesse provar o compromisso da gestão democrática como um instrumento da participação popular.

b) Análise das entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Venâncio Aires

Esta é uma análise das três entrevistas fornecidas, por dirigentes da Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Desporto e Lazer de Venâncio Aires, que foram empregadas com a intenção de poder cruzar as informações recebidas e poder testar a sua fidedignidade, interpretar a visão, verificar o pensamento, o conhecimento e o comprometimento que estes dirigentes empregaram na condução do seu trabalho por 4 anos à frente dos serviços públicos de cultura, esporte e lazer.

Perguntamos aos dirigentes da SJCDL qual a noção que tinham de política pública de esporte e lazer?

É possível constatar que a noção de política pública para os dirigentes é restrita à elaboração de um planejamento prévio de projetos de programas e eventos. Mesmo assim constatamos a existência de dois programas que só foram implantados no segundo ano da gestão municipal. Embora exista a intenção de olhar para a realidade do esporte e lazer da população, essa visão é restrita a grupos da população, especialmente os já organizados. Não constatamos nenhum instrumento empregado pelo executivo que promovesse consultas populares sobre qual o interesse da população ou qual e como a política pública deveria ser elaborada.

Perguntamos aos dirigentes se o seu governo desenvolveu políticas públicas para a Secretaria ou Setor?

Sim, nós tivemos dentro do atual governo algumas propostas bem específicas para o esporte o lazer. Citaria duas que foram criadas a partir dessa nova administração: uma delas foi o "Pró-lazer", que é a implantação das áreas verdes, equipamentos de esporte, lazer e recreação nos bairros e vilas; é uma demanda que vinha acumulada há muito tempo. Outro é o "Ação Esportiva", que são escolinhas de esportes.

Podemos aqui constatar que a política pública de Venâncio Aires fica restrita a uma visão que se constitui na elaboração de programas de esporte e lazer e, especialmente, a apenas dois programas. Segundo Marcellino (1996, p. 27):

Com relação à formulação de Políticas Públicas de lazer o que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídos pelos "Calendários de eventos", ou "pacotes" baixados dos gabinetes "técnicos".

Perguntamos de onde vem essa política?

Ela foi construída tanto na campanha eleitoral, através da apresentação de 14 metas, e dentro dessas existia a meta para a cultura, o turismo, o esporte e lazer. A partir do que já tinha, foi sendo desenvolvido, o calendário de eventos, que é uma das coisas que mais envolve a Secretaria; o auxílio, ou a organização de atividades, de eventos, do calendário oficial. É uma proposta que já vinha sendo construída e a gente teve que dar prosseguimento, ou até ampliação de novos eventos e qualificação. Além das metas da campanha e do que já tinha, foi ampliado, aconteceram algumas definições oriundas do Prefeito. A criação, execução e o pensar como fazer é do dia-a-dia da Secretaria, do departamento, do Secretário, do contado direto com o meio esportivo. Pegando entidades esportivas, atletas, o intercâmbio que existe, que a Secretaria acaba recepcionando toda essa parcela da população, as próprias associações de moradores, no caso dos projetos dos bairros e vilas, é nesse intercâmbio que surgiram muitas demandas que acabaram se transformando em projetos.

Não tivemos acesso às 14 metas do governo, pois o secretário não tinha mais este documento que era da campanha eleitoral. Portanto fica difícil colocar as metas em prática se elas não estão permanentemente na secretaria, sendo seguidas e desenvolvidas. Portanto, as metas do prefeito não sabemos quais eram, mas sabemos que e a secretaria ia se desenvolvendo no dia-a-dia, tendo como instrumento principal o calendário de eventos.

Perguntamos: como essas políticas públicas estão explicitadas?

- Existe a previsão escrita das atividades de esporte e lazer, da política de esporte e lazer não existe enquanto lei, uma lei que institua a política municipal de esporte e lazer, não se avançou, não se tem esse instrumento. Agora existe nas ferramentas do plano plurianual uma lei de diretrizes orçamentárias, em especial as previsões de projetos, de programas a respeito desse setor e na lei orçamentária que traduz em números o que são destinados para as atividades do departamento (1).
- Não, eu desconheço o que era seguido, era o calendário de eventos do ano anterior (2).
- Algumas estão escritas. Os projetos estão todos escritos e os eventos ocorrem de acordo com o calendário esportivo que todo ano é feito (3).

Pelas respostas dadas, se constata com clareza a inexistência de uma política pública abrangente em Venâncio Aires. Porém, o entrevistado demonstra desconhecimento do que seria a montagem de uma política pública, quando afirma que no município a política pública existe, porque são cumpridas as medidas legais pública – através da elaboração lei de diretrizes orçamentárias, do plano plurianual e do calendário de eventos.

Perguntado se: até você assumir, essas políticas não estavam determinadas e escritas? Por que só depois de você assumir que foram criados programas?

Olha, antes de mim eu desconheço a ocorrência de programas, mas também não posso dizer que não havia. Procurei o Secretário Leandro para me informar, mas ele também não sabia muitas coisas, por que ele tinha um antecessor e não se davam muito bem. Então ele também não conseguiu tirar muitas coisas do outro secretário. Assim acho que por isso a gente não sabia muito bem o que fazer. Tem o calendário esportivo que é feito, e nós demos seguimento às atividades que tinha e em muitas coisas nós inovamos (3).

A política pública, para ser bem elaborada precisa se basear num olhar para a realidade do município através de um diagnóstico de necessidades, segundo Bramante 1997. Como é importante, pois a participação do elemento humano no desenvolver da política de um município, pois o coordenador afirma que ao assumir um departamento não sabia o que fazer e seu superior também não sabia orientar tendo em vista ter problemas de relacionamento com o antecessor e por não ser da área da Educação Física.

c) Análise dos questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer de Venâncio Aires

Em Venâncio Aires, este estudo realizou uma pesquisa com seis indivíduos, com idade entre 21 e 45 anos, sendo cinco pessoas do sexo masculino e uma do sexo feminino, em relação aos serviços públicos de esporte e lazer oferecidos pela Secretaria Municipal da Juventude, Turismo, Cultura, Desporto e Lazer do município. Os pesquisados se caracterizam como sendo líderes comunitários e estão envolvidos com os serviços de esporte e lazer oferecidos pelo município. Os investigados desta pesquisa atuam em diversas organizações ligadas ao esporte e lazer do município, dentre as quais podemos citar a Associação de Bairro, a ASSOEVA – Associação Esportiva de Venâncio Aires, Liga de Futebol Amador - Taça da Amizade; um investigado atua como profissional de Educação Física e outros dois pesquisados atuam com líderes participantes dos serviços públicos de esporte e lazer do município.

Perguntados se sabiam dizer se este governo possui política pública em andamento, nos esportes e no lazer, três indivíduos pesquisados afirmaram que o governo possui políticas para o esporte e lazer; uma pessoa disse que não há políticas em andamento para o setor; outro indivíduo afirma que em parte essas políticas existem; e um investigado não respondeu.

Perguntamos se essas políticas eram divulgadas para a população. Quatro indivíduos afirmaram que as políticas não eram divulgadas à população e duas pessoas responderam que existe divulgação dos serviços de esporte e lazer para os venâncio-aireses.

Perguntados como as políticas são divulgadas para a população, dois investigados afirmaram que existe divulgação das políticas públicas de esporte e lazer do Município de

Venâncio Aires; dois indivíduos disseram que essa divulgação ocorre através da imprensa escrita; dois afirmaram que as políticas são difundidas através dos meios de comunicação rádio e televisão; e uma pessoa afirmou que essas políticas chegam à população através de reuniões com a comunidade.

Perguntados se em algum momento haviam participado da elaboração das políticas públicas de esporte e lazer, quatro indivíduos pesquisados afirmaram não terem tido nenhum envolvimento na elaboração das políticas do setor e duas pessoas afirmaram que atuaram na formação das políticas de esporte e lazer do município.

Perguntados se conheciam alguém que havia participado da elaboração das políticas públicas, dos seis indivíduos pesquisados, três afirmaram que não têm conhecimento se alguma pessoa participou da elaboração das políticas públicas de esporte e lazer do município e outros três investigados afirmaram que conhecem pessoas que atuaram na elaboração das políticas para o setor em Venâncio Aires.

Perguntados se conheciam com que objetivos a secretaria de esportes trabalha e se podiam citar um, das seis pessoas investigadas quatro afirmaram conhecer os objetivos de trabalho da Secretaria de Esporte e Lazer de Venâncio Aires, assim distribuídas: duas pessoas afirmaram que o objetivo seria: a integração da comunidade; uma pessoa disse que o objetivo era: tirar as crianças das ruas através do esporte e lazer; e uma pessoa disse que o objetivo era: dar apoio a entidades organizadas.

As pessoas se dividiram na maioria das perguntas: metade afirmava conhecer a existência de política pública e metade não tinha conhecimento. Com relação aos objetivos desta política, formam objetivos genéricos provavelmente criados na hora pelas pessoas, uma vez que, através de documentos e da entrevista, não nos foi dado a conhecer os objetivos com que esta gestão trabalhou no esporte e lazer. Mesmo os que afirmaram existir uma política pública, talvez não tenham conhecimento de como poderia ser um serviço de esporte e lazer feito de uma maneira mais abrangente, pois, conforme Marcellino (1996, p.22), a discussão sobre a elaboração de uma política pública passa:

Pelo entendimento mais amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas e por outro lado pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação.

Podemos constatar a fragilidade apresentada pelas políticas públicas de esporte e lazer que estavam em andamento na prefeitura municipal de Venâncio Aires na gestão de 2001 a 2004.

4.1.3 Município de Vale do Sol

4.1.3.1 Histórico de Vale do Sol

Em Vale do Sol foi encontrada na Lei nº 001/93 Capítulo 1, artigo 7º; o instrumento legal que dá a atribuição à Secretaria Municipal de Educação e Cultura como órgão encarregado de realizar o Ensino Fundamental no Município e promover o desenvolvimento cultural da população; incentivar a recreação e o lazer da comunidade; e desenvolver o esporte no município. Essa foi a única menção que tivemos, pois o pessoal que trabalha no setor não soube nos explicar a origem.

4.1.3.2 A origem da política de esporte e lazer de Vale do Sol

a) Análise documental

Não tivemos acesso a qualquer documento que demonstrasse haver algum tipo de política pública de esporte e lazer escrita.

b) Análise das entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Vale do Sol

Foram realizadas três entrevistas: uma com a Secretária de Educação, Cultura e Esportes do município e as outras com as duas coordenadoras de esportes que dirigiram o departamento, permanecendo uma por três anos responsável pelo setor e a outra por um ano.

Perguntado se a Secretaria cresceu nos últimos quatro anos

- Em relação ao esporte não evoluiu muito. Nós, da Prefeitura, nos envolvemos em fazer campeonato lá fora e tudo, onde nós demos apoio através da coordenadora, que antes era a Cristiane, agora é a Sabrina. A gente fez mais coisas em relação ao que tinha, mas tinham outras coisas que nós não conseguimos executar, até pela falta de verba. É muito pouco 2,7% para tudo isso, pois a Banda e o Coral já levam quase tudo.
- Acho que não teve muita evolução, pois a programação esportiva e de lazer se deteve exclusivamente na promoção de eventos, claro que se tentou trazer oportunidades novas, vivências novas para a comunidade. Por exemplo, tivemos a rústica, a gincana, o campeonato de bocha e de sinuca, ou seja, atividades que antes não existiam, mas acredito que o desempenho do departamento poderia ter sido expressivamente significativo, se o esporte fosse mais incentivado no município.

Perguntados sobre o que é uma política pública na sua concepção, responderam:

- Qualquer coisa que atenda às pessoas, o povo. Que dê alguma melhoria em relação à vida deles.

- Para mim seria assim uma coisa para todos, que integrasse toda a comunidade. Às vezes a gente faz um trabalho, mas atinge apenas uma parte da população. Por exemplo, o Festivôlei foi realizado mais para os jovens.
- São as atividades promovidas pela Secretaria.

Perguntados se faziam política pública na Secretaria, responderam:

Não, respondeu a Secretária e sim, respondeu a coordenadora.

Esse governo do qual você participa desenvolveu políticas públicas para a Secretaria ou para o Setor?

A resposta das três entrevistadas foi Não.

Se você não tem uma política, você deve ter uma orientação a seguir?

- A orientação nós pegamos assim, fazemos o que conseguimos fazer e o interesse vem normalmente de fora; a gente dá apoio para os jovens em campeonatos lá fora e sempre que possível a gente dá condução, a gente apóia. O esporte estava com a Secretaria da Agricultura e eles devolveram em 2001 para a Secretaria de Educação.
- O que ia aprendendo eu aplicava. Até na época fiz uma disciplina com o senhor na Faculdade, onde o senhor comentou sobre as atividades que eram realizadas nas comunidades e que integravam todo o mundo. Isso era uma coisa que achei bastante interessante e que eu tinha muita vontade de repassar para o Vale do Sol. Só que 20 horas na Secretaria é muito pouco. As orientações provêm da Secretaria, a partir daquilo que já era feito.

Como essas políticas públicas estão explicitadas?

- Não estão escritas, estão formuladas apenas em palavras. Não tem plano de esporte na Prefeitura.
- Não estavam escritas; não tinha nenhum plano formulado.
- Não estão escritas; são apenas formuladas em palavras.

Essas políticas foram elaboradas observando uma matriz teórica do Secretário? Ou do Partido? Ou não têm nenhuma matriz teórica?

- A Secretaria mesmo que elaborou essa orientação e a gente escuta um pouco também o que o povo quer do lado de fora. Mas é mais no verão, a gente promoveu campeonato de vôlei de areia, encontro de jovens, nessa área de esporte.

- Nenhuma matriz teórica.
- Não tem matriz teórica, porém a orientação vem do Secretário e do coordenador do departamento.

A coordenadora de esportes segue a sua orientação?

Normalmente quem está mais por dentro do esporte é ela. Ela tem o comando do esporte.

Veio alguma orientação da campanha do Prefeito, dizendo que o você deveria seguir, o que fazer?

A resposta foi Não, não veio nada.

No plano de governo do Prefeito, ele diz que iria fazer alguma coisa sobre o esporte?

Eles tinham no plano de governo, ampliar as áreas de esporte e lazer. Até fizeram, na serra está saindo um campinho de futebol. Não foi inaugurado ainda, mas é tudo particular, onde a Prefeitura dá o apoio. Quando é negócio de esporte, a Prefeitura faz o serviço e não cobra nada. Pode ser particular, de qualquer forma, através da prefeitura a gente apóia o esporte, mas não é tanto assim, tem que ter um interessado de fora.

Qual o ponto mais positivo da política da Secretaria?

- Dentro do esporte eu até não sei. Seria, assim, o Campeonato de futebol de campo e de salão, que a Prefeitura participou todos os anos, mas mais especificamente ajudando o clube que tem a ação centrada.
- O trabalho com a Terceira Idade, até por que eu gostava de trabalhar com eles.
- É a participação da população, que ainda poderia ser maior.

Qual o ponto mais negativo de toda a política de vocês?

- O ponto negativo é assim a falta de pessoal que implementa as atividades, por que só uma pessoa não tem muito que fazer, ainda mais com apenas 20 horas. Outra coisa seria a falta de recursos. Os recursos são muito poucos para o esporte. e fosse só para o esporte até daria, mas tem que dividir com a cultura, o turismo e o esporte. Só na cultura nós temos a banda e o coral, que sai desse dinheiro e só o professor da banda já ganha o dinheiro do esporte. Eu acho muito pouco a verba aplicada no esporte.

- O que eu colocaria de negativo é que eu acho muito difícil você conseguir trabalhar para todos, de fazer um negócio para integrar todas as localidades, fazer uma coisa para todo o mundo, envolvendo todas as idades e ambos os sexos.
- Com certeza é a falta de recursos financeiros.

Evidenciou-se pelas entrevistas que o setor de esportes e lazer da Prefeitura do município do Vale do Sol não tem políticas públicas e espera que a comunidade tome a iniciativa sobre alguma atividade ou projeto para, a partir daí, apoiar ou não a iniciativa. O setor se ressentido de pessoal, pois com somente uma coordenadora com apenas 20 horas e sem recurso financeiro é muito difícil tocar em frente o departamento. Todo o recurso financeiro é consumido para pagar o regente do coral. O Prefeito e a Secretária de Educação e Esportes não tinham o mínimo interesse no desenvolvimento do setor, tanto que nenhuma proposta de formulação de política pública veio do plano de governo, muito menos da Secretária e da coordenadora de esportes.

c) Análise dos questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer do Vale do Sol

No município de Vale do Sol foram pesquisadas 4 pessoas na faixa etária que compreende os 30 aos 40 anos, sendo dois indivíduos do sexo feminino e outros dois do sexo masculino. Com os quais se procurou verificar a atuação e a conceituação da parte dos entrevistados, em relação aos serviços de esporte e lazer do município. Ambas as pessoas pesquisadas caracterizam-se como sendo líderes comunitários.

Uma pessoa investigada nesta pesquisa atua, como presidente, junto a um Clube esportivo do município; outro indivíduo é profissional de Educação Física; e outros dois pesquisados são líderes participantes das ações de esporte e lazer oferecidas pelo poder público municipal.

Você sabe dizer se este governo tem política pública em andamento, no esporte e lazer?. Três pesquisados afirmaram que o governo municipal não possui políticas de esporte e lazer para a área e um indivíduo afirmou que elas existem. Somente um disse que elas eram divulgadas para a população via jornal. Nenhum dos quatro entrevistados disse ter participado da elaboração de políticas públicas. A única pessoa que diz ter conhecimento sobre a política pública afirmou que o objetivo da secretaria é a promoção do lazer e do esporte para a população.

4.2 O planejamento: o Plano Operacional Anual Setorial (POAS) nos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol

4.2.1 Município de Caxias Do Sul

4.2.1.1 A origem do POAS de esporte e lazer em Caxias do Sul

a) Análise documental

Em Caxias do Sul, podemos afirmar pela análise documental efetuada que o planejamento que encontramos deu origem a um Plano Operacional Anual Setorial da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (POAS), porém não enquanto peça única. Esse POAS está desmembrado, mas o que é importante é que ele está escrito e segue o Plano de Governo do Prefeito, elaborado por ocasião da eleição. Esse Plano determina em suas propostas de ações o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte lazer, e se desenvolve com muitos projetos que se constituem em programas e eventos.

Para fazer a análise dos planos dos municípios pesquisados e estabelecer um parâmetro de como deveria ser um POAS juntamos as sugestões de Bramante (1997), as orientações conceituais de Roche (2002) e as contribuições oferecidas pelo autor desta tese, tendo em vista a busca de significados e direcionamentos para o aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e lazer. Optamos por sugerir como deveria ser o **Plano Operacional Anual Setorial** conforme o capítulo 2, item 2.4. Esse formato aqui apresentado, se diferenciou do Plano de Caxias do Sul, pois este não se apresentou como uma peça única e nem contemplou a totalidade dos itens.

O POAS de Caxias do Sul de 2001 a 2004 teve origem bem mais completa uma vez que a equipe do DEMER permaneceu a mesma da gestão passada 1997- 2000 e mesmo não tendo uma política pública consolidada na primeira gestão, a experiência e a vontade de desenvolver um trabalho que evoluísse e uma visão da situação do esporte e lazer já estavam bem mais amplas. Encontramos a menção sobre uma pesquisa no início do governo de 2001, porém não tivemos acesso a documento. Temos em vários documentos ações que provam que a secretaria busca um relacionamento maior com a comunidade no sentido de poder contemplar ações que fossem de interesse para a população, tais como as encontradas nos seguintes documentos: doc. nº 46. Seminário Municipal de Esporte e Lazer (18 a 19 de outubro de 2002); doc. nº 47. 2º Seminário Municipal de Esporte e lazer. Tema: Lazer na Escola – condições e contradições – (04 e 05 de julho de 2003); doc. nº 48. 2º Seminário Caxiense de Futebol Amador (28 a 29 de abril de 2003 e 05 e 06 de maio de 2003); doc. 49. 2ª Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer “Democracia e gestão pública de esporte e lazer – construindo a inclusão social” (30 a 31 de maio de 2003); doc. nº 50. Resoluções da 1ª Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer; doc. nº 51. Resoluções da 2ª Conferência Municipal de Esporte, Recreação e Lazer – (09 e 10 de junho de 2004); doc. nº 52. IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer – (21 a 24 de abril de 2004) - (Informativo) e doc. nº 44 é um questionário da pesquisa aplicada em 2004. Todas essas ações podem sem dúvida ter ajudado na montagem do POAS.

Conforme Doc. nº 15, do Esporte e Lazer no Município de Caxias do Sul, o trabalho do antigo DeMER e da atual SMEL a partir de 1997 cresceu significativamente, pois sua proposta era voltada ao lazer comunitário e ao esporte, educação e participação. A política adotada para a esporte e lazer de Caxias do Sul passou a ser estabelecida através de uma proposta inclusiva, pela qual se buscou a participação dos menos hábeis, dos idosos, das mulheres e dos portadores de deficiências. Conforme doc. nº 15 (2004, p. 1):

Essa ação se justifica(...), pois até 1996 foi encontrada uma política essencialmente discriminatória a política adotada pelo governo anterior

era repleta de ações que objetivavam a manutenção de privilégios e a prática assistencialista que mantém a cidadania sob tutela.

Através do diagnóstico (Doc nº 15 p.4 – 5), foram identificados os pontos fortes e fracos dos serviços de esportes e lazer assim discriminados

Pontos Fortes:

- Criação e implementação da política municipal de esporte e lazer em Caxias do Sul.
- Democratização do acesso ao lazer e ao esporte, priorizando as crianças, mulheres, idosos, e PPDs
- A obtenção de uma postura política descentralizadora pela SMEL fez com que o poder público pudesse estar mais perto e conhecer as reais necessidades da população para a área. Os Caxienses passaram a construir as políticas públicas junto com o Governo através da realização das Conferências e dos Seminários Municipais de Esporte e Lazer.
- Devido ao crescimento desordenado das grandes cidades, inclusive de Caxias do Sul e a ocupação cada vez maior das áreas públicas, encontrou-se em 1997, um número muito reduzido de praças e parques, se comparado com a demanda a ser atendida. Através de um levantamento das áreas e equipamentos de lazer, pôde ser construída uma política de animação dos espaços e, constituir conselhos gestores, compostos por membros das comunidades e setores do governo, com intervenção direta nos espaços. A carência de espaços e equipamentos de esporte e lazer em Caxias do Sul é evidente, embora pode ser constatado que, até 1997, Caxias do Sul, com cerca de trezentos e sessenta mil habitantes, possuía trinta e um equipamentos públicos de esporte e lazer, e atualmente, com um aumento de mais de 300%, ainda sofre as conseqüências da falta de investimentos na área. A descentralização dos espaços e equipamentos como praças e parques, pode ser destacado como um outro fator que contribuiu para a inclusão da vida esportiva e do lazer na vida da população. Até 1997, mais de 50% dos equipamentos localizavam-se na região central da zona urbana, porém em 2004 esse índice caiu para 30%.
- A criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL, (2003) pode ser destacada como uma implantação que veio a valorizar o esporte e o lazer no Município de Caxias do Sul, passando a Secretaria a responder de maneira independente aos assuntos pertinentes a sua área. Ainda que tal independência seja considerada importante para a autonomia do setor, houve a valorização e a realização de um trabalho diferenciado, ou seja, de experienciar ações intersetoriais, envolvendo os setores afins: habitação, saúde, planejamento, cultura, turismo, agricultura, meio ambiente, assistência social e educação.

- A criação do FUNDEL - Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer é um outro avanço que merece destaque, pois se caracteriza como sendo um investimento de recursos públicos que apóia financeiramente a realização de ações na área de esporte e lazer.
- Formação continuada de lideranças esportivas e profissionais da área.

Pode-se constatar o avanço apresentado por esta equipe que dirigiu o DmER e posteriormente a SMEL na conquista de um desenvolvimento significativo na implementação da política pública de esporte e lazer para o município de Caxias do Sul que se tornaram os seus pontos fortes, com destaque para: a) a inversão de prioridades; b) o incremento de novos programas e projetos; c) a transformação do Departamento em Secretaria; d) a criação do FUNDEL; e) o trabalho com os PPDs; f) as ações integradas de governo (intersecretarias).

Pontos Fracos:

- Uma das maiores dificuldades sentidas pela SMEL no processo de construção das políticas é a divulgação dos programas, projetos e atividades de lazer, embora haja um trabalho permanente no que diz respeito à distribuição de folders, faixas e cartazes. O meio preferencial das pessoas obterem informações, a televisão, se torna um tipo de divulgação inviável financeiramente para o poder público.
- O que pode ser constatado atualmente no Município de Caxias do Sul é a falta de um Centro Esportivo Municipal, que contemple eventos de várias modalidades.
- Para a população do meio rural houve a organização de poucas atividades;
- Houve uma certa carência de atividades sistemáticas para crianças até 6 anos e jovens de 15 a 19 anos.
- Ainda há uma certa dificuldade de organização das entidades, ligas e associações esportivas, até por que a SMEL poderia ter dado tal orientação. Outro ponto importante a ser destacado é a pouca integração entre entidades comunitárias, públicas e privadas. Um exemplo seria a pouca articulação dos diretores das Associações dos Moradores de Bairros AMOBs, provavelmente devido à falta de clareza do papel que podem desempenhar.
- A falta de um trabalho para cativar parceiros da iniciativa privada, que pode ter vindo a limitar muito o desenvolvimento e a ampliação das atividades da SMEL.

- Poderia haver uma maior articulação entre o Poder Público e as instituições de Ensino Superior que atuam na área, aproximando os acadêmicos da prática de trabalho.

A SMEL tem clareza de seus pontos de destaque e deficiências na condução de sua política de esportes é o que podemos constatar pela apresentação deste documento. Cabe destacar como ponto fraco é ainda o pouco investimento na construção de áreas cobertas, tais com ginásios municipais bem como a falta de apoio ao esporte de alta competição da cidade. Entende-se que a inversão de prioridades não precisaria trazer o abandono ao apoio do esporte de rendimento.

Diante de todos estes dados aqui apresentados levando em consideração o ano de 1992 a 1996 e depois o que foi os dois mandatos da equipe que dirigiu a secretaria de 1997-2000 e 2001-2004, podemos deduzir que o levantamento diagnóstico, mesmo que não realizado através de pesquisas anuais e não levando em conta todos os itens que compõem o diagnóstico de necessidades conforme Bramante (1997), empregou outros instrumentos igualmente válidos, aqui elencados, que serviram como subsídios para um olhar sobre a realidade do esporte e lazer de Caxias do Sul favorecendo a elaboração dos Planos Operacionais Anuais durante os 4 anos de mandato.

Segundo o Doc. nº 7, fornecido pela SMEL, os temas trabalhados pela Secretaria de Esportes e Lazer foram:

Democratização do acesso ao lazer e ao esporte, Descentralização e ampliação dos espaços e equipamentos de lazer, Participação Comunitária, Um projeto político integrado; Parceria do poder público com a sociedade civil, Escola: Espaço de lazer comunitário, Garantia de lazer como direito social, Definição do espaço do esporte e do lazer no governo, Formação de quadros.

Estes temas, escolhidos pela administração da SMEL, demonstram uma intenção de envolvimento grande com a população, aliás, o que deveria ser a razão da existência de todas as políticas públicas de um governo. Garantir a política pública de lazer como um direito social é justamente poder democratizar as ações de lazer para todos, e para que isso aconteça é necessário formar parcerias com a sociedade civil, descentralizando assim, o poder decisório e demarcando o espaço do esporte e do lazer no governo e na população. Pode ficar mais fácil o entendimento da população, quanto à conquista dos seus direitos ao lazer, depois que essa experimenta, conhece e gosta de atividades que com o tempo passam a integrar o estilo de vida das pessoas, podendo vir a se transformar em cultura.

Podemos constatar que em todas as ações da Secretaria demonstradas pelo seu POAS, a política apresentada no plano de governo, por ocasião da campanha eleitoral, as diretrizes e a visão teórica apresentadas nos documentos demonstram que o plano contempla a política pública traçada.

De acordo com o Doc. nº 16 da SMEL, é apresentado os programas e projetos de ação, já comentados anteriormente, demonstrando as parcerias efetivamente realizadas e

a situação de cada programa e projeto de ação. A equipe do DeMER criou 7 novos programas de 1997-2000 e manteve os antigos. Ao se reeleger novamente para o período de 2001 a 2004 teve a oportunidade de criar mais 7 programas novos e manter os que já existiam. A SMEL adquire uma maior autonomia com a conquista do Setor de Manutenção e Cuidados das praças e ginásios esportivos municipais. Precisa-se destacar também que houve um mandato de 4 anos anterior e que esse se constituiu como uma espécie de aprendizagem para a equipe, que basicamente permaneceu a mesma. Portanto, os méritos podem ser dedicados à equipe que dirigiu e cresceu junto, em conhecimento, vontade, dedicação e comprometimento o que fez com que o serviço de esporte e lazer se projetasse como um serviço de inclusão social, com avanços significativos e com a superação da maioria dos seus objetivos.

O POAS da Secretaria de Esporte e Lazer de Caxias do Sul possuía uma estrutura invejável em se tratando de secretarias para a área do esporte e lazer, que via de regra não são muito valorizadas. O Plano Anual ao longo dos 4 anos sempre foi melhorando os serviços apresentados, ano após ano, tanto em quantidade, o que demonstram os relatórios de inscritos e de atendidos, quanto em qualidade com o aumento gradativo de implantação de programas e eventos.

O Plano Operacional Anual Setorial sofre uma avaliação permanente e uma avaliação global no final do ano e o instrumento empregado é o **Relatório Anual** escrito, enquanto um documento de peça única. Adotamos para esta pesquisa as sugestões de Bramante (1997), as orientações conceituais de Roche (2002) e as contribuições oferecidas pelo autor desta tese, em que o Relatório Anual se compõe dos seguintes itens:

capa; folha de rosto; sumário; apresentação ou resumo; dados de identificação; cronograma de todos os programas e eventos resumidos – nome do programa e do evento, datas, local, horário, tipo de execução (apoio comunitário, promoção ou parceria), tipo de evento (PAIE – Permanência, Apoio, Impacto, Especial), número de participantes, descrição sumária do evento, etc...; metodologia; atingimento dos objetivos e diretrizes da Secretaria; a avaliação, com o estabelecimento de indicadores de quantidade e qualidade; a mídia empregada; os recursos humanos, materiais, físicos e financeiros; a infra-estrutura de esporte e lazer; as parcerias; o grau de satisfação dos participantes; o número de participantes e de atendimentos a usuários; os apoios; o financiamento de projetos comunitários; os resultados alcançados pelas equipes de representação comunitária; avaliar os recursos conseguidos com os governos estadual e federal; elaborar uma conclusão sobre o serviço executado durante o ano; anexos, entre outros.

Os relatórios das ações que nos foram fornecidos pela SMEL de Caxias do Sul foram todos parciais. Não recebemos um relatório enquanto peça única, e que tivesse todos os componentes indispensáveis a todos os relatórios, com o desenvolvido, conforme modelo sugestão escolhido acima.

Com relação a este formato de relatório, adotado por esta pesquisa, do plano anual setorial de esporte e lazer, podemos antecipar que a SMEL de Caxias do Sul

apresenta somente 4 dos itens do modelo, quais sejam, a listagem das programações, os recursos físicos, ações intersetoriais e o número de participantes inscritos e de atendidos.

Tivemos acesso através dos Doc. nº 8 até o Doc. nº 15 aos Relatórios de Atendimento – a) 2001, b) 2002, c) 2003 (relatórios estes que continham também em separado o detalhamento do atendimento ao PPDs) e por último d) 2004 que tinha além disso, ainda; - o Relatório de Programas e Projetos desenvolvidos de 1997 a 2004, chamado Banco de Dados, o diagnóstico da situação encontrada até 2004 do esporte e lazer no município e o relatório de programas, projetos e ações da SMEL atualizado em 2004. Esse documento chamado diagnóstico, fazia parte do Plano de Governo para os anos de 2005-2008), na tentativa de o Partido dos Trabalhadores conseguir permanecer por mais 4 anos no Governo Municipal de Caxias do Sul o que acabou não ocorrendo.

O relatório de Caxias apresentou os programas¹², projetos ou eventos¹³, realizados com o número de pessoas inscritas. Como os programas são de caráter mais duradouro com atividades permanentes, o número de inscritos será diferente do número de atendidos, pois as pessoas são atendidas semanalmente e isso é computado multiplicando-se o número de atendimento por pessoa por mês durante o ano todo.

a) O Relatório de Atendimento do ano de 2001 - conforme Doc nº 8, apresentou as atividades realizadas pelo Departamento Municipal de Esportes e Recreação – DeMER

O relatório parcial de 2001 apresenta um total de 87.924 pessoas inscritas e 139.820 pessoas atendidas, nos diversos programas e eventos da SMEL. Não é possível determinar a percentagem de pessoas atendidas, tendo em vista que cada pessoa pode estar inscrita em vários programas ou eventos. Mas se fossem 87.924 pessoas inscritas individualmente na zona urbana de Caxias do Sul, que na época era de 306.093 (dados IBGE -2000), o percentual de pessoas inscritas atendidas seria de 28,72% da população. Portanto podemos afirmar que o percentual de inscritos, foi menor do que 28,72%. Por outro lado, dividindo o número de atendimentos (139.820 pessoas) pelo número de inscritos (87.924 pessoas), isso dá um atendimento médio baixíssimo de 1,59 pessoas por ano. Se os atendidos foram menos do que 28,72%, podemos concluir que esse atendimento não atingiu a 71,28% da população da zona urbana de Caxias do Sul, isto é, 284.274 habitantes da zona urbana de Caxias do Sul, não receberam nenhum programa ou evento em que pudessem participar. As atividades da SMEL que agregaram maior conteúdo educacional, durabilidade de atendimento, conhecimento e desenvolvimento tanto pessoal como social aos inscritos, foram as que tiveram atividades permanentes tais como: NACs, Escolinhas, Grupos de Conveniências, Olimpíada Escolar, ~~Campeonato Municipal de~~ Projeto Navegar, Festivais, Olimpíada Interbairros e Caxias do Sol – esportes de verão. Todos esses programas tiveram 11.712 inscritos, mas fizeram 63.242 atendimentos, e isto rendeu um atendimento médio de 5,39 por ano, elevando assim a percentagem de atendimentos anteriormente citada (1,59). Isso nos leva a recomendar o emprego de uma política pública baseada em programas,

¹² Programas – são ações realizadas pela SMEL, cujo período de duração é mais longo, as tarefas são sistemáticas e pretende aprofundar mais o conhecimento sobre alguma atividade de esporte e lazer.

¹³ Projetos/eventos – são consideradas as ações realizadas pela SMEL, cujo período de realização é menor.

superando com larga vantagem para os participantes a uma política de somente eventos. Dos eventos cabe destacar, a inscrição e o atendimento da Recreação que foi de 34.470 crianças durante o ano e as Ações Intersecretarias que atingiu a 26.812 pessoas.

b) O Relatório de Atendimento do ano de 2002 - conforme Doc nº 9, apresentou as atividades realizadas pelo Departamento Municipal de Esportes e Recreação – DeMER.

O relatório parcial de 2002 apresenta um total de 121.320 pessoas inscritas em todos os programas e projetos existentes, envolvendo todas as idades e alguns segmentos populacionais, atingindo assim a um máximo de 39,63% da população da zona urbana, tendo em vista que as pessoas inscritas poderão estar em mais de uma atividade ou programa da SMEL. Observa-se que a população de Caxias do Sul era de 306.093 habitantes na zona urbana, conforme dados do (IBGE, 2000), o que nos leva a constatar que o serviço público de esporte e lazer atingiu a um total de 280.424 atendimentos. Se dividirmos os usuários das políticas públicas de esporte e lazer inscritos, pelo número de usuários atendidos, teremos 2,31 atendimentos em média por ano, por usuário. Portanto em termos de atingimento da população como um todo, 61% da população urbana não foi atingida pelas políticas públicas. Cabe destacar que houve um incremento de 2001 para 2002 no número de inscritos e de atendimentos, o que demonstra crescimento da política na oferta de serviços, em torno de 10% para a população urbana.

As atividades permanentes da SMEL tais como: NACs - Escolinhas, Grupos de Convivências, Ginástica, Caminhadas, Lazer a Pessoas Portadoras de Deficiências (PPDs), Olimpíada Escolar, Torneio Estudantil Juvenil, Festivais, Projeto Navegar, Campeonato Municipal de Futebol, Olimpíada Interbairros, Torneio Aberto de Basquetebol, Equipes que representam a cidade e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todos esses programas tiveram 16.654 inscritos, mas fizeram 172.208 atendimentos, e isto rendeu um atendimento médio de 10,34 por ano. Aqui, também podemos notar um crescimento no atendimento de programas com as atividades mais permanentes à população. Aparece aqui o atendimento a um segmento novo da população os PPDs em que se inscreveram em torno de 580 pessoas.

Um ponto que merece destaque é a integração entre as secretarias que desenvolveram ações intersecretarias, demonstrando o início de um trabalho transversal do governo nas seguintes áreas: de equipamentos públicos e de eventos, contando com 3.286 usuários inscritos e 27.221 atendidos, nos seguintes programas/projetos: Caxias do Sul, Festival Nostra Gentchê, Festa Nacional da Uva, Festa da Criança, Corrida pela Vida, entre outros.

Os programas/projetos que mais oportunizaram pessoas inscritas em 2002 foram: a Olimpíada Escolar com 3.851 inscritos, ações intersecretarias com 3.286 inscritos, e os grupos de convivência com 1.438 inscritos. Já sob o tema RECREAÇÃO, estão os programas Festerando, Ônibus Brincalhão, Brinca Enxutão, e Kit Recrear, sendo os que mais atendimentos oportunizaram, durante o ano de 2002, num total de 53.497 usuários aproximadamente, uma vez que as crianças poderiam se inscrever mais de uma vez, e embora sejam eventos que possuam um atendimento individual de curta duração. Além desses, o projeto/evento com maior destaque em número de pessoas foi o de Equipes Representativas da Cidade, com 4.117 inscritos.

c) **O Relatório do ano de 2003** – Doc. nº 10 e nº 11 apresentaram as atividades realizadas enquanto DeMER até setembro e como SMEL a partir de outubro.

O relatório parcial de 2003 apresenta todas as atividades realizadas pela SMEL e traz como novidade mais detalhes das atividades realizadas com as Pessoas Portadores de Deficiências (PPDs). Houve 198.850 pessoas inscritas em todos os projetos existentes, envolvendo todas as idades e alguns segmentos populacionais, se comparados com a população de Caxias do Sul que é de 306.093 habitantes na zona urbana, conforme dados do (IBGE, 2000), que determinam que o atendimento do serviço público de esporte e lazer atingiu no máximo a 64,96 % da população da zona urbana, tendo em vista que as pessoas inscritas poderão estar em mais de uma atividade ou programa da SMEL. Já o número de atendimentos foi de 383.666, se dividirmos os usuários das políticas públicas de esporte e lazer inscritos, pelo número de usuários atendidos, teremos 1,92 atendimentos em média por ano, por usuário. O número de inscritos cresceu em torno de 64% em relação ao número de inscritos do ano de 2002. Igualmente o número de atendidos cresceu em torno de 37%. Cabe destacar que houve um incremento de 2002 para 2003 no número de inscritos e de atendimentos, o que demonstra crescimento da política na oferta de serviços, em torno de 25% para a população urbana. Porém, não podemos dizer o mesmo em número de atendimento médio da população que diminuiu de 2,31 para 1,92, o que leva a deduzir que a política de eventos atividades mais temporárias foi mais incrementada do que a de programas de atividades mais duradouras.

As escolinhas esportivas, grupos de convivência, ginástica, danças para casais, lazer para PPDs, olimpíada escolar, torneio estudantil juvenil, festivais, projeto navegar, campeonato municipal de futebol, olimpíada interbairros, eventos de formação, equipes que representam a cidade, apoios – entidades, ações intersecretarias, reuniões nas comunidades. Todos esses programas tiveram 44.815 inscritos e fizeram 266.449 atendimentos, isso dá em média 5,9 atendimentos por pessoa / ano. Embora o número geral de inscritos e de atendimentos em toda a programação anual tenha sido maior, o número de atendimento em programas de caráter mais duradouro diminuiu de 2002 para 2003, pelo fato do aumento de atividades de breve duração, os eventos.

Os programas que mais oportunizaram pessoas atendidas em 2003 foram: Grupos de Convivência, com 1.587 inscritas para 46.6490 atendimentos. Já o programa que mais atendimentos oportunizou, durante o ano, foi o de Recreação, num total de 87.319 usuários; e os projetos / eventos com maior destaque em número de pessoas foram os realizados no ginásio municipal Enxutão, com 45.000 inscritos e atendidos. Um destaque para o relatório em separado dos PPDs, embora não tenha havido significativo aumento de 2002 para 2003 no número de inscritos e de atendidos.

d) **O Relatório do ano de 2004** - conforme Doc nº 12 e nº 13 , apresentou as atividades realizadas enquanto DeMER até setembro, e como SMEL a partir de outubro.

O relatório parcial de 2004 apresenta um total de 179.432 pessoas inscritas em todos os programas e projetos existentes, atingindo todas as idades e alguns segmentos populacionais. Se compararmos esse número com a população de Caxias do Sul, que é de 306.093 habitantes na zona urbana, conforme dados do (IBGE, 2000), constataremos

que o atendimento do serviço público de esporte e lazer atingiu no máximo a 58,62% da população da zona urbana, (179.431,71 pessoas aproximadamente), tendo em vista que as pessoas inscritas poderão estar em mais de uma atividade ou programa da SMEL. Já o número de atendimentos foi de 543.139. Se dividirmos os usuários das políticas públicas de esporte e lazer inscritos, pelo número de usuários atendidos, teremos 3,02 atendimentos em média por ano, por usuário. Aqui podemos constatar um ponto importante na condução da política pública. Houve um incremento de atividades mais duradouras (programas) que agregam maior conteúdo educacional e desenvolvimento pessoal e social às pessoas que deles participaram. Por outro lado, o número de inscritos em 2004 diminuiu em torno 11% em relação ao número de inscritos do ano de 2002. Porém o número de atendidos cresceu em torno de 42%.

As escolinhas esportivas, grupos de convivência, ginástica, danças para casais, lazer para PPDs, olimpíada escolar, torneio estudantil juvenil, festivais, projeto navegar, campeonato municipal de futebol, olimpíada interbairros, Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer FUNDEL, todos esses programas tiveram 30.640 inscritos e fizeram 380.939 atendimentos, isso dá em média 12,43 atendimentos por pessoa ano. Embora, o número geral de inscritos e de atendimentos em toda a programação anual tenha sido maior, já o número de inscritos em atividades de caráter mais duradouro (programas), neste ano, foi menor em 2003 foi de 44.815 e em 2004 foi de 30.640. Por outro lado, o número de inscritos aumentou: em 2003 foi de 266.449 e em 2004 foi de 380.939).

Os programas que mais oportunizaram pessoas atendidas em 2004 foram: Grupos de Convivência com 1.881 inscritos, para 52.913 atendimentos; Recreação, num total de 100.633 pessoas inscritos e igual número de pessoas atendidas, já que esse programa atende normalmente uma vez a cada grupo de usuários. Cabe aqui destacar que os projetos e eventos com maior número de pessoas foram os realizados no ginásio municipal Enxutão, com 66.400 inscritos e atendidos.

Um destaque especial para o relatório em separado dos PPDs, que apresentou um incremento de 2003 para 2004 não no número de inscritos que praticamente foi o mesmo: 2.291 pessoas, mas no atendimento a esses usuários que sofreu um aumento de mais de 130%, passando para 15.785 atendidos.

Cabe destacar ainda o FUNDEL, que durante o ano de 2004 apoiou 62 projetos e obteve 13.839 inscritos e 80.000 atendimentos. Essa é uma multiplicação de ações do governo na ampliação da oferta de esporte e lazer, sem representar aumento de prestação de serviços da SMEL.

Cabe destacar aqui que o número de atendimentos às pessoas inscritas como usuárias das políticas públicas da Zona Urbana de Caxias do Sul sempre aumentou ao longo dos últimos 4 anos de mandato.

Não encontramos nenhum documento que determinasse como foi feita a avaliação do andamento dos Planos Operacionais Anuais de Esporte e Lazer de Caxias do Sul.

b) Análise das Entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Caxias do Sul

Perguntados se a Secretaria possui um plano anual de ação?

Sim e por escrito.

Na pergunta de que forma foi feito esse plano, a resposta foi:

O plano de ação é construído, são os programas e os projetos que a gente tem, então, ele foi construído em cima das diretrizes centrais, das nossas diretrizes, e do que o povo sugeriu através da Conferência. Quando a gente fez aquela prestação de contas em 2004, referente à gestão de 2001, a gente apresentou aquilo que realmente conseguiu fazer, então 90 % do que o povo pediu a gente conseguiu contemplar de alguma forma. O plano de ação é construído coletivamente.

A pergunta feita quanto ao plano ter participação popular, obtivemos como resposta:

Sim, a participação popular se dá nas avaliações das atividades, no acompanhamento e a gente forma comissões para cada um dos programas que avaliam o replanejamento do ano seguinte e na definição dos princípios na Conferência.

Já a entrevistada 02 respondeu da seguinte forma: A forma direta de o povo vir aqui e pedir um programa com o nome X para desenvolver, não. Mas diretamente eles participaram disso aqui. A conferência é um grande momento. A plenária determina programas para Secretaria, então é bem claro. Por exemplo, oferecer e dar continuidade na promoção de cursos, fóruns, seminários, encontros sobre temas. Então a população dá a idéia. Mas eles virem aqui dentro e escreverem o plano já é demais. Eles já estão lá dando a sua opinião na Conferência. Para isso que servem os técnicos, para transformar as opiniões em programas e fazer eventos e fóruns. (...) Como forma de divulgação da política no município estávamos pensando em fazer um Fórum com a imprensa, mas não vai dar tempo, porque foi feito agora em 2004, mas nós vamos fazer para o ano que vem. Tu já tem que achar uma forma daquilo que veio, daí tu transformar isso num plano de ação.

Os programas e eventos estão articulados com os objetivos do plano anual?

Sim. E com o exemplo cito os NACs. Os NACs que são feitos nas comunidades de forma descentralizada nos espaços públicos de esporte que tem na comunidade, quadras, campos. Ele vai ao encontro da diretriz de democratização do acesso ao lazer e ao esporte. Naquela diretriz máxima da Secretaria é feita também a parte dos NACs que é um grande programa que a gente tem. Antes não tinha escolinhas nos bairros, não tinha grupos para terceira idade. Foi democratizado o acesso nos bairros. Tem sessenta e poucos núcleos hoje. Por que a

diretriz da administração municipal é socialmente justa, institucionalmente democrática e participativa. Para poder contemplar essa diretriz da administração central é preciso fazer programas com temas, como a nossa diretriz que é a democratização do acesso ao esporte e lazer, contribuindo com essa diretriz da administração popular.

○ que você destacaria do plano, os objetivos, princípios, metas, as prioridades ou as estratégias?

Acho que são os princípios, pois acredito que a partir dele que tudo se formou. Eu aqui tenho chamado de diretrizes, mas também são chamadas de princípios. Se você não tiver claro quais são os seus princípios, tu te vira para tudo que é lado e não tem direção.

Já a entrevistada 02 respondeu: Isso tudo é um conjunto para poder dar certo o plano. Eu acho que são as diretrizes, a gente chama de diretrizes e não de princípios, pois os princípios têm mais a ver com valores do tipo de trabalho que tu vai executar e as diretrizes é o norte que você quer chegar. Para nós, princípios sempre levaram à gestão participativa, inclusão de todos nas atividades, a ética, o respeito às manifestações, planejamento. A diretriz vem do macro, lá do governo central e em cima do que foi tratado pela administração do governo é que tu montas as diretrizes, que seria a democratização do acesso ao lazer e ao esporte, descentralização e ampliação dos espaços e equipamentos, participação e construção coletiva. Essa é a nossa diretriz; parceria do poder público com a sociedade civil, a co-gestão, a interação da política de lazer com as metas de governo. E a gente tem que lembrar sempre para poder contemplar tudo isso que são os princípios mais os valores culturais, morais, sociais. Então eu destaco as diretrizes. Se você não tem bem claro qual a diretriz que você tem que seguir, não adianta ter meta. ○ que para ti são os objetivos para nós seriam as diretrizes, os princípios e aí, depois tem as metas. Objetivo e diretriz talvez sejam para mim a mesma coisa. Então, seria diretriz, que é onde tu tens que chegar.

○ seu plano anual de esporte possui programas e eventos?

Sim o serviço de esporte e lazer trabalha com atividades permanentes e temporárias e temos mais programas do que eventos. A entrevistada nº 02 respondeu que sim, e tem projetos. Projetos é que tem início, meio e fim. O programa já segue mais tempo. Dentro da tua gestão tu podes fazer um projeto, que tu tenta ver se ele vai dar certo ou não, para ver se ele pode virar um programa depois. Dos estudos que a gente fez na área da gestão, o projeto é algo para tentar, para ver se vai dar certo e assim implementar como programa.

A animação sociocultural da secretaria atinge a quais segmentos etários?

Atinge a todos.

A qual desses segmentos, os programas mais se dirigiram?

Crianças e idosos, adultos; já os adolescentes não são tantos.

A Secretaria possui um POAS e este está escrito e se compõe de programas e eventos, foi concebido tomando como base as diretrizes do governo e da SMEL que, segundo uma entrevistada, “a diretriz da administração municipal é ser uma administração socialmente justa, institucionalmente democrática e participativa”. Com base nesta diretriz é que todos os programas e eventos são criados. Esse plano contempla as solicitações sugeridas pelo povo, que o faz através das Conferências Municipais. Segundo as entrevistadas, o POAS provem de uma construção coletiva. Esta construção coletiva é feita através das avaliações e do acompanhamento das atividades, e das comissões formadas nas comunidades onde são desenvolvidos os programas e eventos. As entrevistadas disseram que um POAS tem como ponto principal as suas diretrizes e as suas metas, sendo elas o norte determinam onde se quer chegar. O POAS está previsto para atingir todas as pessoas, mas são as crianças e idosos que maior atenção recebem.

Para elaborar o plano anual, você buscou verificar a realidade do município, em sua área. Para isso foi elaborado algum diagnóstico?

Sim, nós fizemos pesquisas e a conferência e as plenárias também servem como diagnóstico. Permitem que a gente possa fazer uma leitura além da nossa, se o dia-a-dia está de acordo com o que a pesquisa aponta.

O diagnóstico foi feito, como o pessoal já vinha dessa administração, então muita coisa eles já sabiam, o povo que trabalhava aqui dentro. Foi feito também logo no começo uma pesquisa, sobre esporte e lazer, uma foi qualitativa com questões subjetivas que foram feitas logo que a gente entrou em 2001, uma pesquisa mais simples e outra foi feita com a Faculdade Serra Gaúcha. A Conferência em si é um diagnóstico, o que as pessoas querem saber é como está a situação e o que eles desejam e que está a situação do município na área. Foi feito em áreas públicas, a Cláudia participou de um estudo sobre as áreas públicas. Foi diagnosticado todas as áreas públicas da cidade e verificaram como estava o estado delas e o que deveria ser feito para ampliar também. Como é que vai ser feito um planejamento sem ter diagnóstico? É preciso saber as prioridades.

Quando vocês fizeram esse olhar para a comunidade?

Todo o ano ele é refeito, através das avaliações das atividades, embora tivesse momentos que o trabalho maior foi o da pesquisa, da conferência, do congresso da cidade.

Embora o diagnóstico da SMEL não tenha seguido um padrão, como aqui nesta tese foi sugerido por Bramante, 1997, é possível verificar que a equipe da SMEL se preocupava com o constante olhar para a comunidade no sentido de poder tirar subsídios para contemplar modificações e criação de novos projetos para aperfeiçoamento do POAS, atendendo às solicitações da população. Os exemplos disso foram as pesquisas realizadas, as conferências, o estudo sobre áreas públicas.

Esse plano anual contempla as determinações estipuladas pelas políticas públicas do governo?

A gente sempre procura fazer com que o plano esteja seguindo as diretrizes, quando alguma coisa sai fora. Às vezes a ação do dia-a-dia te leva a desviar do objetivo e aí a gente procura retomar e avaliar.

Vocês empregam objetivos, princípio, metas, prioridades e estratégias nos seus planos?

Sim.

Fica bem claro de perceber que o POAS da SMEL de Caxias do Sul contempla as determinações estipuladas pelo plano de governo, por ocasião da campanha eleitoral de 2000, incrementado posteriormente pela equipe da SMEL com a participação de segmentos da população caxiense que foram chamados a apresentar sugestões de programações de seu interesse.

O Plano Operacional Anual Setorial da Secretaria de Esporte e Lazer não se constituiu em um documento único, mas, sim, em documentos separados. Comparando com a sugestão apresentadas pelos autores já mencionados acima observamos que a SMEL de Caxias do Sul não possui os itens básico que compõem um POAS como documento único, tais como: 1)capa; 2)folha de rosto; 3)sumário; 4)apresentação ou resumo; 5)dados de identificação; 9)cronograma geral do Plano Operacional Anual Setorial. Não encontramos os parâmetros formais ou indicadores de: 25)avaliação; e também de 27)referências bibliográficas. Sobre a avaliação, temos conhecimento de que ela existiu, porém necessitaria ser aperfeiçoada.

Já os demais itens todos foram contemplados na elaboração do POAS de Caxias do Sul, senão na íntegra, parcialmente foram encontrados:

6)diagnóstico; 7)introdução e ou justificativa do serviço público de esporte e lazer; 7)referencial teórico (que são os pressupostos que embasam, subsidiam e justificam a forma de ação governamental adotada, que se baseiam em autores que confirmem a visão de mundo que as pessoas do governo possuem); 8)divisão político administrativa da secretaria ou departamento ou setor de esportes e lazer; 10)política pública – que determina a missão, os princípios, às prioridades, às diretrizes e/ou objetivos do Governo Municipal e da Secretaria; 11)metodologia e estratégias de implantação;12)planejamento de recursos humanos;13)planejamento da infra-estrutura de esporte e lazer (espaços, equipamentos, e materiais); 14)conteúdo programático (animação sociocultural através de programas, subprogramas projetos, eventos e atividades); 15)planejamento de programas ou eventos de integração institucional – interfaces com outras secretarias de governo; 16)criação e manutenção de equipes de representação e apoio a equipes da comunidade; 17)planejamento de parcerias com Instituições Comunitárias e a iniciativa privada; 18)planejamento de atividades de organização comunitária; 19)planejamento do fundo municipal de esporte; 20)planejamento e atuação conjunta com o Conselho Municipal

de Desporto (CMD); 21) planejamento de desenvolvimento e organização comunitária; 22) planejamento de atividades de educação para o esporte e lazer – programas e eventos de formação (desenvolvimento pessoal e social); 23) planejamento de captação de recursos dos Governos: Estadual e Federal; 24) planejamento dos recursos orçamentários (cumprimento das diretrizes orçamentárias de 4 anos); 26) calendário de eventos; 28) anexos, entre outros.

Podemos confirmar que o Plano Operacional Anual de Caxias do Sul é um plano cuja estrutura técnica da sua montagem e desenvolvimento é bastante completa, faltando alguns itens que poderiam ter aperfeiçoado melhor sua montagem.

Como vocês avaliam seu plano anual de esporte e lazer?

É a partir das metas, cada programa estabelece no início um planejamento de quais são suas metas e depois é feita uma avaliação se essas metas foram atingidas ou não e porque não foram e sugestões que se apresentam para os próximos anos. Eu avalio se contemplam as demandas. É feita a avaliação nos programas, os usuários que fazem a sua avaliação, cada um de uma forma diferenciada. Assim que está terminando o Campeonato de Futebol de Campo reúnem-se as equipes e se faz uma avaliação para o ano que vem. A avaliação depende do evento. A avaliação interna sempre é feita com usuários. Há eventos pequenos dos quais não é feita avaliação, é uma forma mais subjetiva, não no papel. A maioria dos grandes programas tem avaliação pelos usuários e a maneira como o povo controla é justamente a prestação de contas, que a Cláudia faz na Conferência. A avaliação interna é feita sempre e existe um seminário no final de ano em que a gente faz a avaliação do todo, desde a manutenção até os estagiários. A avaliação é feita duas vezes, uma em julho e outra em dezembro. E é feita uma avaliação de todas as conquistas, das dificuldades tanto internas como externas e dos desafios.

– Sim, a participação popular se dá nas avaliações das atividades, no acompanhamento, com formação de forma comissões para cada um dos programas que avaliam o replanejamento do ano seguinte e com a definição dos princípios na Conferência.

Isso é uma comprovação, segundo as entrevistadas, de que a avaliação existiu, porém na forma estipulada pela equipe, mais subjetiva, sem uma metodologia previamente aprovada e testada, sem levar em conta parâmetros e indicadores que poderiam servir como instrumentos eficientes para a correção no processo, bem como para a reprogramação dos projetos.

c) Análise dos Questionários aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer de Caxias do Sul

Em Caxias do Sul, este estudo realizou uma pesquisa exploratória com 11 indivíduos caxienses, com idade entre 28 e 63 anos, sendo 7 pessoas do sexo feminino e

4 do sexo masculino, em relação aos serviços de esporte e lazer oferecidos pelo poder público municipal, caracterizados como líderes comunitários envolvidos nos serviços municipais de esporte e lazer (conforme já descrito).

Quando perguntados a respeito da existência de um POAS para o esporte e lazer do município, os onze pesquisados afirmaram que o governo municipal possui um plano para o setor. Questionados a respeito da qualidade desse plano, seis indivíduos destacaram-no como ótimo, quatro como sendo um plano bom e um indivíduo destacou o plano como regular, o que atesta um desempenho muito favorável das lideranças ouvidas.

Quando questionados a respeito da realização de pesquisas (diagnóstico) sobre esporte, lazer e competição por parte do órgão responsável, em relação às preferências pessoais da população, seis indivíduos afirmaram que foram pesquisados sobre alguma atividade de lazer, esporte ou competição que quisessem, porém cinco pessoas responderam que não foram perguntados a respeito de alguma atividade de lazer, esporte ou competição que preferissem. As pesquisas normalmente são feitas para atingir um determinado percentual da população provavelmente não deve ter atingido a todos os entrevistados, porém esses, como líderes e participantes da política pública aplicada, talvez teriam mais facilidade para ter a informação de que seria realizada uma pesquisa, mesmo assim o número de 6 que tomaram conhecimento em 11 é significativo.

Embora não tenha havido uma pergunta no questionário especificamente sobre se o plano da SMEL contempla as determinações da política pública, podemos constatar, de acordo com as respostas dos líderes comunitários de Caxias do Sul, que as diretrizes e metas estão contempladas nos projetos de programas da cidade.

Em relação à estrutura do POAS, constatamos que ele apresenta vários programas e eventos, promove a interface com outras secretarias do município possui parcerias com entidades comunitárias, porém nesse ponto não encontramos parcerias da iniciativa privada com a Universidade de Caxias do Sul nem com as entidades SESI e SESC.

Quanto à organização da Secretaria de Esporte e Lazer de Caxias do Sul, dez indivíduos responderam que ela está bem estruturada e organizada e apenas um respondeu que a SMEL está estruturada e organizada em parte. Dez pessoas que responderam que a SMEL de Caxias do Sul está bem estruturada e organizada, justificaram que a Secretaria de Caxias do Sul possui: pessoal qualificado; oferece lazer e esporte em qualidade e quantidade para a comunidade; trabalham com organização comunitária; possui pessoal dedicado ao serviço com bons programas e bons eventos. Ainda, oito pessoas afirmaram: que a SMEL tem pessoal suficiente para trabalhar; que a Secretária é competente, e é profissional de Educação Física, que a Secretaria cuida e mantém as praças, centros sociais urbanos. Já sete investigados disseram que a SMEL está bem estrutura e organizada e que eles trabalham com voluntários. Uma pessoa que afirmou que a Secretaria estava estruturada e organizada em parte, não justificou a sua resposta.

Com relação aos relatórios já constatamos que foram feitos e aqui não houve nenhuma pergunta no questionário que mencionasse esse assunto. Cinco pessoas

afirmaram não terem participado de nenhuma forma de avaliação, em relação ao plano ou às programações de esporte e lazer oferecidas pelo poder público municipal, porém quatro pessoas asseguraram ter feito parte da avaliação dos serviços públicos de esporte e lazer de Caxias do Sul e duas pessoas não responderam. Podemos constatar que a avaliação não é do conhecimento da grande maioria dos líderes e, portanto, desencadeia-se conforme já foi mencionado, nas plenárias e em conferências municipais, cuja participação popular é ainda pequena.

4.2.2 Município de Venâncio Aires

4.2.2.1 A origem do POAS de esporte e lazer em Venâncio Aires

a) Análise documental

Pela análise documental não encontramos nenhum documento que atestasse que a SJCDL tenha tido um POAS escrito e estruturado e que viesse a se constituir em um documento único. Encontramos algumas ações fragmentadas, como por exemplo o calendário de eventos, repasses de auxílios a entidades comunitárias. Se não encontramos nenhum POAS também não encontramos nenhum diagnóstico. Não encontramos documentos que provem a existência de políticas públicas previamente estipuladas. A estrutura do plano é parcial; ele se desenvolve através de um calendário de eventos e contém dois programas apenas. Não encontramos documentos que atestassem a realização de relatórios anuais e avaliação por escrito da SJCDL.

b) Análise das Entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Venâncio Aires

Perguntados se a Secretaria possuía um plano anual de ação, foi respondido:

A Secretaria não possui um POAS; ele se restringe a apenas um calendário de eventos. A lei do calendário de eventos foi criada em 1998 e a partir daí veio sofrendo de ano a ano inclusão de novos eventos. De outro modo, nos temos eventos que são organizados pela comunidade, como o próprio Campeonato Municipal de Futebol, a Taça da Amizade, Campeonato de Bolão e outros, que tem organização comunitária, em que o Município entra apenas com o apoio financeiro, com a doação dos troféus, então o auxílio na sua realização, com uma relação diferenciada.

Os entrevistados afirmaram não haver Plano Operacional Anual e que esse era entendido apenas como o calendário de eventos. Ainda podemos observar que a secretaria, em não tendo políticas públicas, auxilia muito a realização de eventos da comunidade.

Para elaborar o plano anual, você buscou verificar a realidade do município, em sua área, e para isso elaborou algum diagnóstico?

Não foi feito um diagnóstico amplo, mas foi por meio de conversas com a comunidade sobre demandas iniciais, manutenção de apoio aos eventos, atividades, criação de alguns projetos específicos.

O seu plano anual de esporte possui programas, subprogramas e eventos?

“Sim, há eventos, projetos e programas”.

A estrutura do plano encontrada foi de somente 3 itens do total de 27 itens previstos, conforme modelo adotado por esta pesquisa.

Como vocês avaliam seu plano anual de esporte e lazer?

- Através de reuniões e conversas, mas não temos um instrumento formal de avaliação.
- Não foi feita nenhuma avaliação, nem na época do Secretário Felten e nem época que eu convivi com o Leandro. Era feita assim uma colocação, em que a Secretaria tinha que expor o que ela fez, passar para o Prefeito e divulgar no jornal.
- A forma de avaliação que a gente faz é uma forma errada, pois deveríamos fazer no final de cada evento uma avaliação de como foi, do que deu errado, do que deu certo. Como temos um plano anual extenso, você termina um já começa outro, falta de pessoal, seria bom se tivesse alguém responsável por essa parte, um coordenador pedagógico.

Vocês fazem relatórios, por escrito, dos eventos, dos programas e do plano todo?

- A maior parte das atividades e ações que a Secretaria adota, a gente procura oficializar através de um processo administrativo, ou seja, através de um banco de dados levantado com recorte de jornais, regulamentos, fichas de inscrições de eventos realizados nos anos anteriores.
- A gente fazia o recorte dos jornais, dos eventos realizados. Quando chegamos na Secretaria era uma sistemática desenvolvida pelo coordenador anterior e achamos interessante e continuamos fazendo dessa maneira. O problema todo para fazer os relatórios e colocar tudo isso no papel. É que a Secretaria era desenvolvida por três pessoas: o Secretário, o coordenador de turismo e de esporte e pelo coordenador de juventude. Não tinha mais ninguém, eram quatro pessoas dentro da Secretaria para fazer todo esse trabalho. Às vezes você tinha que estar indo para um lado, para outro, fazer eventos, apitar jogos, correr atrás de eventos, fazer a publicidade. Você tinha que fazer tudo para o evento sair, senão o evento não saía.
- Os relatórios são bem simples, a gente pegava as matérias dos jornais.

c) Análise dos Questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer de Venâncio Aires

Não encontramos no questionário algum indício que existia um planejamento em que este gerou um Plano Operacional Anual. Como não existe um POAS completo, não foi mencionado no questionário a realização de nenhum diagnóstico. Não existindo POAS e não existindo política pública determinada não há como cumprir as determinações. Como não existe um Plano completo formalizado, o único item do plano é o calendário de eventos. Não encontramos indícios de que a secretaria realiza relatórios anuais e avalia a existência do seu plano parcial.

4.2.3 Município de Vale do Sol

4.2.3.1 A origem do POAS de esporte e lazer em Vale do Sol

a) Análise documental

A Secretaria da Educação Cultura e Esportes de Vale do Sol não possui um planejamento que poderia ter originado um POAS, muito menos elaborou um diagnóstico sobre a realidade do esporte e lazer do município

b) Análise das Entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Vale do Sol

A Secretaria possui um plano anual de ação?

Não. Não temos calendário, mas na semana do município, e no geral, a gente implementa bastante o esporte e praticamente todo dia tem uma atividade esportiva.

Essa é uma confirmação que o esporte e o lazer não possuem um POAS no Vale do Sol. Como o governo não possui política, pública a orientação que é seguida na SMCE é, segundo a entrevistada: "orientação nós temos assim; fazemos o que conseguimos fazer e o interesse vem normalmente de fora, a gente dá apoio para os jovens em campeonatos lá fora e, sempre que possível, a gente dá condução, e apóia". O plano parcial encontrado se compõe da realização de eventos, apoio a entidades comunitárias. Não fazem relatório não avaliam o que existe de plano e nem promovem reuniões de planejamento. O Departamento de Esporte se compõe de apenas uma pessoa com uma carga horária de 20 horas, ficando muito difícil a realização de muitas atividades.

c) Análise dos Questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer do Vale do Sol

Já em relação à existência de um plano para o esporte e o lazer, três pesquisados afirmaram que o governo municipal não possui um plano para o setor. Já uma pessoa

afirmou que existe um plano traçado que estabelece os serviços de lazer para a população de Vale do Sol. Perguntado a esta pessoa como o POAS era, não soube dizer.

Quando perguntados sobre um levantamento das preferências da população em relação ao esporte e lazer, por parte da secretaria, três pessoas pesquisadas afirmaram não terem sido consultadas, nem para alguma atividade de esporte, nem para alguma atividade de competição que quisessem. Uma pessoa afirmou ter sido consultada a respeito de alguma atividade de lazer que preferisse.

Os quatro investigados nesta pesquisa não têm o conhecimento de que alguma pessoa tenha sido consultada a respeito de alguma atividade de lazer, esporte ou competição que quisesse. Portanto tudo indica que não foi feito diagnóstico para verificar a realidade do esporte e do lazer de Vale do Sol.

4.3 A intervenção, serviços de esporte e lazer: um compromisso dos municípios de Caxias do Sul, Venâncio Aires e Vale do Sol

4.3.1 Município de Caxias do Sul

4.3.1.1 A intervenção e a implementação do serviço municipal de esporte e lazer em Caxias do Sul

a) Análise documental

Conforme documento Doc. nº 16, estão relacionados todas os temas geradores trabalhados e as atividades da gestão 1997/2000 e os compromissos assumidos da gestão 2001/2004 da SMEL:

- Continuar organizando as atividades “com” e não “para” as comunidades.
- Concretizar o trabalho de animadores voluntários, com o DeMER oferecendo capacitação e acompanhamento sistemático.
- Fortalecer a discussão do lazer entre os grupos organizados da região urbana e rural.
- Realizar o Congresso Constituinte de lazer na cidade, ampliando a articulação da administração com a Comunidade.

Pela análise documental, podemos concluir que a intenção era de promover um trabalho “com” a comunidade e isso se concretizou através de vários mecanismos para envolvimento popular como: as conferências, (Doc. nº 49, 50, 51); os seminários (Doc. 46, 47, 48), além da criação dos conselhos gestores que são responsáveis por discutir e implementar ações na área, isto é, construir uma política de animação buscando sempre o princípio da democratização do uso do espaço público (Doc. 15).

No Doc. n° 15, encontramos a situação das áreas de esporte e lazer levantadas desde 1997 até 2004:

A situação em 1997 dos equipamentos de esporte em termos de campo de futebol era de 6 campos, ao final de 2004 foi aumentado para 18 campos; quanto às quadras poli esportivas em 1997 havia 10 em 2004 aumentaram para 27; quadras de areia em 1997 não havia nenhuma, em 2004 foram feitas 23; quanto aos ginásios em 1997 haviam dois em 2004 permanecem os 2; canchas de bochas em 1997 haviam 2, e em 2004 aumentaram para 5; pistas de skate em 1997 haviam 1, em 2004 eram 5.; parques infantis em 1997 eram 10 no final de 2004 eram 45.

Houve um incremento de 94 equipamentos durante a gestão

Podemos constatar que houve um incremento bastante significativo num total de 94 equipamentos a mais disponibilizados. Conforme vimos no mesmo documento foi criado o Conselho de Gestores; encarregado de construir uma política de animação. Além disso encontramos diversos programas e eventos de animação sócio cultural nos espaços até aqui discutidos, conforme Doc. n° 15.

Conforme Doc. n° 22 a 33, encontramos as seguintes leis propostas para a área do esporte e lazer entre os anos de 2001 e 2004:

Lei n° 5656 de 20/06/01 - Autoriza a compra do Enxutão.

Lei n° 5808 de 27/03/02 - Denominação do complexo esportivo com o nome de Centro Municipal de Esporte e Lazer Professor Joel Bastos de Souza e Ginásio Enxutão.

Lei n° 5971 de 24/02/03 - Denominação da pista de skate.

Lei n° 6076 de 10/09/03 - Cria a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL.

Lei n° 6160 de 17/12/03 - Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer de Caxias do Sul.

Lei n° 6276 de 14/09/04 - Dispõe sobre a política municipal do esporte e lazer.

Decreto n° 11092 de 31/01/01 - Preços equipamentos públicos de esporte e lazer.

Lei n° 11625 de 14/05/01 - Cria o dia Estadual do Desporto – 31/08.

Lei n° 11706 de 02/04/04 - Convoca II Conferência Municipal de Esporte e Lazer.

Decreto nº 11954 de 24/09/04 - Comissão Gestão Áreas Públicas

Conforme pode ser constatado nos Doc. nº 21 a nº 33, o Executivo e o Legislativo propuseram a criação de leis que vieram a ser aprovadas pela Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, leis estas de extrema importância como: a criação da SMEL de do FUNDEL. Uma secretaria de esporte e lazer só cumpre seu verdadeiro papel quando se cerca de leis que amparem e incrementem suas ações que venham a favorecer o desempenho do órgão.

b) Análise das Entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Caxias do Sul

Segundo os questionários os respondentes destacaram, pela ordem, os 3 principais programas e eventos da SMEL para o esporte e o lazer que são: os Núcleos de Atividades de Lazer Comunitário (NACs), o Projeto navegar, o Lazer para PPDs, a Olimpíada Escolar, o Caxias do Sol e o Seminário Nacional de Políticas Públicas

Perguntamos se a implantação da programação de esporte e lazer possui participação popular?

Sim, a participação popular acontece no planejamento, na execução e na avaliação, a gente procura garantir a participação, em alguns programas é mais e em outros menos.

Depende da atividade. O planejamento vai desde a Conferência e algumas atividades pontualmente, não em todas. Na Olimpíada escolar, no NAC não vem aqui a comunidade dizer como tem que ser feito, ela queria que tivesse escolinhas nos bairros, esportes mais variados, mas quem planeja como vai ser feito são os técnicos da Secretaria. A avaliação é feita no final do ano, se aquilo que eles pediram foi adequado, em cima dessa avaliação é que é feita a reformulação. Em alguns eventos tem participação da população na execução, por exemplo, no evento de recreação na comunidade, que foi um evento em co-gestão, onde eles fizeram um curso de animadores socioculturais, aprenderam como se faz uma gincana, jogos. Foram lá para a ponta e executaram junto com a gente este programa. Em alguns programas ocorre a execução.

Segundo as dirigentes entrevistadas, a participação popular acontece no planejamento, na execução e na avaliação, não em todas as atividades da SMEL, mas em algumas especificamente, como a recreação para a comunidade que é em sistema de co-gestão, onde curso de animadores culturais voluntários aconteceu.

Como os recursos humanos são tratados pela municipalidade?

Enquanto município no todo, a gente tem uma preocupação muito grande com o funcionalismo. No nosso caso aqui, sempre buscamos ouvir o servidor, procurar planejar coletivamente, inseri-lo. Depois a gente tem todo um trabalho de apoio, dentro do governo, com relação à

saúde do servidor, aos direitos, pois trimestralmente temos aí dentro de todo o nosso governo o repasse da inflação para que o servidor não tenha perdas, temos o Fundo de aposentadorias, temos um instituto de saúde muito bom que equivale aos melhores plano de saúde do município. No geral, principalmente aqui na nossa secretaria, os funcionários têm uma relação muito boa.

A Secretaria sempre nos dá abertura nas reuniões da quinta-feira, para manifestar as dificuldades que tem nos seus programas. A vida funcional a gente tem também uma pessoa aqui na Secretaria que cuida e qualquer coisa ela leva para a reunião geral. Temos reuniões de coordenação e geral a cada 15 dias, que acontecem às quintas-feiras. Nessas reuniões a gente muda muitas coisas, tanto nas reuniões sistemáticas quanto nas reuniões de estudo, de avaliação de programas, de qualidade, se estão indo bem. E o nosso calendário acontece 100% do que está previsto, só um ou outro que é cancelado, devido à chuva ou outro motivo. Existia uma democracia na forma, tu tens autonomia, só que tem que passar pelo aval da Secretaria para dar um ok. As relações são boas.

Você tem alguma coisa para falar sobre os recursos humanos?

Como a Secretaria foi criada a partir da Secretaria de Educação, eu tive a oportunidade de constituir esse quadro, escolhendo dentro de um grupo muito grande do quadro de funcionários da Educação. Então esse grupo da Smel é um quadro que foi escolhido a dedo, vamos dizer assim. Tenho muito orgulho dessa equipe e se a Secretaria cresceu como cresceu, nesses últimos anos, é graças a esse coletivo que é muito bom. Essa é uma vantagem que se tem, pois se você faz um concurso específico para uma Secretaria nova, que ainda não tem um perfil definido, fica muito difícil você definir esse perfil. Hoje, sim, já dá para pensar nisso, pois já temos um quadro básico, a partir do que se acredita no perfil que deveria ter essa Secretaria. A questão principal da escolha na formação do quadro da SMEL foi o perfil e não filiação política. O próximo governo não terá problemas em administrar essa equipe, pois a mesma acredita muito no seu trabalho. O que pode acontecer é se o próximo governo passar a adotar uma política antagônica ao que se tem hoje, ou seja, se não tratar o lazer como um direito, se centralizar o trabalho no esporte de rendimento, se a equipe não puder participar no planejamento. Aí eu acredito que vai surgir alguns problemas.

Os colegas têm um comprometimento de fazer o trabalho com excelência com a política pública e não necessariamente com a política do partido. Eles fazem avaliações; você pede planejamento eles fazem, é um comprometimento com um trabalho que eu nunca tinha vivenciado com tantas pessoas ao mesmo tempo comprometidas com que estão fazendo. São pessoas motivadas por um ideal de que o esporte e lazer poderiam estar num patamar diferente; nós trabalhamos muito no início, enquanto planejamento; a visão que nós tínhamos e qual a missão que temos aqui dentro e qual a visão de futuro. A visão era transformar em Secretaria e ser uma referência nacional na política pública.

Segundo as entrevistadas podemos constatar que a secretaria possui um quadro de funcionários constituído por em torno de 72 pessoas, todos escolhidos a dedo conforme a secretária e provenientes da Secretaria Municipal de Educação. Chama atenção ainda a integração, o comprometimento que os funcionários possuem com o plano de ação da SMEL e os cuidados que os funcionários recebem da equipe diretiva.

Existe legislação que ampara e fomenta o desenvolvimento do serviço de esporte e lazer?

Sim. Além da lei de criação da Secretaria, tem a lei da criação do Fundo. Na verdade a gente estudou, pesquisou na Internet e em alguns materiais do governo de Mato Grosso do Sul, de Curitiba e de outros estudos, e fomos montando o nosso. Então houve um estudo da lei do fundo, por nós mesmos feito.

Sem dúvida, verificamos já na análise documental a existência de várias leis que amparam e fomentam o desenvolvimento do esporte e lazer de Caxias do Sul.

A população avalia os serviços de esporte e lazer de sua secretaria?

Sim, através da Conferência. Nessa 2ª Conferência a gente levou as diretrizes da 1ª Conferência, apresentamos o que foi feito, a população avaliou e fez as novas propostas e os projetos e programas todos têm ficha de avaliação.

O conselho municipal é um canal de avaliação, o Congresso da cidade que é um momento de você mostrar o que foi feito; e do orçamento participativo que define recursos, mas a pessoa dá a opinião onde quer que seja investido o dinheiro.

De uma certa forma a avaliação, segundo as entrevistadas, é realizada através das conferências, do congresso, onde a população pode avaliar e sugerir mudanças no andamento da política pública de esporte e lazer. Porém, verificamos novamente que não existe uma avaliação planejada com o emprego de indicadores que venham demonstrar o andamento do processo.

c) Análise dos Questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer

Quando questionados a respeito das programações oferecidas pela Secretaria de Esporte e Lazer de Caxias do Sul, os onze pesquisados foram unânimes em afirmar que conhecem a programação proposta pela SMEL.

Dentre as diversas programações oferecidas pela Secretaria de Esportes e lazer e citadas pelas pessoas pesquisadas, quatro afirmaram que a melhor programação proposta pela SMEL foi a Olimpíada Social. Entre as outras melhores programações, cada uma foi citada por um indivíduo pesquisado, sendo lembradas: os Talentos da Comunidade, o Encontro Junino, a Ação de Graças, o Bailão, os NACs, o Congresso

sobre esporte e lazer, as Olimpíadas Escolares, o Domingo Festivo e as atividades dos Grupos de Convivências.

Tratando-se da elaboração das políticas públicas de esporte e lazer de Caxias do Sul, oito pessoas afirmaram terem atuado na elaboração dessas políticas e três afirmaram não terem tido nenhum envolvimento.

Quando pesquisados a respeito da participação pessoal em alguma forma de planejamento em relação a projetos na área de esporte e lazer do município de Caxias do Sul, oito indivíduos afirmaram terem participado de tal planejamento e três pessoas disseram que não tiveram nenhum envolvimento.

Das oito pessoas pesquisadas que participaram no planejamento de projetos na área de esporte e lazer, três disseram que essa atuação se deu através da Conferência Municipal de esporte e lazer; duas participaram de congressos na área, uma pessoa participou no planejamento dos grupos de gestores; uma ainda atuou no planejamento de projetos e uma última teve participação na criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, o FUNDEL.

Fica comprovado, segundo as entrevistadas, que a participação popular se desenvolveu nos três níveis, porém não em todas as programações da Secretaria.

Já em relação ao tratamento dado pela Secretaria aos seus recursos humanos, ou seja, as pessoas que fazem parte do quadro funcional da SMEL, todos os investigados foram unânimes ao afirmar que eles são motivados a trabalhar: oito assinalaram que é dado ao quadro funcional da Secretaria boas condições de trabalho; dois acreditam que a SMEL remunera bem os seus funcionários; e seis indivíduos acreditam que a Secretaria dá toda a assistência para os seus recursos humanos.

Tratando-se da manutenção, reparação e zeladoria que a Secretaria de Esporte e Lazer dispensou às suas praças, aos centros sociais urbanos, aos campos de futebol e a outros no período de 2001 a 2004, os onze investigados afirmaram que nos últimos quatro anos esse cuidado com os recursos físicos do município melhorou.

Quando interrogados a respeito de quem cuida dos recursos físicos do município, nove dos pesquisados responderam que a prefeitura em conjunto com a comunidade atuam na preservação dos recursos físicos; e duas pessoas disseram que somente a Prefeitura exerce essa atividade.

Já em relação aos recursos materiais como bolas, jogos e outros, utilizados pelo setor de esportes e lazer do município, dez pesquisados disseram que o cuidado de tais materiais melhorou da parte da Secretaria nos últimos quatro anos, e um indivíduo não respondeu a essa questão.

Observa-se, na palavra dos dirigentes questionados, que a Secretaria ao longo dos quatro anos melhorou o seu serviço de zeladoria a infra-estrutura de esporte e lazer de Caxias do Sul. Constatamos, também, que esse serviço de zeladoria funcionou em

sistema de co-gestão com a comunidade e que os recursos materiais também melhoraram.

Em relação ao conhecimento da existência de uma legislação que tenha sido criada no período de 2001 a 2004 que beneficie a população Caxiense em relação ao esporte e lazer, sete indivíduos assinalaram desconhecer alguma lei criada neste período e quatro pessoas afirmaram que conhecem alguma legislação produzida no governo em questão. Parece que as lideranças demonstraram desconhecer a existência de legislação para a área.

Cinco pessoas afirmaram não ter participado de nenhuma forma de avaliação, em relação ao plano ou às programações de esporte e lazer oferecidas pelo poder público municipal, porém quatro pessoas asseguraram terem feito parte da avaliação dos serviços públicos de esporte e lazer de Caxias do Sul; e duas pessoas não responderam. Como já vimos a avaliação dos serviços de esporte e lazer em Caxias do Sul não está metodologicamente construída.

4.2.2 Município de Venâncio Aires

4.2.2.1 A intervenção e a implementação do serviço municipal de esporte e lazer em Venâncio Aires

a) Análise documental

Não encontramos nenhum documento que comprovasse a participação popular no planejamento, na execução e na avaliação das políticas públicas e do POAS de Venâncio Aires.

Conforme Doc. n° 02, as únicas leis que encontramos no Município de Venâncio Aires serviram para o repasse de auxílio e contribuições à comunidade. Isso atesta que a Secretaria se restringe a dar apoio a iniciativas que vêm da comunidade.

b) Análise das Entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Venâncio Aires

Para os dirigentes da SJCDL, os principais programas desenvolvidos são Ação Esportiva e o Pró-lazer.

Segundo os dirigentes entrevistados, em alguns programas poderia se dizer que a população de bairros e vilas atua no planejamento, já na execução e na avaliação isso não acontece.

Perguntados como eram tratados os recursos humanos pela Secretaria a resposta foi de que apenas uma pessoa trabalhava no setor e que a dificuldade encontrada por um dos entrevistados foi a falta de sintonia entre coordenador, secretário e prefeito, por isso saiu do serviço. Um dos entrevistados disse que os funcionários vestiam a camiseta e procuravam apresentar resultados.

- No começo é tudo bom, tudo muito legal. Eu trabalhei 11 anos na política pública, em Prefeituras e não quero mais trabalhar justamente por isso, é complicado, pois você quer desenvolver um projeto e se é barrado pelo Secretário, é barrado pelo Prefeito. O Prefeito para você fala que o evento estava bom, já nas suas costas fala o contrário. Aquele tapinha nas costas não resolve nada, então a coisa tem que ser franca e honesta para o negócio poder funcionar.

- Era somente eu que trabalhava no setor.

Perguntados se existe legislação que ampare e fomente o desenvolvimento do serviço de esportes e lazer, e se a Secretaria havia proposto alguma lei para o setor, tivemos como resposta que as únicas leis que o município tem é a do calendário de eventos e a da premiação esportiva.

O dirigente entrevistado, declarou: "Sim. Tem uma lei do calendário de eventos, que deve ser aprovada para o ano que vem. Há a lei, criada por nós, que todos os anos dá uma premiação esportiva."

Perguntados como eles procediam à avaliação, obtivemos como resposta: "Através de reuniões e conversas, mas não temos um instrumento formal de avaliação". A própria equipe da Secretaria confirma a inexistência de qualquer forma de avaliação formal.

c) Análise dos Questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer de Venâncio Aires.

Dos seis indivíduos pesquisados, três afirmaram que participaram de alguma maneira do planejamento de projetos de esporte e lazer no município e outros três disseram não terem tido nenhum envolvimento na formação dos serviços de esporte e lazer de Venâncio Aires.

Das três pessoas pesquisadas que afirmaram terem participado do planejamento dos serviços de esporte e lazer de Venâncio Aires, duas disseram que essa participação ocorreu através de torneios esportivos e uma pessoa atuou na organização de eventos.

Quando questionados a respeito da participação na elaboração das políticas públicas de esporte e lazer do município de Venâncio Aires, quatro indivíduos pesquisados afirmaram não terem tido nenhum envolvimento na elaboração das políticas do setor e duas pessoas afirmaram que atuaram na formação das políticas de esporte e lazer do município..

Encontramos uma contradição nas respostas do questionário, tendo em vista que o município de Venâncio Aires não possui políticas públicas explicitadas e tem um POAS bastante incompleto, porém entende-se que os pesquisados tenham ajudado na organização de alguns eventos.

Na percepção de três pessoas investigadas, a Secretaria de Esporte e Lazer de Venâncio Aires não está bem estruturada e organizada, porém para dois indivíduos esta estrutura é entendida como satisfatória. Um indivíduo percebe que a Secretaria de esporte e lazer de Venâncio Aires está estruturada e organizada em parte.

A Secretaria responsável pelo setor de esporte e lazer de Venâncio Aires possui uma estrutura que ainda precisa ser melhorada; a equipe necessita de uma maior qualificação e treinamento, embora o secretário não seja da área o coordenador de esportes foi um estudante de Educação Física. A secretaria apresentou apenas dois programas, através dos quais podemos constatar algum grau de participação comunitária sem o uso de uma metodologia de ação comunitária eficiente. A Secretaria não tem pessoal suficiente para trabalhar e não oferece esporte/lazer em quantidade e qualidade para comunidade. Segundo três entrevistados, a Secretaria não cuida nem mantém as praças, centros sociais urbanos; seus eventos não são bem organizados nem oferece programas permanentes para a comunidade.

Quando perguntados a respeito de alguma legislação vigente sobre esporte e lazer que tenha sido criada pelo governo que atuou no período de 2001 a 2004, os seis investigados disseram não terem nenhum conhecimento a respeito da criação de alguma lei que favorecesse a área de esporte e lazer do município. Realmente não foi encontrada nenhuma lei que viesse a favorecer o esporte e lazer.

Pode ser verificado que, dos seis indivíduos pesquisados, apenas um participou de alguma forma de avaliação sobre o plano e as programações de esporte e lazer de Venâncio Aires. Os outros cinco não tiveram nenhuma participação no processo de avaliação dos serviços públicos na área no município. Portanto, a probabilidade de participação em avaliação é praticamente inexistente, tendo em vista não constarmos a existência de POAS.

4.2.3 Município de Vale do Sol

4.2.3.1 A intervenção e a implementação do serviço municipal de esporte e lazer em Vale do Sol

a) Análise documental

Foi encontrada na Lei nº 001/93 Capítulo 1, artigo 7º o instrumento legal que dá a atribuição à Secretaria Municipal de Educação e Cultura como o órgão encarregado de realizar o Ensino Fundamental no Município e promover o desenvolvimento cultural da população; incentivar a recreação e o lazer da comunidade; e, desenvolver o esporte no município. Essa foi a única menção que tivemos pois nem o pessoal que trabalha no setor sabia nos explicar a origem.

b) Análise das Entrevistas - com gestores públicos de esporte e lazer do município de Vale do Sol

Os três principais eventos organizados pela secretaria de esportes e lazer são: Vôlei Verão, Escolha da Rainha da Terceira Idade e Passeio Ciclístico

Perguntado a dirigente municipal o que sugeriria para a Secretaria em termos de recursos humanos e quantas pessoas precisaria contratar, a resposta foi: "Poderia ser apenas uma pessoa, mas que tivesse 40 horas, pois eu tenho 20 horas e não dá para fazer muita coisa". Nota-se que a aspiração da dirigente municipal para a ampliação dos serviços de lazer e esporte é bastante pequena, tendo em vista sua resposta, desejando que a equipe tivesse só uma pessoa.

Não existe legislação que ampare e fomente o desenvolvimento do serviço de esportes e lazer do Vale do Sol, segundo as entrevistadas.

Não existe avaliação nos serviços públicos de esporte e lazer do município de Vale do Sol.

c) Análise dos Questionários - aplicados aos representantes dos conselhos municipais, líderes da sociedade organizada e usuários do serviço público de esporte e lazer

Quando interrogados a respeito da melhor programação de esporte e lazer proposta pelo governo municipal, duas pessoas afirmaram que a melhor programação que ocorre na cidade é o campeonato municipal de futebol; o passeio ciclístico foi citado por duas pessoas como sendo o melhor atrativo da área e ainda as gincanas, elaboradas pelo departamento de esportes, são as melhores programações do município.

Quando questionados sobre a participação na elaboração das políticas públicas de esporte e lazer, na administração dos últimos quatro anos, os quatro pesquisados afirmaram não terem tido nenhum envolvimento na formação das políticas públicas do setor.

Tratando-se da participação de alguma forma ou outra no planejamento de projetos de esporte e lazer de Vale do Sol, duas pessoas pesquisadas relataram já terem participado do planejamento dos serviços de esporte e lazer do município, e outras duas pessoas investigadas afirmaram não terem tido nenhum envolvimento no processo de criação e desenvolvimento de políticas públicas para a área em questão.

Em Vale do Sol, a Secretaria responsável pelo setor de esporte e lazer no município é a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, através do departamento de esportes. Na percepção de três indivíduos pesquisados, a Secretaria e o departamento de esportes não estão estruturados e organizados como deveriam e, para uma pessoa pesquisada, os setores pertinentes à área estão estruturados e organizados em parte.

O indivíduo que afirmou que os setores responsáveis pelos serviços de esporte e lazer do município de Vale do Sol estão estruturados e organizados em parte, justifica sua resposta, considerando que a Secretaria trabalha em parte com organização comunitária. Os outros três pesquisados, que afirmaram que a Secretaria e o departamento de esporte não estão bem estruturados e organizados, justificam sua resposta baseados na falta de pessoal suficiente para trabalhar e na falta de bons programas. Dois, dos três indivíduos investigados, ainda afirmam que a estruturação da Secretaria está mal organizada, pois

não é desenvolvido um trabalho de organização comunitária nem uso de voluntários. Um indivíduo ainda justificou tal falha na estruturação e organização, pelo fato de o departamento de esporte não oferecer esporte e lazer em qualidade e quantidade para a comunidade.

Quando questionados a respeito de terem participado de uma avaliação popular em relação ao plano e às programações de esporte e lazer no município, no período de 2001 a 2004, os quatro indivíduos pesquisados foram unânimes ao afirmar que não participaram de nenhuma avaliação realizada pelo governo municipal no período..

CONCLUSÃO

As considerações finais desta tese são encaminhadas a seguir, primeiramente por uma visão empírica das manifestações e da efetividade das políticas públicas em esporte e lazer. Segue-se depois um ajuste dos marcos teóricos adotados para o desenvolvimento da investigação produzida com três casos de municípios selecionados. Finalmente, as contribuições da presente tese às áreas de conhecimento relacionadas ao tema de políticas públicas serão dispostas de modo sintético, como resultado das intermediações anteriores entre a teoria e a prática da gestão municipal do esporte e lazer.

O início destas elaborações conclusivas, portanto, cabe à abordagem das análises e interpretações dos dados da pesquisa em três municípios do Rio Grande do Sul, cujos resultados podem ser encontrados de forma resumida no Quadro 01 deste Capítulo final, referidos ao período 2001 – 2004 da gestão pública. Esse Quadro está organizado, colocando-se em destaque os três objetivos-guia dos procedimentos de identificação de semelhanças e diferenças, já estipulados pela metodologia adotada pelo presente estudo: (1º.) manifestação e efetividade das políticas públicas; (2º.) desenvolvimento do POAS; e (3º.) manifestação e efetividade das intervenções, em cada município observado.

Assim disposto, e se acompanhando o Quadro 01 em seus elementos-chave, o item existência de políticas públicas é atribuído inicialmente ao município de Caxias do Sul, que se mostrou efetiva nos documentos, nas entrevistas e nos questionários examinados e aplicados nas distintas etapas da presente investigação. Essa existência de políticas públicas no município em lide, manifestou-se pela ação concreta na intervenção com a inclusão social e a busca da participação popular em sua programação (gestão 2001-2003). Também pelas entrevistas, os dirigentes da SMEL, que apresentaram um discurso compatível com os documentos apresentados, demonstram um comprometimento com a implantação e valorização de um serviço municipal de esporte e lazer. Apesar de a implantação ser produto de um mandato anterior, foi neste governo 2001 a 2004 que os instrumentos de uma política pública vieram a se consolidar.

O mérito da equipe de Caxias do Sul foi de ser disciplinada no cumprimento das diretrizes traçadas e de buscar sempre uma evolução e uma representatividade política no serviço público. Essa política se traduziu por documentos que explicitaram claramente todos os passos evolutivos de um Departamento, seguindo-se a criação de uma Secretaria Municipal, conquistando assim um espaço político com maior autonomia. Igualmente os líderes da comunidade reafirmaram a existência de uma política pública, referendando assim documentos e intervenções.

Mas os demais municípios expostos à análise mostram-se diferenciados. Em Venâncio Aires, na gestão administrativa da Secretaria da Juventude, Cultura, Desporto e Lazer entre 2001 e 2004, não se manifestou a existência de um conjunto completo de políticas públicas por escrito para o esporte e lazer. Porém, não podemos afirmar que o

governo municipal não possuísse partes que compõem o todo de uma política pública, cuja construção não ocorreu com vontade política comunitária e orientação de governo do município. Esse direcionamento de ordem pública desenvolveu-se mais pelo andamento espontâneo dos acontecimentos locais e o emprego de instrumentos da lei - como o orçamento, as diretrizes orçamentárias e o plurianual - os quais, embora fazendo parte do conjunto de políticas públicas, pertencem às implementações de rotina da administração municipal.

Também em Venâncio Aires, a consulta popular não foi praticada pelo Prefeito, que pertence ao partido PTB, e conseqüentemente as suas secretarias também não o fizeram, o que se revelou diferente de Caxias do Sul. Mas o principal instrumento da política da Secretaria foi o calendário de eventos, incluindo promoções já tradicionais do município e acrescentando outras que foram mais baixados do gabinete técnico do que do conjunto da população. Para completar, ainda no âmbito de diferenças e semelhanças a discernir, é possível afirmar que no município de Vale do Sol não existiu política pública de esporte e lazer (Gestão 2001-2004, Prefeito do PMDB) e que as ações da Secretaria tem sido ditadas por eventos ocasionais, gerados por parte da coordenação do departamento e do atendimento das solicitações da comunidade, em forma de apoio aos mais diversos pleitos, quer sejam de transporte ou de terraplenagens para áreas esportivas. Nessas condições, os três casos municipais são bem distintos entre si em efetividade de políticas públicas, embora, em grau diferente, todas as secretarias mantenham ativada a função esporte e lazer em suas gestões.

As políticas públicas de esporte e lazer de Caxias do Sul foram oriundas inicialmente da intenção do Prefeito de se reeleger (Partido dos Trabalhadores - PT), através de um plano de governo divulgado durante a campanha eleitoral de 2000. Como a reeleição foi bem sucedida, o Departamento passou a elaborar suas políticas públicas incrementando o plano de governo e acrescentando novos itens. Para isso, a equipe foi buscar ajuda, para o seu aperfeiçoamento, com técnicos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Porto Alegre e com um pesquisador renomado na área que prestou assessoria à equipe do ainda Departamento de Esporte e Lazer. Posteriormente foram abertos espaços para a população poder opinar, tais como, fóruns, seminários e discussões em locais onde os programas eram desenvolvidos. Esse curso de acontecimentos mostrou-se diferente em Venâncio Aires, onde se afirmou na campanha eleitoral de 2000 que o prefeito eleito teria um plano de governo. Porém estas metas não foram apresentadas e não eram de conhecimento da equipe da Secretaria; portanto, a política pública de Venâncio Aires não teve origem em um plano de governo, tendo acontecido ao longo do processo. Por sua vez, em Vale do Sol não há memória nem manifestação de política pública, o que não se assemelha às circunstâncias dos outros municípios da investigação; a diferença mais contundente, entretanto, apresenta-se em Venâncio Aires onde há arremedo de política pública, mas por autogeração no âmbito do esporte e lazer, e não por interesse da Prefeitura como um todo integrado.

A política pública de Caxias do Sul está explicitada através dos documentos apresentados - tais como missão, princípios, compromissos e diretrizes - e se expressam através de compromissos e diretrizes¹⁴ assumidos durante a campanha eleitoral de 2001. E, posteriormente, após a reeleição do prefeito, tais referenciais foram colocados em prática pela equipe da SMEL. Por outro lado, a política pública de Venâncio Aires não estava explicitada por um documento específico e sua principal expressão foi a da produção de eventos e de pr 3.

Sobre a origem do POAS em Caxias do Sul, podemos afirmar, pela análise documental efetuada, que o planejamento encontrado deu origem a um Plano Operacional Anual Setorial da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, porém não enquanto peça única. Esse POAS está desmembrado, mas importa destacar que ele está escrito e segue o Plano de Governo do Prefeito, elaborado por ocasião da eleição contemplando diretrizes traçadas pela equipe da SMEL e por solicitações da comunidade. Esse Plano determina em suas propostas de ações o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte e lazer, e se desenvolve com projetos que se constituem em programas e eventos. Segundo os entrevistados, o POAS foi concebido tomando como base "a diretriz da administração municipal que foi: ser uma administração socialmente justa, institucionalmente democrática e participativa". Com base nessa diretriz é que os programas e eventos foram criados e implementados. Esse plano contempla as solicitações sugeridas pela população, que o faz através das Conferências Municipais. Segundo os entrevistados, o POAS provém de uma construção coletiva. Essa construção coletiva é feita através das avaliações e do acompanhamento das atividades, e das comissões formadas nas comunidades onde são desenvolvidos os programas e eventos.

Os dirigentes da SMEL, em Caxias do Sul, declararam que o seu POAS tem como ponto principal as diretrizes e as metas. E elas são o norte e determinam onde se quer chegar. O POAS está previsto para atingir a todas as pessoas, mas são as crianças e idosos que maior atenção recebem. As lideranças foram unânimes em confirmar a existência de um POAS e sua qualidade é aprovada pelos líderes. Em Venâncio Aires não se identificaram fatos que atestassem que a Secretaria da Juventude, Cultura, Desporto e Lazer tenha tido um POAS escrito e estruturado, vindo a se constituir em um documento único. Encontramos algumas ações fragmentadas como, por exemplo, o calendário de eventos, a construção de praças e de quadras de areia e os repasses de auxílios a entidades comunitárias. Ainda podemos observar que à Secretaria, em não tendo políticas públicas completas e estruturadas, lhe restava apoiar de forma paternalística as iniciativas da comunidade. No Vale do Sol, a Secretaria e o Departamento não adotaram um Plano Operacional Anual. Como a Secretaria não tem políticas públicas para a área, as atividades acontecem por única sugestão da coordenadoria e também por solicitações externas em atendimento eventual. Esta é uma postura de inércia, esperando-se que a comunidade tome a iniciativa de solicitar alguma coisa. O Departamento realiza alguns eventos esporádicos que são criados pela coordenadora do setor. Em resumo, as semelhanças são mínimas e as diferenças grandes entre Caxias do Sul e Venâncio Aires.

¹⁴ Os compromissos e diretrizes estão discriminados acima na análise documental

Já as semelhanças são inexistentes em se tratando do município de Vale do Sol, sugerindo assim uma qualificada explicitação das políticas públicas em Caxias do Sul e uma baixa explicitação em Venâncio Aires.

Sobre a questão da elaboração de um diagnóstico de necessidades que venha refletir a realidade do momento do esporte e lazer de uma comunidade, encontramos em Caxias do Sul diagnósticos que estavam formalmente escritos e bem estruturados, elaborados no início do mandato de 2001/2004 e no final do governo de 2004. Eles serviram também para orientar o plano de governo do candidato do partido, para o mandato 2005-2008, que, no entanto, não logrou êxito na eleição. Temos conhecimento de que no primeiro mandato (1997/2000), a SMEL inverteu as prioridades de apoio aos mais habilitados para o apoio a todos. Já para o segundo mandato do PT (2001/2004), como a equipe permaneceu a mesma, as ações da secretaria eram de amplo conhecimento de toda a equipe; esse fato favoreceu o conhecimento sobre a realidade de esporte e lazer do município. Conseqüentemente, a secretaria fez um diagnóstico completo de todas as áreas de lazer pertencentes ao poder público.

Nesse âmbito da elaboração de diagnóstico em Caxias do Sul, os dirigentes afirmaram que a SMEL consulta a população sobre as atividades de animação sociocultural, através de pesquisas, conferências e reuniões plenárias. Os líderes comunitários também confirmaram a existência de diagnóstico. Portanto, confirmou-se que o plano teve origem em diagnósticos. Em Venâncio Aires encontramos uma pesquisa para verificar, junto às crianças, qual o tipo de esporte que gostariam de praticar, num programa chamado Ação Esportiva. Para o restante da programação não houve qualquer tipo de consulta popular. Como podemos constatar, não se conhecia a realidade municipal de esporte e lazer e, portanto, qualquer planejamento mais consistente era impraticável. Em Vale do Sol, como já registramos, não houve POAS, e portanto não houve planejamento inicial, e muito menos a elaboração de um diagnóstico de necessidades dos munícipes sobre o esporte e lazer. Ou seja: não há semelhanças no item diagnóstico entre os três municípios levantados pela pesquisa, tendo sido elaborado apenas em Caxias do Sul em sua completa formulação.

O POAS da SMEL de Caxias do Sul contempla as determinações e diretrizes estipuladas pela política pública. Isso pode ser constatado na maioria das ações da Secretaria. Em Caxias do Sul no mandato 2001 a 2004 a política pública surgiu com as diretrizes e os treze compromissos assumidos pelo candidato a prefeito por ocasião da eleição de 2000. Vencida a eleição, as diretrizes e os compromissos tornaram-se plano de governo, juntamente com as metas, referencial teórico e concepção de como deveria ser o serviço de esporte e lazer adotado pela equipe da SMEL. Já em Venâncio Aires e Vale do Sol, não se registraram manifestações contempladas por plano, confirmando assim a inexistência de política pública já antes aqui admitida. Nesse particular, há semelhanças entre esses dois últimos municípios quando se examinam carências de iniciativas e de efetividade nas ações. E, mais uma vez, Caxias é o único a apresentar efetividade completa em seu POAS e desdobramentos conseqüentes, ao passo que em Venâncio Aires há apenas um arremedo instável deste instrumento-chave.

O POAS de Caxias do Sul está bem estruturado, possui vários programas e projetos de ação, demonstrando as parcerias efetivamente realizadas e a situação de cada programa e projeto de ação. A equipe do DeMER criou sete novos programas de 1997-2000 e manteve os antigos. Ao se reeleger para o período de 2001 a 2004, houve oportunidade de criar mais sete programas novos e manter os existentes. A SMEL adquire uma maior autonomia com a conquista do Setor de Manutenção e Cuidados das praças e ginásios esportivos municipais. Precisa-se destacar que houve um mandato anterior de quatro anos e que esse se constituiu como uma espécie de aprendizagem para a equipe, que, basicamente, permaneceu a mesma para 2001 a 2004. Portanto, os méritos podem ser dedicados à equipe que cresceu em conhecimento, vontade, dedicação e comprometimento, o que fez com que o serviço de esporte e lazer se projetasse como um serviço de inclusão social. Isso trouxe avanços significativos tendo em vista a superação da maioria das suas diretrizes. O POAS possuía uma estrutura invejável em se tratando de secretarias de esporte e lazer, com pessoal capacitado e atuante, com suficientes recursos físicos - quadras, campos, ginásios, praças -, e com recursos financeiros que foram crescendo substancialmente ao longo dos 4 anos

Portanto, em Caxias do Sul, constatou-se o avanço apresentado pela equipe que dirigiu o DmER, e posteriormente a SMEL, na conquista de um desenvolvimento significativo da política pública de esporte e lazer. Nessa implementação, os pontos fortes foram: a) a inversão de prioridades; b) o incremento de novos programas e projetos; c) a transformação do Departamento em Secretaria; d) a criação de um FUNDEL; e) o trabalho com os PPDs; e f) as ações integradas de governo (intersecretarias). O POAS se compõe de 29 itens dos quais nove não foram contemplados. Desses, alguns foram parcialmente efetivados. Por seu turno, a estrutura do POAS de Venâncio Aires revelou-se incompleta, desenvolvendo-se através de um calendário de ações, de apoio à comunidade com dois programas apenas, sendo o restante constituído por eventos esporádicos. A estrutura do plano encontrada foi de somente quatro itens do total de 29 itens considerados, conforme o modelo de análise adotado por esta pesquisa. Vale do Sol, como antes evidenciado, não possui um POAS. Em síntese, há ampla diferenciação entre os três perfis municipais em termos de manifestações de esporte e lazer e efetividade na ocorrência ou na implementação de planos.

Sobre os relatórios anuais apresentados pela SMEL de Caxias do Sul, esses documentos foram muito bem estruturados, embora não correspondendo aos itens do modelo seguido por esta pesquisa, o que não desmerece as versões originais. Nos relatórios ao longo dos 4 anos podemos verificar o crescimento quantitativo do atendimento que passou de um total de 139.820 pessoas em 2001 para 543.139 mil pessoas em 2004, abrangendo vários segmentos da população. Já Venâncio Aires e Vale do Sol não elaboraram relatórios anuais, mas apenas conjuntos de recortes de jornais sobre a realização dos eventos. Nesse termos, aqui a semelhança incide entre os dois últimos municípios citados, cuja manifestação de registro de ocorrências voltou-se mais para o fazer político da Prefeitura do que o administrativo do esporte e lazer.

Pondo em foco o exame da avaliação, no POAS de Caxias do Sul não foram encontrados documentos da sua existência, a não ser o próprio relatório parcial, que é

um documento que serve para observar manifestações de modo limitado. Segundo as dirigentes, a avaliação é feita na forma estipulada pela equipe da SMEL, sendo mais subjetiva, sem uma metodologia previamente aprovada e testada. Nessa opção, não levam em conta parâmetros e indicadores que poderiam servir como instrumentos eficientes para a correção no processo, bem como para a reprogramação dos projetos. Também não encontramos indícios de que em Venâncio Aires e Vale do Sol fizessem algum tipo de avaliação dos seus serviços, no período abrangido pela pesquisa. Assim sendo, os três municípios são semelhantes, com exceção de Caxias do Sul que faz uma avaliação incompleta, quanto à displicência no uso de avaliações de suas intervenções na área de esporte e lazer.

Sobre o propósito desta pesquisa que trata da questão intervenção e implementação dos serviços municipais de esporte e lazer, evidenciou-se em Caxias do Sul que as lideranças comunitárias conheciam a programação da SMEL, tanto que citaram a Olimpíada Social, os Talentos da Comunidade, o Encontro Junino e outras manifestações. Já em Venâncio Aires os mais citados foram Ação Esportiva, Jogos Intermunicipais do RGS, Jogos da Semana da Pátria, Pró-lazer, Campeonatos de futebol. No Vale do Sol, a melhor programação segundo as lideranças comunitárias, é o Campeonato Municipal de Futebol, o Passeio Ciclístico e as Gincanas. Em suma, há em Caxias do Sul um alto grau de conhecimento e percepção de todo o conjunto de ações efetuadas, o que se reduz bastante nos dois outros municípios. Os três programas destacados pelos dirigentes em Caxias do Sul foram os NACs, Projeto Navegar e Lazer para PPDs. Considerando-se os três eventos mais destacados, surgiram o Campeonato Municipal de Futebol, a Olimpíada Escolar e o Caxias do Sol. Em Venâncio Aires, segundo as dirigentes, os dois programas que mais se destacaram foram o Programa Ação Esportiva e o Pró-Lazer. Em Vale do Sol, também segundo as dirigentes, os três principais eventos organizados pela secretaria de esportes e lazer são: Vôlei Verão, Escolha da Rainha da Terceira Idade e Passeio Ciclístico. Estas respostas indicam uma semelhança que se pode atribuir aos três municípios: a manifestação da atividade de esporte e lazer tem presença e domínio de atenção junto às principais atividades municipais e prescinde de compreensão de seus significados.

A meta da SMEL de Caxias do Sul foi a de trabalhar com a comunidade e como tal estimularam a formação de animadores voluntários, ofereceram capacitação e acompanhamento sistemático, fortaleceram a organização comunitária e realizaram o congresso constituinte, cujo objetivo foi de ampliar as relações com a comunidade. Segundo os dirigentes, a implantação do POAS e da programação de esporte e lazer possui efetiva participação popular, tanto no planejamento como na execução e na avaliação. Notamos que esta participação se construiu num esforço de quatro anos, o que não foi suficiente para consolidá-la, até porque os instrumentos empregados para o chamamento dos setores populares também não tiveram tempo suficiente para se estabilizar; além disso, não se conseguiu envolver todos os segmentos de Caxias do Sul, embora se possa reconhecer que os governos anteriores vinham com o nível de participação praticamente inexistente. Constatamos que oito líderes comunitários dos onze atuaram na elaboração de políticas públicas e no planejamento de projetos e essa

participação se concretizou através das conferências, dos congressos municipais, dos grupos de gestores e da criação do FUNDEL.

Segundo os dirigentes de Venâncio Aires, em alguns programas poder-se-ia dizer que a população de bairros atua no planejamento, o que não acontece na execução e na avaliação. Encontramos uma contradição nessa resposta, tendo em vista que o município de Venâncio Aires não possui políticas públicas explicitadas: há um POAS bastante incompleto e os eventos são planejados dentro do gabinete; contudo, há indícios de que a comunidade tenha ajudado na execução de alguns eventos. Já no Vale do Sol a programação do Departamento de Esportes não possui participação popular. Aqui então, a diferença entre as três fontes de informação que reside no grau de envolvimento da comunidade. Em Caxias uma participação ainda incompleta mas efetiva; em Venâncio Aires, em apenas uma de suas programações existiu uma consulta, portanto, muito menos efetiva. Já em Vale do Sol a participação foi inexistente.

Segundo as dirigentes, podemos constatar que a SMEL de Caxias do Sul possui um quadro de 72 funcionários, todos escolhidos por indicação e provenientes da Secretaria Municipal de Educação. As entrevistas revelaram a integração e o comprometimento que os funcionários possuem com as tarefas da SMEL e os cuidados que recebem da equipe diretiva. Em Venâncio Aires apenas uma pessoa trabalhava no setor, sendo dificuldade encontrada, por um dos coordenadores antigos, a falta de sintonia entre coordenador, secretário e prefeito. Um dos coordenadores declarou que os funcionários “vestiam a camiseta” e procuravam obter resultados. No Vale do Sol, nota-se que a aspiração quanto ao crescimento das ações do Departamento de Esportes e Lazer, apresentada pela Secretaria e pela Coordenadora, é bem reduzida. Em outras palavras, diferenças radicais dominam os estudos de caso dos três municípios da pesquisa, quanto ao enfoque de recursos humanos. Em Caxias do Sul houve arranjos políticos de elevada eficiência de gestão, com grande equipe para as intervenções. Em Venâncio Aires, desarticulação entre setores da Prefeitura na mobilização de pessoal e atuação com pequeno número de funcionários. Finalmente, em Vale do Sol, negligência quanto à participação de funcionários e exercício mínimo de liderança.

De acordo com a unanimidade das lideranças de Caxias do Sul, tem melhorado o serviço de recursos materiais (bolas, jogos), de criação, de manutenção, de reparação e de zeladoria, dispensado pela SMEL às suas praças, centros sociais urbanos, campos de futebol e outros (2001 a 2004). Outro diferencial é a prefeitura, em conjunto com a comunidade, atuar e promover a preservação dos recursos físicos, através de um sistema de co-gestão entre o poder público e comunidade.

Em Venâncio Aires, não é de competência da Secretaria o cuidado, e manutenção da estrutura física esportiva recreativa, porém o Projeto Pró-Lazer realizou algumas obras para a comunidade. Uma das deficiências da Secretaria é não ter pessoal suficiente para atuar e não oferecer instalações de esporte/lazer em quantidade e qualidade para comunidade. Como a Secretaria não tem política para a área, seus objetivos não estão explicitados e com isso vai se administrando o dia-a-dia por improvisações.

No Vale do Sol, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, por seu Departamento de Esportes, não estava estruturada e organizada como deveria para estabelecer espaços apropriados às ações efetivas em esporte e lazer, a julgar pela percepção de algumas lideranças comunitárias. Essas lideranças relataram também que não havia pessoal suficiente para efetivamente trabalhar, nem programas, mobilização comunitária, participação de voluntários e criação e manutenção de espaços para oferta de esporte e lazer em qualidade e quantidade para a comunidade. Em síntese, Caxias do Sul é um caso bem diferente de Venâncio Aires, ficando para o Vale do Sol um desempenho mais improvisado do que gerenciado ao se cogitar de instalações, construções e outros espaços similares.

No exame do quesito legislação, em Caxias do Sul, o Executivo e o Legislativo Caxiense propuseram a criação de leis de fundamental importância que vieram a ser aprovadas pela Câmara Municipal de Vereadores. Assim ocorreu com a criação da SMEL, e do FUNDEL que incentiva projetos da comunidade e apóia o esporte de elite com percentuais paritários. Nesse último caso, parece ter havido um resgate do governo para com o esporte de elite, mesmo que a lei tenha sido aprovada no último ano de governo. Com relação às duas iniciativas, o que consideramos significativo é o fato de as lideranças comunitárias de Caxias do Sul, que demonstraram um alto grau de conhecimento da política da SMEL, não terem apresentado o mesmo grau de conhecimento em relação à legislação, pois desconheciam as principais leis que fomentam o esporte e lazer no município, especialmente as aprovadas no período 2001/2004. Em Venâncio Aires, foi criada uma lei de premiação esportiva. Temos conhecimento da lei que apóia as equipes de representação da cidade, e de outra que regula o calendário de eventos do município. Por seu turno, as lideranças desconheciam qualquer legislação para a área. No Vale do Sol não existe legislação que ampare e fomenta o desenvolvimento do serviço de esporte e lazer no município. Assim, Caxias do Sul e Venâncio Aires são semelhantes em posturas legais, tema pesquisado, mas muito diferentes em alcance de suas regulamentações. Além da distinção de graus, ambos os municípios são diferentes do Vale do Sol que ainda se encontra no estágio de livre arbítrio de seus gestores em relação às medidas a serem tomadas nesta área.

No item da avaliação das intervenções, a efetividade das políticas públicas de Caxias do Sul foi acompanhada por meio de reuniões, conferências e congressos, nos quais a população pôde avaliar e sugerir mudanças no desenvolvimento das ações relacionadas ao esporte e lazer. Porém, verificamos que não existe uma avaliação balizada por indicadores que venham demonstrar o andamento dos processos de intervenção. Em adição a esta deficiência, a maioria das lideranças comunitárias não participou de alguma forma de avaliação. Em Venâncio Aires e em Vale do Sol não havia qualquer tipo de avaliação de suas políticas públicas, o que por si só torna-os semelhantes nessa deficiência e diferentes de Caxias do Sul que possui pelos menos avaliações subjetivas de validação comunitária.

Apresentaremos a seguir um quadro que sintetiza as diferenças e semelhanças entre os municípios pesquisados.

QUADRO 01 – Diferenças e Semelhanças entre os 03 municípios pesquisados (2001 – 2004)

OBJETIVOS	CAXIAS DO SUL	VENÂNCIO AIRES	VALE DO SOL
1º Objetivo Política Pública	Referências: análises que envolveram em consideração os documentos, as entrevistas e os questionários	Idem	Idem
Existiu Política Pública?	EXISTIU política pública.	Existiu uma política pública que não está clara e se mostra fragmentada.	NÃO EXISTIU política pública.
De onde foi oriunda?	Do plano de Governo do Prefeito, da equipe da SMEL e das sugestões populares.	Não encontrada a origem da política pública.	Origem desconhecida
Como foi Elaborada?	A elaboração foi orientada por técnicos da Secretaria de Esporte e Lazer de Porto Alegre, por apoio de um pesquisador renomado na área e posteriormente com a participação popular.	Não encontrada a maneira como foi elaborada a política pública.	Não encontrada a maneira como foi elaborada a política pública.
Como ela estava explicitada?	Através da missão, dos princípios, dos compromissos e das diretrizes.	Através da missão (não é seguida na íntegra) e das diretrizes dadas pelo plano plurianual.	Não encontrada a maneira com ela estaria explicitada.
Como ela se expressava?	Através dos compromissos assumidos e das diretrizes traçadas	Não encontrada a forma com que a política pública se expressou	Não encontrada a forma com que a política pública se expressou
2º Objetivo POAS			
O Planejamento deu origem ao POAS?	SIM	NÃO	NÃO
Foi realizado diagnóstico?	SIM	NÃO	NÃO
O POAS contemplava as diretrizes da política pública?	SIM	NÃO	NÃO
Como está estruturado o POAS?	COMPLETO	INCOMPLETO	NÃO EXISTE POAS
Existem relatórios anuais?	SIM	NÃO	NÃO
E avaliações?	EXISTE PORÉM INCOMPLETA	NÃO	NÃO

OBJETIVOS	CAXIAS DO SUL	VENÂNCIO AIRES	VALE DO SOL
3º objetivo Intervenção			
Como a população percebeu a programação?	Dos líderes entrevistado verifica-se um alto grau conhecimento e de percepção de todo o conjunto de ações que a SMEL desenvolve	Dos líderes entrevistados verificou-se que pouco puderam contribuir tendo em vista que a SJCDL possui um grau limitado de ações	Dos líderes entrevistados verificou-se que pouco puderam contribuir tendo em vista que a SMECTD possui um grau limitado de ações
Cite três programas:	- Olimpíada Social - Talentos comunidade - Encontro Junino.	Programas: Ação Esportiva e Pró-lazer	- Passeio Ciclístico - Campeonato de Futebol - Ginacana
Na programação possuía participação popular?	SIM	EM PARTE	NÃO
Recursos humanos	Equipe de 70 pessoas, pertencentes à Sec. de Educação. Todas as semanas a equipe se reúne; motivação e comprometimento são pontos altos dos funcionários	Uma pessoa apenas trabalhava no setor de esportes e lazer.	Uma pessoa apenas trabalhava no setor de esportes e lazer
Espaços de Lazer	A construção, manutenção, reparação e zeladoria dos espaços e equipamentos de lazer da SMEL em plena operação; há número elevado de equipamentos construídos e um Conselho Gestor para a área com um sistema de co-gestão, governo e comunidade.	Constatou-se um programa que visava à construção de áreas de esporte e lazer, porém sem definição de quantidade obras realizadas.	A Prefeitura oferece alguns apoios à construção de campos de futebol no interior.
Legislação	Criação de leis avançadas, criando a SMEL e o FUNDEL.	As leis que amparam o esporte e lazer foram as do calendário de eventos, e a lei da premiação e incentivo esportivo.	Não existe lei que incentive o esporte e lazer.
Avaliação	Existe avaliação, porém ela carece de um melhor planejamento e o emprego de indicadores entre outros.	Não é feita avaliação.	Não é feita avaliação.

Isso posto, uma observação por contrastes dos municípios, constantes do Quadro 01, mostra que Caxias do Sul preenche favoravelmente quase todos os itens do “tipo ideal” em termos de gestão, no que trata de elaboração de planejamento, de políticas

públicas e de intervenção na área de esportes e lazer, desenvolvido para a pesquisa, e incorporados pela presente tese. Nesse contexto de observação, Venâncio Aires oscila em suas categorizações entre Caxias do Sul e Vale do Sol, havendo neste último município manifestações mínimas de gestão de esporte e lazer. Nestas condições, Venâncio Aires aparece numa posição intermediária, exibindo de modo fragmentado e ocasional nexos de gestão e de políticas públicas em esporte e lazer. Enquanto Caxias do Sul possui alguns mecanismos, não tão aperfeiçoados ainda para a elaboração de avaliação da sua gestão, os demais municípios demonstraram pouca atenção ou negligência atribuída às suas avaliações. Constata-se também que Venâncio Aires e Vale do Sol atribuíram um valor excessivo às atividades organizadas como eventos, talvez refletindo uma situação de ordem geral dos municípios do Rio Grande do Sul e do país como um todo. A exceção possível residiria em Caxias do Sul que, segundo Roche, 2002, apresenta projetos cíclicos e permanentes, atestadas pelo número crescente de atendimentos ao longo dos quatro anos de gestão. Entretanto, como a delimitação metodológica desta investigação não opera por amostragem estatística nem usa o método comparativo, os resultados ora sintetizados não são explicativos da situação dos municípios do Rio Grande do Sul ou do Brasil. Essa delimitação inclui também os municípios selecionados para a pesquisa de porte grande, médio e pequeno cujas categorizações, antes aqui analisadas são, sobretudo, geradoras de significados, indicativas e sinalizadoras de relações que necessitam de comprovações posteriores. De qualquer modo, os contrastes entre os três casos produzidos delinearam, por semelhanças e diferenças as aproximações e afastamentos do “Tipo Ideal” ao modo sociológico weberiano. Mas em termos das ciências de gestão, a validade da pesquisa se põe nas boas práticas administrativas e mesmo nas posturas de excelência que podem ser extraídas do caso de Caxias do Sul. Tal validade ainda pode ser estabelecida no perfil de tendências quanto às políticas públicas reveladas pelos casos de Venâncio Aires e de Vale do Sol. Note-se, nessas condições, que o aperfeiçoamento das organizações em teorias e práticas de gestão se apóiam freqüentemente em estudos de caso.

O caso de Caxias do Sul é o que mais efetivamente se aproxima do “Tipo Ideal”, elaborado com base em Bramante (1997), Roche (2002) e o autor desta tese, estudioso da área e detentor de experiência prática na administração municipal em esporte e lazer em município do Rio Grande do Sul. E por ser considerado um exemplo de excelência, pretende-se que assim o seja por estar basicamente articulado com os marcos teóricos arrolados no Capítulo dois, “Da teoria e prática: do plano à intervenção”. De fato, as abordagens teóricas que deram fundamentos à esta pesquisa pertencem em geral às ciências sociais e em particular às teorias do lazer, área eminentemente humanista que se delimita por vezes em vieses das ciências políticas. Esse tipo de encaminhamento apresenta-se com nitidez na abordagem do tema de políticas públicas, que se define em princípio por meio de conhecimentos de administração e das ciências políticas.

O ajuste entre teoria e prática, ora em argumentação, acontece, portanto ao se eleger Caxias do Sul como caso de excelência com fins de melhoria da gestão do esporte e lazer em municípios. E nessa escolha, incide-se necessariamente no papel dos partidos políticos como interventores das manifestações e da efetividade, com maiores ou menores empenhos. Essa linha de conta está presente nos relatos do Capítulo quatro, “Análise e

discussão dos dados da pesquisa”, como também nas próprias conclusões da pesquisa como um todo que ora se apresentam. E a excelência identificada em Caxias do Sul mostra-se então vinculada ao (PT) que repassou sua experiência obtida em Porto Alegre.

Esse viés político tem por outro lado uma feição administrativa como o próprio “Tipo Ideal” revela em pormenores do Quadro um, que sintetiza a parte empírica da presente investigação. Contudo, a administração neste caso está submetida ao poder político, numa composição revelada passo a passo durante a elaboração das políticas públicas de esporte e lazer em Caxias do Sul, no período 2001 – 2004. Em resumo, as boas práticas de gestão resultaram de posturas políticas e não ao inverso, o que também condiciona a excelência ao exercício político-ideológico do partido detentor do poder na época em Caxias do Sul.

Em suma, a contribuição desta tese aos saberes a ela referenciados, reside na identificação de um padrão de composição envolvendo propostas e procedimentos de ordem político-ideológico com rotinas de gestão, a partir do qual há possibilidade de se obter excelência na montagem de políticas públicas em esporte e lazer. Esse padrão essencialmente pode se construir desenvolvendo uma política pública que inclua: mobilização comunitária, planejamento baseado em diagnósticos e concretizados em planos escritos, e na intervenção planejada, com prioridade para animação sociocultural. Tais recomendações implicam em privilegiar a gestão como um processo articulador e mantenedor, sem o qual as boas práticas e sobretudo a excelência gerencial, perdem seus significados e legitimação.

Nessa particularidade da participação comunitária, abriga-se empiricamente os limites da excelência almejada, uma vez que o mesmo partido que construiu o caso de Caxias do Sul tem tido dificuldades gerenciais em abrangência maior do que a municipal. Como os casos de excelência em gestão *per se* têm ocorrências as mais diversas em níveis macro e intermediário, além do micro, como no caso de Caxias do Sul, cabe argumentar finalmente: as dimensões político-ideológicas da lavra do PT no contexto social brasileiro, somente ganham efetividade enquanto expressão local?

As respostas a essa questão final naturalmente ultrapassam as delimitações desta tese, pertencendo então às futuras pesquisas que possam ser feitas a partir de interesses acadêmicos gerados tanto pela necessidade de melhoria das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, como pelo conhecimento a ser produzido sobre boas práticas em políticas partidárias.

REFERÊNCIAS

AGUESSY, Honorat. *El tiempo y las filosofías*. Salamanca: Ed. Sigüeme/UNESCO, 1979.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Políticas Públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Lúdico e as políticas: realidades e perspectivas*. Belo Horizonte:PBH/SMES,1995.

_____. *Recreação e lazer: concepções e significados - 1998*. <http://www.unicamp.br/fef/Gente/profs/bramante/texto2.html>. acessado em 08/08/2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2001. Boletins Memória e Boletins Ocorrência organizados e publicados pelo Museu Municipal e Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami: <http://www.caxias.rs.gov.br/cidade/index.php4> acessado em 04/01/2006.

CAMARGO, Luis Octavio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em:<http://www1.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31>. Acessado em 24/09/2005.

CHEMIN, Beatris Francisca. O lazer como produto do trabalho. In: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Lazer e Trabalho um único ou múltiplos olhares? In: MULLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

_____. *Max e Weber e a Máfia napolitana: uma dramatização do positivismo?* Logos, n°11, 2º semestre 1999, p.25-39.

DIGGINS, John. *Max Weber*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

DUMAZEDIER, Jofre. *Valores e conteúdos do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva,1973.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário brasileiro contemporâneo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

GARCIA, Erivelto Busto. Os novos militantes culturais. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.

GAYA, Adroaldo. Reflexões sobre a necessidade de uma política de educação física e esporte para crianças e jovens no Brasil. Santa Cruz do Sul/RS: *SINERGIS/EDUNISC*, v.1,n.2,p.19-36,jul/dez. 2000.

GEBARA, Ademir. *Considerações para uma história do lazer no Brasil*. In: BRUHNS, Heloísa Turini (org). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas:UNICAMP, 1997.

GEHRINGER, Max. *Memórias do século XXI*. Você S.A São Paulo: Globo. Ed. 26, ano 3, agosto 2000.

Histórico de Venâncio Aires, www.venanciometal.com.br/vencidade.htm. acessado em 04/01/2006

KAKU, Michio. *Espelho, espelho meu...* Você S.A. São Paulo: Globo ed. 26, ano 3, agosto 2000.

KOTLER, Philip. *Marketing para o século XXI*. São Paulo: Editora Futura, 1999.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983.

_____. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Subsídios para uma política de lazer – o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das Prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Políticas de lazer. Mercadores ou Educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lazer e esporte*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MEYERSOHN, Rolf. "Leisure". In: CAMPBELL, A. (org.). *The Human Meaning of social Change*. Nova York: Russel Sage Foundation, 1972. In: PARKER, Stanley. *A Sociologia do Lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÜLLER, Ademir. Políticas públicas setoriais para a área do lazer nos municípios do Vale do Rio Pardo – RS. In: *Redes*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, vol. 6, n. 2 p. 153-177, mai./ago. 2001.

MORRIS, Tom. *Sabedoria antiga*. Você S.A. ed. 26, ano 3, agosto, 2000.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A formação de educadores para o lazer. In: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *O lúdico e as Políticas Públicas: realidade e perspectivas*. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.

_____. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte. In: MARCELLINO, Néson Carvalho (org.). *Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, Criação da SMEL. 2004.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.

REQUIXA, Renato. *Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

ROCHE, Fernando Paris. *Gestão desportiva: Planejamento estratégico nas organizações desportivas*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo e espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. Hucitec, 1997.

SILVESTRE Neto, D. *Quem é o animador cultural?* São Paulo: SESC, 1980.

WERNECK, Christianne Luce Gomes e ISAYAMA, Helder Ferreira. Aprofundamento em lazer nos currículos dos cursos de graduação em educação Física no Brasil: alguns apontamentos. In: PINTO, Leila Mirtes

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: CELAR-DEF/UFMG, 2000.